Caminhos

número 11 - julho, 1995

PERFIL E ALTERNATIVAS PARA O MOVIMENTO DOCENTE

UNIVERSIDADE

ÉTICA E CIDADANIA

apubh

S U M Á R I O

EDITORIAL 3

UNIVERSIDADE *Proposta à Apubh: por um grande fórum de debates sobre o Brasil*
por Margarida de Matos Vieira 9

Universidade, ciência e cidadania
por Fábio Wanderley Reis 15

MEMÓRIA *Paris, maio de 68: a revolução da utopia*
por Cid Veloso 23

POLÍTICA & SOCIEDADE *Relações de trabalho e negociação coletiva na administração pública*
por Fernando Coutinho Garcia 35

ECONOMIA & SOCIEDADE *Transformações do mundo do trabalho e perda da autonomia*
por Edmundo Fernandes Dias 51

PESQUISA *O professor da UFMG e o movimento docente*
por Délcio Vieira Salomon e
Carlos Eduardo Ataíde Castro 71

EM TEMPO *Movimentação docente na UFMG: aposentadorias e reposição de pessoal*
por Terezinha Abreu Gontijo 101

NAVEGAR É PRECISO 111

LOR 118

POESIA 119

Caminhos

Revista da Associação dos Docentes da UFMG – Seção sindical da Andes-SN – Número 11 – julho, 1995

Apubh
Rua Artur Itabirano, 70 – São José – Cep nº 31.275-020
Belo Horizonte, Minas Gerais – Tel. (031) 441-7211- Fax (031) 441-1303
Presidente
José Henriques Maia Filho
1º Vice-Presidente
Paulo Augusto Moreira Camargos
2º Vice-Presidente
Júlio Anselmo de Souza Neto
1º Secretário
Marco Aurélio Rodrigues
2º Secretário
Luiz Humberto Pinheiro
1º Tesoureiro
Júlio Maria de Paula
2º Tesoureiro
Túlio Jorge dos Santos
1º Suplente
Ciomara Maria Perez Nunes
2º Suplente
João Maurício
Conselho Editorial
Délcio Vieira Salomon e Humberto Coelho de Carvalho
Gerência
Vânia Macedo Reis
Apoio
Fernanda Veloso Torres e Mary Oliveira de Assis
Edição e Revisão
Ricardo Arreguy Maia
Projeto Gráfico
Paulo Fatal/Ricardo Arreguy Maia
Ilustração
Paulo Fatal
Jornalista responsável
Rejane Dias dos Santos - MTb/DF 1376
Editoração Eletrônica/Pré-impressão
Paulo Fatal/Apubh
Fotolitos
Cromolaser
Impressão
Segrac

Opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Colaborações podem ser enviadas à Apubh no endereço acima. Os artigos deverão ter cerca de 120 linhas, enviados em disquete formato Mac ou PC, com identificação e endereço do autor para eventual contato. O Conselho Editorial de *Caminhos* poderá propor modificações em títulos e passagens de texto para melhor adequá-los às exigências editoriais. A seu critério poderá, também, aceitar artigos que excedam as especificações acima, desde que resguardados os interesses editoriais.

Editorial

"A idéia que temos daquilo contra o qual estamos lutando afeta diretamente aquilo em que nos tornamos quando estamos lutando."

FOUCAULT

Com esta edição *Caminhos* cumpre, pelo menos parcialmente, promessas feitas nos nºs 7, 8 e 9, como a de divulgar os resultados de pesquisa sobre o movimento docente na UFMG ou a de combater de maneira mais organizada a apatia generalizada, freqüentemente pontilhada de componentes aéticos, conforme denunciado em algumas manifestações presentes naqueles números.

Mesmo não compartilhando desta ou daquela posição de seus autores, *Caminhos* procura manter-se fiel aos propósitos de sua criação: defender a Universidade Pública, laica, gratuita e de qualidade, ao mesmo tempo não se envergonhando de seu caráter também sindical. Propõe-se, nesse mister, estimular o debate, a crítica e a pluralidade de idéias. As comunicações ora publicadas, ao lado de sua relevância e atua-

lidade, poderão propiciar a dirigentes e dirigidos oportunidade para refletir melhor sobre papéis, *status* e identidades de que estão investidos e sobre o que podem fazer para aprimorá-los.

Iniciamos este número com uma proposta detalhada de realização de um grande fórum de debates. Discutir nos corredores, nos cafezinhos, nas reuniões de unidade e até nas Assembléias (por que não?) nos permitirá não só relativizar a autoridade dos dirigentes como também rever nossas verdades de dirigidos. A postura dita egoísta dos "especialistas" pode influenciar nas mudanças, ainda que alheias à sua vontade, tanto quanto a dos "intelectuais universitários", tidos às vezes como altruístas. Os primeiros, ao se engajarem numa luta conjunta e ao se reunirem para reivindicar a defesa de seus interesses – cujos objetivos conseguem precisar melhor e com metodologias por eles próprios desenvolvidas – podem surpreender os segundos (e a si mesmos!) por se verem envolvidos num processo mais revolucionário do que retórico. Ambos, devem estar atentos seja para não confundir interesses particulares com interesses públicos, seja para as conseqüências de suas ações, seja ainda para as possibilidades de harmonizar sua esfera de influência com a de seus pares mais próximos ou de estendê-la também aos mais afastados.

Seguem-se as desafiadoras ponderações à trilogia Universidade, Ciência e Cidadania. Boa oportunidade para se refletir sobre os conflitos resultantes do cultivo simultâneo, ora dos valores da autonomia e da igualdade (e de como o egoísmo inerente à primeira pode ser temperado pelo altruísmo cívico), ora dos valores da solidariedade e do paternalismo. São também abordados os perigos da valorização abusiva de uma tecnocracia, qualificada para avaliar certos meios, mas não necessariamente competente para definir os fins almejados pela sociedade. Por último, levanta-se a questão do embate, dentro e fora da Universidade, entre competência e compromisso político.

Uma crônica sobre o significado do maio de 1968 para Paris e para o Brasil: um movimento que à burocracia, à repressão, ao poder constituído e à industrialização desordenada con-

trapunha um apelo à beleza, ao amor,. ao prazer e à utopia. Refletir sobre este período talvez nos inspire soluções para as crises de hoje.

Relações de trabalho e negociações na administração pública são um tema (tão atual!) dissecado num dos artigos, dando-nos subsídios para compreender melhor os papéis dos diversos atores sociais e institucionais no enfrentamento das querelas do mundo moderno. Dirigentes e dirigidos poderão aderir a uma possível nova ordem ao se exporem à nem sempre fácil tarefa da discussão e do debate.

Uma associação obrigatória entre transformação do mundo do trabalho e perda de autonomia é questionada em outro artigo. Há, adverte seu autor, que se desconfiar de muitas das certezas fetichizadas pela mídia (e pelos patrões): da neutralidade da técnica, da liberdade de mercado, das regras do jogo do sistema (fora do capitalismo não há salvação), da inutilidade dos sindicatos e dos serviços públicos, da necessidade de controle ideológico dos trabalhadores etc., etc. Os professores, filiados à Apubh ou não, precisam reconhecer sua parcela de cumplicidade nas situações que contestam. Daí a necessidade das iniciativas e esforços docentes serem mediados por crítica permanente.

Matéria a merecer atenção especial é relativa à pesquisa sobre o movimento docente na UFMG. Ela é retrato em preto e branco, que mostra nossa face de Janos, nossas vacilações, mas também nossas determinações. Essa pesquisa não só levanta questões polêmicas como também propõe interpretações que provavelmente serão vistas como impertinentes por esta ou aquela fração dos professores. Poderá haver mesmo quem dirá ter havido certo *parti-pris* na sua condução. Isso cabe porém aos leitores conferir.

Levantamento da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da UFMG sobre o impacto das aposentadorias, da política de reposição de pessoal e da concentração do ensino de graduação nas mãos de professores substitutos, alerta para a necessidade de reflexão mais aprofundada acerca de nossa política educacional.

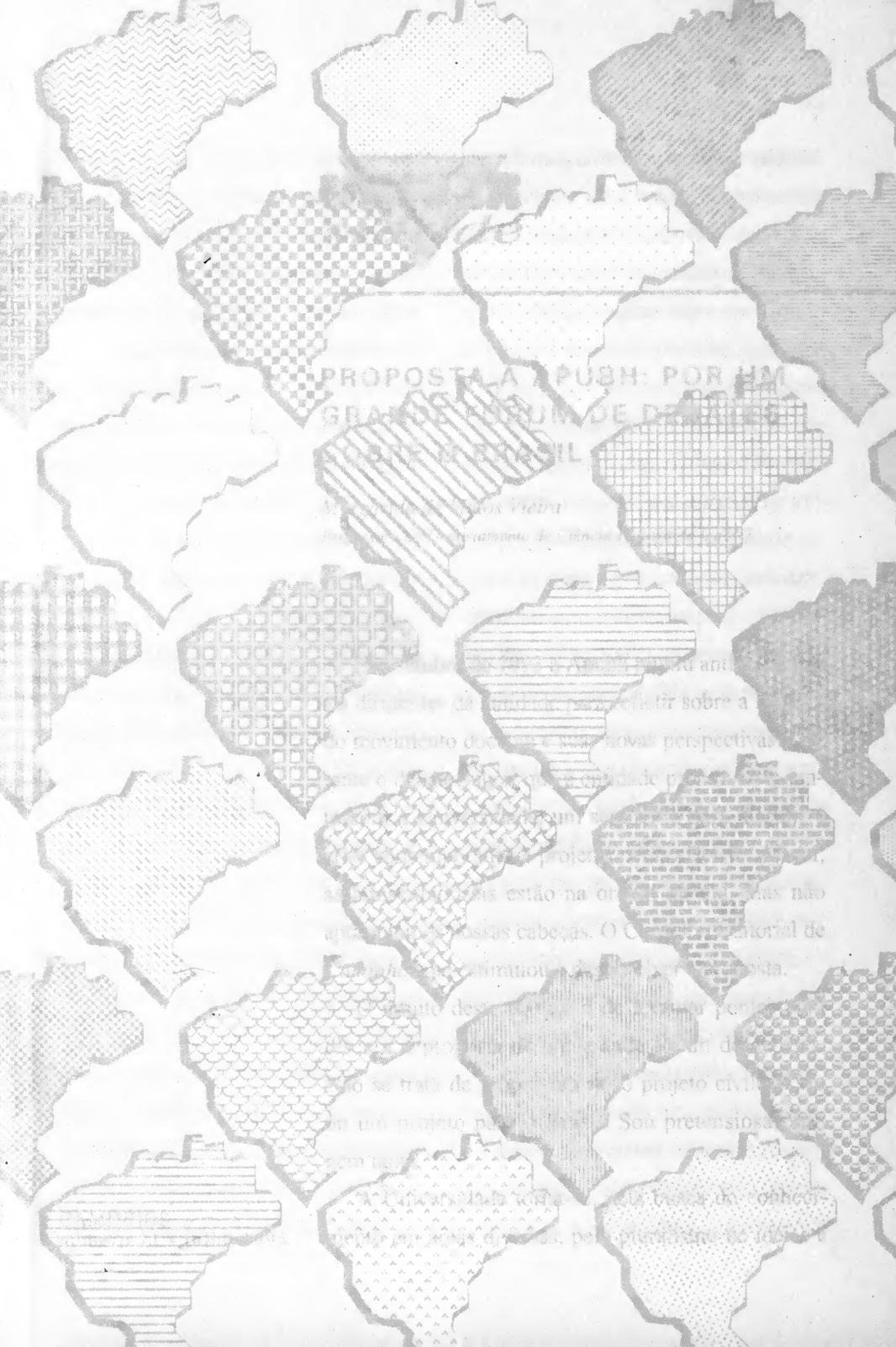
O cultivo ao pluralismo por parte

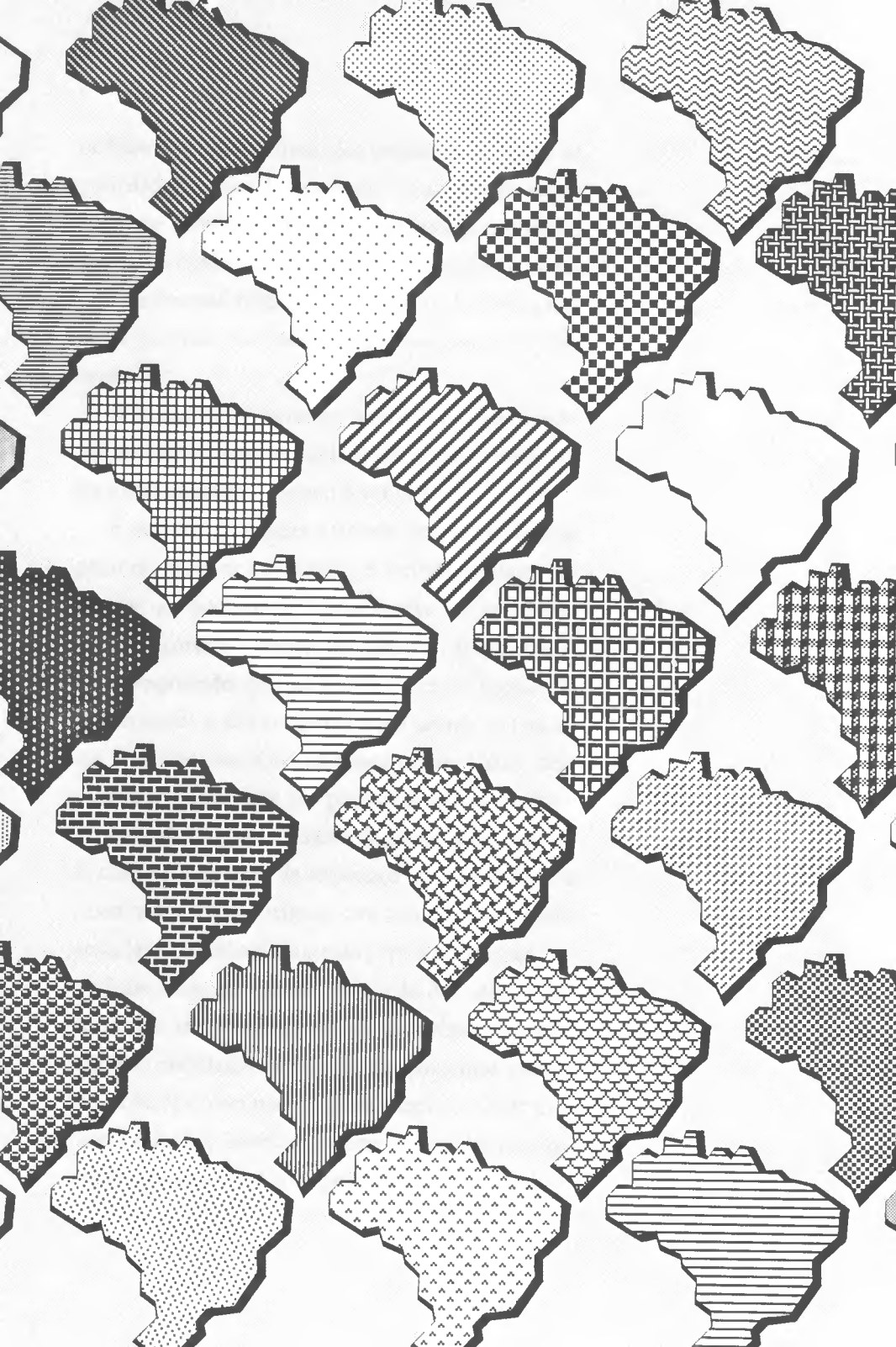
de *Caminhos* se confirma com um acenar de lenços na variedade de tons dos excertos transcritos na seção "Navegar é Preciso". A seleção das passagens obedece apenas ao critério da relevância da mensagem e ao desejo de suscitar reflexão e envolver os leitores. Que, desde já, estão convidados a colaborar, enviando suas sugestões.

A irreverência de nosso antenado e imprescindível professor chargista, ao lado da "poesia da fina letra e do firme tato," fecham o volume.

É de nossa natureza elaborar conceitos, buscar padrões, procurar explicações e mesmo instituir programas que ponham ou imponham um mínimo de ordem ao aparente (?) caos. Procuramos, às vezes aflitos, compreender porque somos assim ou porque ficamos assim, e não chegamos a um acordo quanto ao que queremos ser. Questionamos nossas idéias, desconfiados de que elas não passam de meros devaneios moldados pelos contextos de tempo e de espaço. Sonhamos com ilhas de segurança no mar tenebroso dessa nossa sofrida viagem, sem suspeitar que a tempestade talvez já tenha tornado parte de nosso ser.

Esperamos que, com a realização dos debates sugeridos e as reflexões propiciadas pelas diferentes matérias abordadas neste número, possamos encontrar soluções conjuntas e, quem sabe, descobrir maneiras mais eficientes de amenizar esse darwinismo social ressucitado e à solta por aí.





UNIVERsidade

PROPOSTA À APUBH: POR UM GRANDE FÓRUM DE DEBATES SOBRE O BRASIL

Margarida de Matos Vieira
Professora do Departamento de Ciência Política da UFMG

Em outubro de 1993 a Apubh reuniu antigos e atuais dirigentes da entidade para refletir sobre a história do movimento docente e suas novas perspectivas. Durante o debate sugeri que a entidade promovesse, junto com a Universidade, um seminário para discutir a crise contemporânea e projetos para o Brasil[1]. Afinal, as aposentadorias estão na ordem do dia, mas não aposentamos nossas cabeças. O Conselho Editorial de *Caminhos* me estimulou a desenvolver a proposta.

O intuito deste texto é o de levantar pontos para discutir a proposta de um grande fórum de debates. Não se trata de propor um novo projeto civilizatório ou um projeto para o Brasil. Sou pretensiosa, mas nem tanto.

A Universidade torna-se, pela busca do conhecimento em áreas diversas, pelo pluralismo de idéias e

por seu caráter apartidário, um dos lugares privilegiados para este debate. Uma reflexão densa e transdisciplinar como esta poderia permitir a recuperação de seu papel social, quebrar o isolamento das áreas de conhecimento e repensar até mesmo as nossas práticas acadêmicas. A Apubh poderia ser parceira da UFMG na realização deste evento contribuindo seja na elaboração da proposta do seminário, seja na sua organização e financiamento. Se a Associação Docente tem um caráter corporativo, no sentido da defesa dos direitos de seus associados, tem também um caráter político (não partidário), no sentido da busca de uma sociedade mais justa e democrática.

O evento proposto poderia se concretizar em várias etapas ou momentos, conforme delinearemos a seguir.

O primeiro deles teria como tema a *crise contemporânea*. Estaríamos nos interrogando sobre sua natureza: crise pontual ou civilizatória?

A crise tem o efeito de um terremoto, quebrando formas de viver e de pensar. Valores caem de ponta-cabeça, a estética vai substituindo a ética. Reaparecem com força acentuada o racismo, os nacionalismos exacerbados, os fundamentalismos religiosos, os assassinatos a sangue frio dos "inimigos", tribais ou sociais. As desigualdades se ampliam dentro de cada nação e no âmbito mundial. Novos *apartheids* se estabelecem. Conferências internacionais propõem diretrizes para a ecologia, para a reprodução humana e para enfrentar a miséria. Ganham apoio verbal das grandes potências, mas nenhum comprometimento real. Paradoxalmente, o enorme desenvolvimento da ciência e da técnica convive com o fato de que "os bárbaros estão entre nós".[2]

Para Paiva, "O mito do progresso – que empolgou as mentes dos intelectuais a partir da Idade das Luzes – já não desperta tantas paixões. Não há progresso indefinido, como imaginavam os crentes no progresso da ciência. Os reformistas sociais – desde o bom selvagem de Rousseau até a proposta de superação do Estado de Karl Marx – perderam o rumo. O soldado nazista, o comissário comunista e o super-homem americano foram derrotados. (...)

O mito do progresso esgotou seu repertório de promessas e hoje se vive mal mesmo nos países ricos."[3]

Estaríamos não apenas frente ao esgotamento de modelos: socialismo estatista, social-democracia, neoliberalismo, mas frente a uma interrogação mais profunda sobre nossas formas de produzir bens e conhecimentos, sobre as relações entre os homens e entre as nações, sobre os valores pretendidos e realmente existentes na nossa civilização industrial.

Para Kurz, "os passageiros do Titanic querem ficar no convés, e que a banda continue tocando. Se tivermos que viver mesmo o "fim da história", não será um final feliz. Já não tem sentido algum recorrer ao Estado contra o mercado, e ao mercado contra o Estado. A falha do Estado e a falha do mercado tornam-se idênticas porque a forma de reprodução social da modernidade perdeu completamente sua capacidade de funcionamento e integração."[4]

–Estaremos numa fase inteiramente nova: pós-moderna, pós-industrial, pós-ideológica ou frente a um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo, que articula formas culturais pós-modernas e um modo mais flexível de acumulação do capital?, questiona Harvey[5].

–A era do iluminismo estará superada com seu racionalismo pretensioso ou há espaço para uma nova razão, crítica de si mesma e sensível ao desejo? Devemos abandonar as utopias, campo de construção de totalitarismos ou devemos buscar utopias democráticas, capazes de garantir alteridade, combinando ética e estética, razão crítica e prazer?, interroga Kehl[6].

–Estaremos, frente a uma crise momentânea para a qual não sabemos estabelecer parâmetros por ausência de distanciamento ou frente a uma crise civilizatória que exige um novo projeto?, perguntamos nós.

O segundo momento do evento teria como tema: *as propostas radicais*. Estaríamos nos interrogando sobre opções abandonadas na modernidade na relação com a natureza, com o trabalho, com o conhecimento, com a política; retomando questionamentos, de Rousseau a Castoriadis, na busca de

uma institucionalidade que garanta autonomia; rediscutindo, de Paul Lafargue a Andre Gorz, o papel do trabalho frente a alienação e o prazer. Refazendo a discussão do espaço público, de Hanna Arendt a Habermas. Repensando a produção do conhecimento social de Ivan Ilich a Maturana. Este segundo momento me parece ser um espaço de audácia de pensar, audácia necessária para produzir o novo.

O terceiro momento teria como tema: *a crise do modelo corporativista implantado nos anos 30*. Estaríamos nos interrogando sobre até que ponto as opções tomadas foram importantes ou não para possibilitar o desenvolvimento econômico do país, porque o modelo entrou em crise, quais os seus erros e acertos, se nele há elementos que devem ser mantidos e ou modificados ou se temos que caminhar para um modelo inteiramente novo. Devemos dar atenção não apenas aos aspectos econômicos, mas também ao quadro social, político e cultural. Para garantir um amplo pluralismo é importante dar espaço tanto para aqueles que sempre foram contrários ao modelo – mesmo se beneficiando dele, a exemplo de Roberto Campos – como também para analistas de diversos matizes e áreas: Cristóvam Buarque, Marilena Chauí, Luciano Martins, Décio Saes, Francisco Weffort, Luiz Werneck Vianna e muitos outros.

O quarto momento teria como tema: *um projeto para o Brasil*. Estaríamos buscando no mundo acadêmico e entre as diversas forças políticas organizadas novas propostas para o país. Mais uma vez é bom repetir que não nos limitaríamos à discussão de um novo modelo, apenas econômico, mas também social, político e ético-cultural. Seria interessante elaborar para cada debatedor um certo roteiro que estabeleceria marcos comparativos para os projetos. Nomes também não faltam para compor um quadro diversificado de idéias: Mangabeira Unger, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Cristóvam Buarque, Lula, Brizola, Arraes, José Serra estariam certamente entre os convidados para esta rodada.

O quinto e último momento teria como tema: *a UFMG frente aos novos*

desafios. Estaríamos repensando em outros marcos o trabalho universitário, levando em conta todo o debate anterior. Seria interessante combinar, neste caso, reuniões por áreas de conhecimento com reuniões mais amplas. Possivelmente, como resultado final do seminário, possamos articular projetos temáticos interdisciplinares combinando iniciativas em andamento com novos projetos.

O método mais adequado para a concretização de nossa proposta me parece ser o de seminários articulados por interrogações e distribuídos em cinco momentos, como foi sugerido anteriormente. Seriam convidadas pessoas da universidade ou fora dela, do país ou do exterior. Estas deveriam apresentar por escrito, para eventual futura publicação, a temática de suas reflexões. Alternativa ou simultaneamente poder-se-ia gravar e transcrever os debates. Outra opção seria apresentar depoimentos significativos (em vídeo) de expositores impossibilitados de comparecer pessoalmente à atividade.

Considero que se levarmos à frente este seminário-desafio estaremos contribuindo para tirar o debate político das referências pontuais em que ele se agita sem solução à vista, para renovar as práticas da UFMG no ensino, pesquisa, extensão e administração, ou mesmo para reaquecer o nosso movimento docente ameaçado de aposentadoria especial precoce.

NOTAS

1 – "APUBH, 16 anos. Balanço da trajetória política do Movimento Docente na UFMG". In: *Caminhos*. BH, APUBH, nºs 8 e 9, junho 1994, p. 113.

2 – ENZENSBERGER, Hans Magnus. "O Vagão Humano". In: *Veja 25 anos. Reflexões para o futuro*. São Paulo, Abril, 1993, p. 107.

3 – PAIVA, Dídimo. "O Fracasso da Razão Iluminista". In: *Estado de Minas*, 19 de março de 1995, p. 7.

4 – KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 234.

5 – HARVEY, David. "Condição Pós-Moderna". São Paulo, Loyola, 1993.

6 – KEHL,Maria Rita. "A razão depois da queda". In: *Tempo do Desejo: Sociologia e Psicanálise*. FERNANDES, Heloisa (org.). São Paulo, Brasiliense, 1988.

福？

UNIVERsidade

UNIVERSIDADE, CIÊNCIA E CIDADANIA

Fábio Wanderley Reis
Professor do Departamento de Ciência Política da UFMG

Tomemos como ponto de partida a concepção de cidadania como um conjunto de direitos, exposta por T. H. Marshall em clássico ensaio de meio século atrás. Nessa concepção, o processo deflagrado com a afirmação dos direitos civis básicos, cuja vigência corresponde ao chamado "estado de direito", desdobra-se posteriormente no usufruto dos direitos *políticos*, incluindo destacadamente o sufrágio ou o direito de voto, e culmina com a afirmação dos direitos *sociais*, em que se dá o acesso generalizado a bens da educação, saúde e seguridade social.

À cidadania assim concebida como o desfrute de direitos de tipos diversos é possível contrapor, contudo, a concepção alternativa (que amadurece sobretudo com George A. Kelly) em que a idéia dos direitos do cidadão convive com a dos *deveres* do cidadão. Esta con-

cepção distingue duas dimensões básicas da cidadania. A primeira é a dimensão "civil", que se refere à noção moderna e liberal do cidadão como antes de mais nada o indivíduo autônomo e capaz de afirmar-se por si mesmo – afirmação esta que não só prescinde do estado, mas que, crucialmente, pode dar-se contra o estado e o potencial de tirania ou despotismo nele contido. A dimensão civil da cidadania equivale, portanto, a algo que ocorre na esfera privada ou no "mercado". A outra dimensão seria a dimensão "cívica", que remete sobretudo a certo ideal de virtude cívica (visto como especialmente presente na pólis clássica) no qual o indivíduo se identifica com a coletividade de que participa e se dispõe a assumir os deveres e responsabilidades públicas decorrentes de sua inserção nela. Enquanto no mundo clássico da pólis tais responsabilidades se dão sobretudo na esfera militar (envolvendo, no limite, a idéia de que o cidadão se disponha a dar a vida por sua comunidade), a contrapartida moderna do ideal cívico, apesar de estimular também o sentimento difuso de patriotismo, busca valer-se do solidarismo inerente ao civismo clássico na esfera dos direitos sociais da concepção marshalliana de cidadania, promovendo aí o assistencialismo do estado de bem-estar social. Na perspectiva desta segunda dimensão, o cidadão autêntico se torna aquele capaz de, reconhecendo suas responsabilidades perante a coletividade nacional, dispor-se a prover o estado dos recursos necessários a assistir os membros destituídos dela – ou seja, aqueles que não têm condições de afirmar-se por si mesmos.

O aspecto a destacar é a tensão contida nessas duas faces da cidadania. Ambas afirmam valores que prezamos e que se tornaram parte do ideal complexo de cidadania partilhado de maneira difusa em nossos dias, mas os valores afirmados em cada uma delas se acham em clara oposição aos valores próprios da outra. Assim, se a face civil da cidadania propõe o inestimável valor da autonomia, esse valor convive aí com o estímulo à desigualdade e eventualmente ao conflito. Por outro lado, se a face cívica convida aos valores da solidariedade e da responsabilidade pública, ela é também, em sua tradução na

política social do estado moderno, a face do paternalismo estatal e da dependência. Daí que, em muito das discussões acerca da cidadania, os autores (e igualmente os atores políticos) oscilem confusamente entre a promoção do valor da autonomia e da "conquista" autônoma de direitos, por um lado, e, por outro, certa exortação edificante voltada à solidariedade e ao civismo.

Se tomamos agora os temas da ciência e educação e da universidade como componente do sistema de produção dos bens envolvidos, cabe salientar, inicialmente, que a ciência é parte importante do processo geral de desenvolvimento no qual se criam condições tanto de maior autonomia pessoal dos cidadãos quanto de enriquecimento da cidadania com os direitos sociais. Naturalmente, é difícil imaginar a transformação que o processo implica globalmente sem os elementos intelectuais dos quais a revolução científica é parte decisiva.

Pode-se, contudo, considerar em termos mais específicos o papel do elemento intelectual em conexão com as duas dimensões básicas da cidadania. Em primeiro lugar, a educação e os bens de natureza intelectual, em geral, compõem com outros o conjunto de bens a serem usufruídos na cidadania plena, em correspondência com a idéia de direitos e com o "civil" como desfrute. Na verdade, essa perspectiva condiciona mesmo certas leituras negativas do próprio estado de bem-estar social: tais leituras, baseadas na ênfase no componente cívico da cidadania, destacam a idéia de que, com o estado de bem-estar, numerosos cidadãos se veriam transformados em meros "clientes" do estado, que passa a aparecer como provedor de bens a serem desfrutados ou consumidos. Por outro lado, a educação e os bens intelectuais se mostram também como *instrumento* indispensável para a autonomia: a capacidade de reivindicação de direitos e interesses (ou a expansão da esfera do "civil" tomado como auto-afirmação autônoma) acha-se claramente correlacionada com a ocorrência adequada de recursos intelectuais ou cognitivos, e a indigência intelectual não pode traduzir-se senão em passividade e conformismo.

Mas há algo mais. O desenvolvimento educacional e intelectual geral é

também condição, provavelmente, de que a busca autônoma dos direitos ou interesses e de seu usufruto se possa eventualmente fazer ela mesma com a consideração do interesse público ou do interesse dos outros – por outras palavras, de que o egoísmo e o particularismo próprios do civil como autonomia venham a ser adequadamente temperados pelo altruísmo e o solidarismo cívicos. Na medida em que seja pouco informada e ilustrada, a busca "autônoma" dos interesses tenderá a fazer-se de maneira míope e a desandar em algo que nos é familiar na atualidade brasileira: o "fisiologismo" e o corporativismo estreito, o jogo de vale-tudo em que qualquer processo institucional estável se torna impossível. Por contraste, vale destacar, sem pretender apontar aqui relações de causalidade estrita, que o quadro de acesso amplo à educação que encontramos nos países de maior tradição de estabilidade institucional e democrática é também um quadro em que a cultura política prevalecente se caracteriza pelo apropriado equilíbrio entre pragmatismo na busca dos interesses e civismo na orientação geral perante a coletividade e o interesse comum.

Isso redunda em propor uma estreita conexão entre o ideal da cidadania e um ideal racionalista e iluminista. É bom precaver-se, porém, contra um perigo que surge aqui com clareza: o de que a valorização do racionalismo como postura e do desenvolvimento científico e intelectual resultem na distorção correspondente à hipervalorização política do conhecimento especializado e técnico e, em suma, no tecnocratismo. O que caracteriza essa distorção é a pretensão de que as decisões relativas a assuntos tecnicamente "complexos", por envolverem conhecimentos especializados aos quais apenas alguns têm acesso, deveriam ser excluídos do debate público e da apreciação pelos cidadãos comuns, restringindo-se aos círculos tecnicamente qualificados ou competentes. Tal pretensão é claramente abusiva. Ela esquece que o acesso de alguns ao conhecimento técnico neste ou naquele campo (energia nuclear, por exemplo), ao assegurar-lhes a qualificação para avaliar certos *meios* de que a sociedade poderá valer-se na procura de fins variados, não lhes assegura qualquer competência es-

pecial na definição dos próprios *fins* a serem buscados. O tecnocratismo envolve a postura de tomar os fins como dados ou não problemáticos e deslocar a discussão para o plano dos meios. Mas a sociedade democrática é antes de mais nada aquela que reconhece o caráter problemático da fixação dos fins que eventualmente orientarão a ação do estado – precisamente porque, quanto aos fins, cabe aos cidadãos como tal decidir, mesmo se ocasionalmente auxiliados pelo conhecimento dos meios que os peritos podem propiciar. É sempre possível perguntar para quê, ao cabo, queremos investimentos nucleares... E vale destacar que esta perspectiva se aplica mesmo aos problemas estritos da área científica, onde com freqüência encontramos nos meios acadêmicos, por exemplo, o pleito de que sejam os cientistas os principais tomadores de decisão no que diz respeito às políticas estatais de ciência e tecnologia. Ora, se supomos uma sociedade e um estado democraticamente constituídos, é importante reconhecer a necessidade de subordinação das opiniões do cientista à autoridade pública supostamente capaz de ter em conta a generalidade dos interesses envolvidos – e portanto a multiplicidade dos fins para os quais suas decisões deverão atentar.

Finalmente, cabe salientar uma última questão nestas breves notas. Trata-se de questão que adquire grande importância em nosso ambiente universitário, onde prevalece com freqüência certa concepção "extensionista" ou mesmo "militante" do trabalho acadêmico. Dada a premência ou dramaticidade dos problemas sociais ou políticos, essa concepção propõe que temos de ser antes de mais nada cidadãos sensíveis ou militantes conseqüentes: o trabalho acadêmico não poderia representar um embaraço diante das urgências aí envolvidas, e, em nome da relevância social da atividade do pesquisador ou professor, caberia livrar-se com ligeireza das complexidades e dificuldades envolvidas no processo de produção e

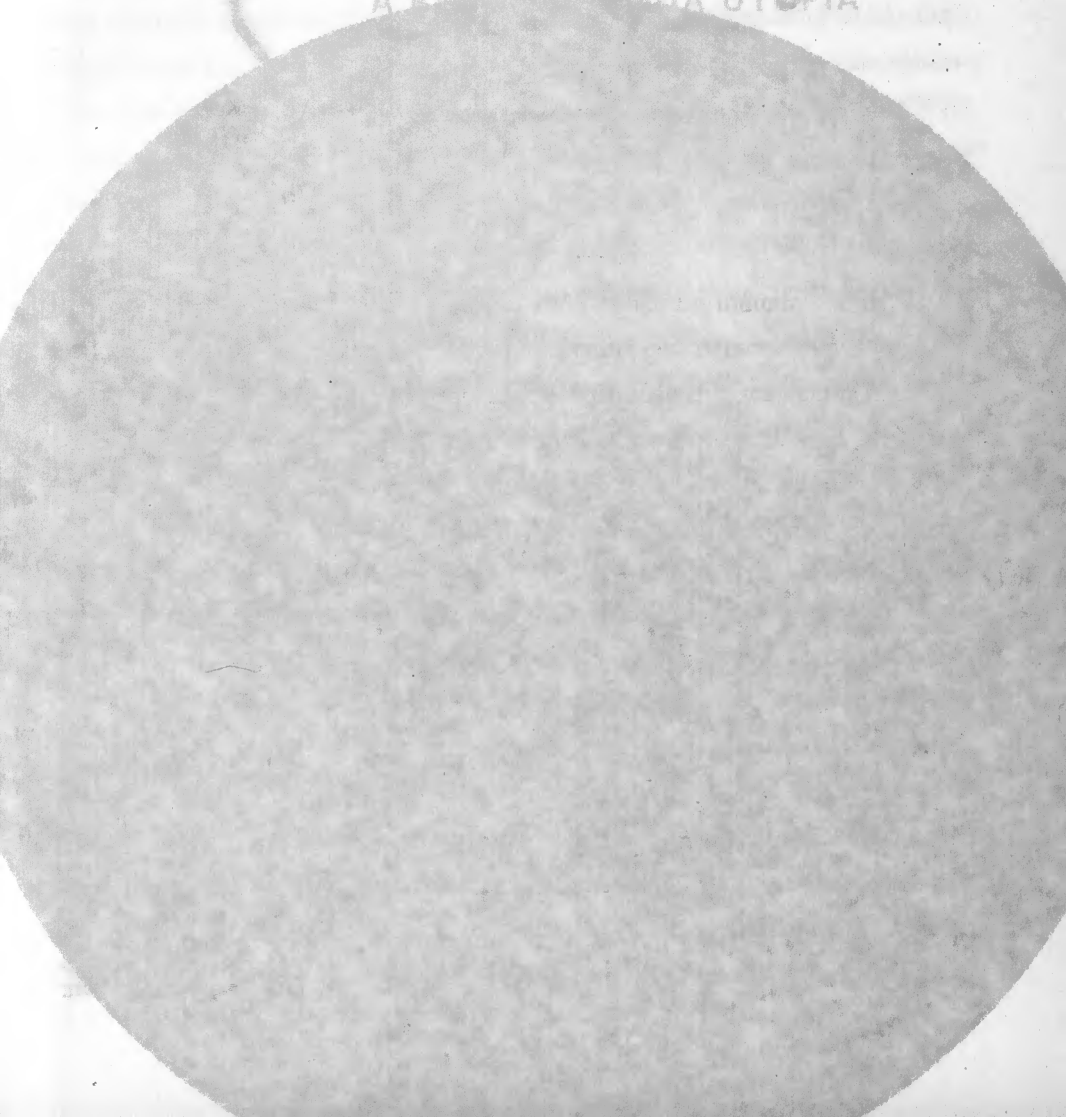
SERMOS CIDADÃOS NÃO NOS EXIME DE NOSSAS RESPONSABILIDADES PROFISSIONAIS

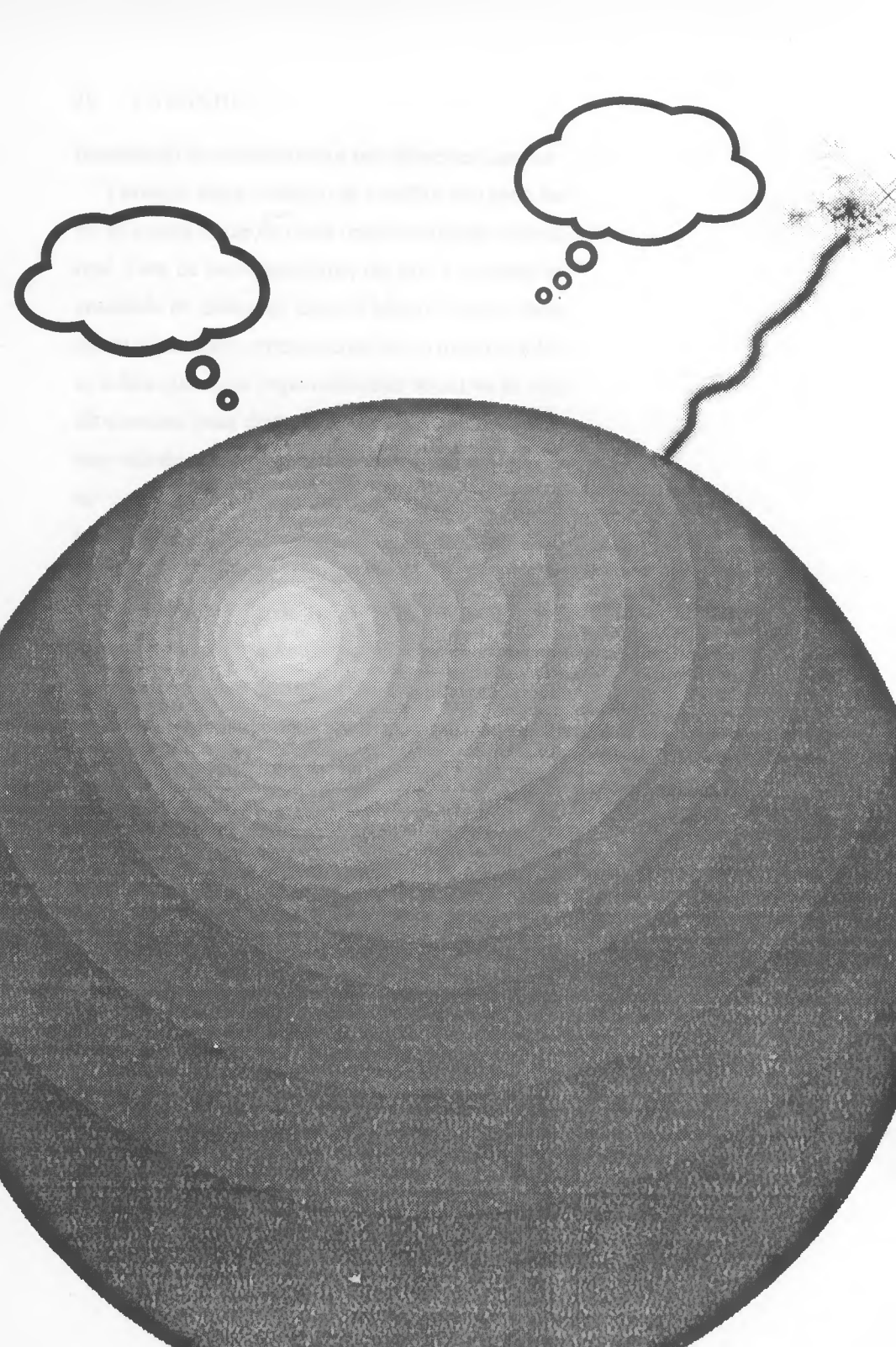
transmissão de conhecimentos nos diferentes campos.

Contudo, nossa condição de cidadãos não pode servir de escusa diante de nossa responsabilidade profissional. Fora de situações-limite, em que a eventual necessidade de defesa de direitos básicos postos diretamente sob ameaça extrema torna tudo o mais irrevalente, a face que nossa responsabilidade social ou de cidadãos assume mais diretamente é justamente a face correspondente a nosso desempenho profissional cotidiano – e ser cidadão responsável significa exatamente, antes de tudo, desempenhar-se de maneira zelosa e eficiente no exercício profissional, que supostamente envolve, ele próprio, contribuição social relevante. E a universidade tem responsabilidades específicas na formação profissional de categorias diversas e no desempenho profissional de seus próprios quadros nas atividades correspondentes e no trabalho de pesquisa. Se posso ser acaciano, para contribuir socialmente um médico tem, antes de mais nada, de ser um bom médico – e a universidade tem de formar bons médicos. Naturalmente, essa visão não se opõe a que profissionais de qualquer área se vejam eventualmente chamados a transformar-se em profissionais da própria atividade política, e nada há de ilegítimo na dedicação à "política como vocação", na fórmula famosa de Max Weber. Mas é preciso não confundir as coisas e evitar transformar a suposta ou real sensibilidade política em escusa para a irresponsabilidade profissional em nossa área específica de atividade.

MEMÓRIA

PARIS, MAIO DE 1968:
A REVOLUÇÃO DA UTOPIA





MEMÓRIA

PARIS, MAIO DE 1968: A REVOLUÇÃO DA UTOPIA

Cid Veloso
Professor da Escola de Medicina da UFMG

O ano de 1968 assistiu a inúmeros movimentos políticos em toda parte, curiosamente com a presença predominante dos estudantes. Ocorreram fatos que podem ser chamados revolucionários na Alemanha (iniciada na Universidade Livre de Berlim), na Bélgica (cujo epicentro foi ã Universidade de Louvain), no México (onde ocorreu a famosa e trágica chacina de estudantes na Praça de Tlatelolco), nos EE.UU. (especialmente nas Universidades de Berkeley e Columbia), na Checoslováquia ("primavera de Praga"), na Espanha, na Holanda, no Japão e em outros países. Em Saigon (Vietnã), no início desse ano, no festival do TET (comemoração do ano novo lunar), houve uma manifestação de apoio maciço da população vietnamita aos vietcongs, como um prenúncio da derrota norte-americana naquela guerra. Na China, a

"Revolução Cultural", que foi iniciada em 1966, atingiu seu momento culminante em 68.

O movimento político de maio de 1968 em Paris (também chamado "revolução das barricadas" ou "segunda revolução francesa") provocou uma inflexão na história deste século. Apesar de não ter sido a única causa das mudanças, modificou o comportamento e as relações sociais e pessoais em todo o mundo, constituindo-se em marco daquele período.

O que mais impressionou no movimento francês é que, inicialmente, não havia líderes, não havia nada organizado e os partidos políticos foram atropelados pelos fatos. Os poucos estudantes que iniciaram o movimento, ficaram surpreendidos com o que ia ocorrendo. Havia um sentimento pairando no ar, havia um estado de espírito revolucionário, uma indignação contra a repressão, contra o autoritarismo, uma necessidade de mudar a ordem das relações sociais. Havia uma profunda discordância com as hierarquias que organizavam o Estado e a economia do primeiro mundo.

Olgária Matos afirma: " Não era uma luta pelo poder ou contra ele. O movimento nasceu da surpresa e viveu dela. O lema era "a verdade do desejo". Era impossível enquadrá-lo nas categorias políticas, sociais e culturais conhecidas. Não havia a seriedade militante: a luta política coincidia com um estado de alegria e exuberância. Felicidade era sinônimo de luta".

Conforme La Boetie "os indivíduos se uniram por amizade e não por cumplicidade, uniram-se sem ter poder".

Olgária Matos comenta ainda: "O movimento recusava a política tradicional, passando fora do campo do marxismo diletante e de suas estratégias de poder; criticava radicalmente a estrutura do Estado e dos partidos. Praticou a espontaneidade consciente e criadora. Os estudantes não estavam procurando inventar um mundo ou uma política nova. Simplesmente, se perguntavam como se poderia tornar o mundo mais visível, menos insensato. O movimento foi mais capaz de contestar do que vencer, de imaginar do que transformar, de se exprimir do

que se organizar. Não foi a repetição monótona do conflito de gerações. Foi amplamente espontâneo. As assembléias eram permanentes, irreprodutíveis, desconhecendo hierarquias ocultas ou manifestas; não se codificava quem fala e quem ouve, quem é avulso e quem é organizado e quem deve votar. O direito passou a se realizar nas ruas, passando a se manifestar na forma do direito ao saber. Praticava-se a democracia direta. O movimento foi pacífico e generoso. Se utilizaram a violência, não foi para produzir uma nova cadeia de violência, mas para pôr fim à violência estabelecida. Talvez tenha nascido dele uma cultura poética, cultura que reaviva a beleza dos astros, da primavera, do amor, da felicidade, da fecundidade, da saúde e da alegria. O movimento recusou os padrões morais vigentes: a obscenidade não era mais a mulher nua que exibe o púbis, mas o general que exibe a medalha ganha no Vietnã. O conflito foi cultural e político, antes de ser econômico. Mas não se limitou à contestação política, mas sobretudo a uma contestação da cultura. A arte vem tomar o lugar da política."

De acordo com Cohn-Bendit "o significado real da revolução não é a mudança no gerenciamento social, mas a mudança do homem; a revolução deve nascer da alegria e não do sacrifício".

Hervé Hamon escreveu em seu livro *Génération*: "A paz que invadiu a França, após a Segunda Guerra Mundial, parecia condicionar seus jovens a devorar os livros de Malraux, vibrar com os filmes de Godard e Resnais, ler Sartre, discutir Marx de uma maneira distante e ouvir rock de Johnny Holliday. Mas esta paz representava um alívio e uma inquietude. Que paz era esta? A paz da ordem moral? Nada de sexo antes do casamento, nada de televisão sem controle da censura, nada de diploma sem submissão aos professores, nada de música, sem permissão, após a meia-noite. Sonhava-se com justiça, prazer livre, fala livre".

Segundo Esslin, o "movimento revolucionário de 68 acreditou na liberação de forças criadoras espontâneas (o que, até certo ponto, aconteceu) e

numa transformação da sociedade por essas energias criadoras (o que não aconteceu)".

Tudo começou no dia 22 de março de 1968. Um grupo de estudantes da Universidade de Nanterre (no subúrbio de Paris) foi preso pela polícia, durante manifestações isoladas contra a guerra do Vietnã. Eram liderados por um aluno de Letras, o alemão de 23 anos Daniel Cohn-Bendit. Os estudantes ocuparam o prédio da administração da Universidade. O Reitor pediu que a polícia os expulsasse. Eles recorreram à Sorbonne, no Quartier Latin, onde seus alunos se envolveram na questão e entraram em greve. Houve violentos conflitos com a polícia.

A pergunta era: quem comandava os protestos e a agitação? A polícia, atônita, procurava os líderes e nada encontrava. O que ficou claro é que ninguém estava no comando. Era uma revolta espontânea que inflamava Paris. Não havia dirigentes, nem hierarquia, nem disciplina partidária ou qualquer outra disciplina. O movimento contestava os profissionais da contestação.

No dia 6 de abril, a polícia confrontou-se com 22 mil estudantes, resultando em 600 feridos de ambos os lados. Cinco dias depois, 200 mil estudantes marcharam pelos bairros da margem esquerda do Rio Sena.

Uma semana depois, o Quartier Latin estava coberto de barricadas. A "noite das barricadas" - 10 de abril - amanheceu com 188 veículos incendiados.

Um mês depois, uma greve geral, iniciada na fábrica de automóveis Renault, paralisou indústrias e serviços em toda a França, na maior greve de sua história.

Os muros de Paris foram pichados com centenas de slogans. Segundo Lefort, houve "uma formidável liberação da palavra, a proliferação de panfletos, discursos-relâmpago, pregações e *slogans*:

- *Por um planeta mais azul*
- *É proibido proibir*
- *A imaginação no poder.*
- *Sob o calçamento, a praia*
- *Faça amor, não faça a guerra*
- *A poesia na rua*
- *Chega de atos, queremos palavras*

- A palavra é um coquetel Molotov
- Sejamos realistas, exijamos o impossível
- Nosso modernismo não passa de uma modernização da polícia
- Limpeza = repressão
- Estamos tranqüilos: 2 + 2 não são mais 4
- A felicidade é uma idéia nova na Escola de Ciências Políticas
- Tudo já
- Viver sem horas mortas, gozar sem entraves
- A liberdade do outro amplia a minha ao infinito
- A industrialização nos ameaça
- Você está sendo intoxicado: rádio, TV, jornal, mentiras
- Corra, camarada, o velho mundo quer te alcançar
- Não mude de emprego, mude o emprego de sua vida
- Aquele que fala de revolução sem mudar a vida cotidiana, tem na boca um cadáver
- Recusemos o imperialismo mistificante da ciência

NOS MUROS DE PARIS: LEVEMOS A REVOLUÇÃO A SÉRIO, MAS NÃO NOS LEVEMOS A SÉRIO

- O homem não é nem o bom selvagem de Rousseau, nem o perverso da Igreja e de La Rochefoucauld. Ele é violento quando oprimido e doce quando é livre.
- A cultura é a inversão da vida
- As fronteiras que se danem
- Levemos a revolução a sério, mas não nos levemos a sério
- Uma revolução que pede que se morra por ela é uma revolução no estilo do papai
- Revolução, eu te amo
- Construir uma revolução é também romper todas as correntes interiores
- Eu decreto o estado de felicidade permanente
- A barricada fecha a rua, mas abre o caminho
- A vontade geral contra a vontade do general
- A humanidade não será feliz enquanto o último burocrata não for enforcado nas tripas do último capitalista

Os *slogans* registravam a ideologia do movimento: aversão à burocracia,

às regras rígidas de comportamento e à repressão; a contestação ao poder constituído, ao autoritarismo, ao sistema, à ciência e à industrialização desordenada; o apelo à beleza, ao amor, à poesia, ao prazer, à utopia e à forma pacífica de fazer a revolução.

É curioso notar que, graças à incompreensão do poder e, conseqüentemente, da polícia e da senilidade das estruturas sociais, a França comprou uma crise que foi um fato inesperado e inovador para os revolucionários, anarquistas, operários, camponeses, estudantes, mulheres reprimidas e os pobres inconformados. As manifestações seriam inicialmente limitadas, como sempre foram na área estudantil, destinadas a se dispersarem rapidamente. Aí, surgiu a polícia, e tudo começou. A partir da repressão policial, o movimento estudantil abandonou as reivindicações educacionais e passou ao plano político.

Naquele momento, o governo de De Gaulle se esfacelava: a Assembléia Nacional foi dissolvida e por pouco o Primeiro Ministro Pompidou não foi deposto. O Partido Comunista Francês, ultrapassado pelos acontecimentos, tomava precaução contra os "provocadores".

Segundo Hervé Hamon "não foi uma revolução, foi uma festa. Não foi a guerra civil, mas o teatro de um combate. Foi tanto uma explosão da fala quanto uma explosão de granadas. Não foi grave mas, no fundo, era sério".

Serge Daney comenta: "O curioso do movimento é que não havia ódio. O paradoxo de maio de 68 é que o ódio esteve ausente. Falava-se bastante de "ódio de classes" e se supunha que os operários o tinham ainda. Sabíamos bem que se tratava de outra coisa". Daney relata a tomada do Teatro Odéon, da qual participou: "era um ato simbólico e refletia o gosto espontâneo - e bastante francês - pelo teatro revolucionário. Trocaram uma peça de Artaud por Jean-Louis Barrault, sendo por isto vaiados. Toda noite havia uma multidão no Odéon. Às vezes alguém iniciava um discurso e ouvia-se o murmúrio: "silêncio, é um operário que fala". Militantes da extrema-esquerda evitavam o contato com as ma-

nifestações estudantis, sob o argumento de que eram "pequenos-burgueses", que sua luta não existia, o que contavam eram os operários".

O teatrólogo Antonin Artaud era venerado pelos jovens revolucionários. Segundo Esslin "ele era uma anti-racionalista, viciado em drogas, místico e visionário, crente na Cabala, no tarô e nas religiões orientais. Ele denunciou a civilização industrial, com suas máquinas, ciência, medicina e os formalismos da lei; mas para substituí-la, tudo o que pôde advogar foi um vago desejo de retorno à Idade Média, à antiga civilização mexicana ou, em certos momentos de sua carreira, aos estilos de vida supostamente mais felizes da antiga China ou do Tibete. Contudo, uma tal preponderância de idéias negativas sobre as positivas também era marca distintiva da nova contra-cultura. Artaud demonstrava a profunda identidade de todas as atitudes políticas baseadas no primado da emoção sobre a razão e o seu inevitável recurso à ação violentamente agressiva."

O envolvimento dos intelectuais no movimento era evidente: Truffaut foi espancado pela polícia, Godard teve seus óculos quebrados e Nicholas Ray jogou punhados de terra nos guardas do Trocadero. Também Jean-Paul Sartre, Foucault, Marguerite Duras e Jacques Monod tomaram posição ao lado dos revolucionários. É interessante lembrar que Jean-Luc Godard profetizou tudo que acontecia, um ano antes, no filme "A chinesa".

De acordo com Hamon "falar em revolução seria claramente mentir, apesar da violência dos ataques, porque ninguém quis realmente matar ou morrer. Na noite de 24 de maio, os revoltosos quase dominavam Paris. Os Ministérios estavam vazios. E, no entanto, os manifestantes tinham cercado os Ministérios sem invadi-los, sem ultrapassar o ponto de não-retorno, para além do qual o uso das balas era fatal.

Finalmente, De Gaulle, que havia desaparecido por alguns dias, voltou e controlou a situação com um pronunciamento pelo rádio e televisão, com propostas de negociação com os revoltosos. Habilmente, De Gaulle que-

brou a aliança estudantil-operária, negociando vantagens sociais com os sindicatos, com o apoio do assustado PC francês.

A greve acabou e os estudantes voltaram às aulas. Estava terminado o movimento.

Mas, após maio de 68, pode-se dizer que o mundo nunca mais foi o mesmo.

A América do Sul, por outro lado, caminhava na contra-mão da História. O mundo vivia um movimento revolucionário que contestava o autoritarismo, a repressão, a hierarquia, a burocracia, os preconceitos e a industrialização desordenada e preconizava o prazer, a paz, o amor e a preservação da natureza. Enquanto isto, abaixo da linha do Equador, nas Américas, foram implantados governos autoritários, com base no poder militar, com o apoio dos Estados Unidos. Os golpes militares se sucederam: em 1964, no Brasil; em 1966, na Argentina; em 1972, no Uruguai e no Chile em 1973. O anti-comunismo paranóico dos Estados Unidos agravou-se com a revolução cubana em 1959, que estabeleceu uma base de ação para a URSS, não só econômica como estratégica militarmente. Guerrilhas se espalharam pela América Central e do Sul e o medo de se repetir o sucesso da revolução cubana provocou a ação dos militares sul-americanos, articulados com o poder econômico constituído e com o apoio dos EUA.

No Brasil, o golpe militar de 1964, apesar de restringir violentamente os direitos dos cidadãos e criar poderes extraordinários para o governo militar, manteve ainda algumas garantias da cidadania, através da Constituição de 1967: Congresso aberto, imprensa parcialmente livre, tribunais com poderes, inclusive para concessão de *habeas corpus* e de revogar prisões arbitrárias, o direito de ir e vir e a liberdade de expressão. Foi em 1968 que o governo militar endureceu o regime ditatorial, porque vários fatos políticos começavam a ameaçar o seu poder. Neste ano, foram iniciadas as ações guerrilheiras no país e houve intensificação da participação estudantil no movimentos de protesto político (reforçada pela morte do estudante

Edson Luís em manifestação estudantil no Calabouço, no Rio). A Igreja Católica também começava a participar da reação contra o regime militar. A Frente Ampla (criada por Lacerda, Juscelino, Jango, Adhemar de Barros, Mauro Borges e outros) atingia o auge de sua atividade oposicionista. Os operários fizeram greves amplas em Contagem e Osasco. No segundo semestre deste ano, as coisas se precipitaram: o Exército invadiu a Universidade de Brasília e o jovem deputado Márcio Moreira Alves fez, no Congresso Nacional, um discurso contundente contra o regime, protestando contra a invasão. Foi a gota d'água: os militares pressionaram o Congresso para cassar o mandato do deputado e, não sendo aprovada esta medida – votada no dia 12 de dezembro – foi editado o famigerado Ato Institucional nº 5 (AI-5) no dia seguinte. Este ato preconizava medidas drásticas contra as instituições democráticas e os direitos dos cidadãos: foi fechado o Congresso, suprimidas as liberdades individuais, censurada a imprensa e suspenso o *habeas corpus*. Foram presos vários líderes, artistas e intelectuais, entre os quais Juscelino Kubitscheck, Carlos Lacerda, Sobral Pinto, Ferreira Gullar, Antônio Callado, Millor Fernandes, Paulo Francis, Carlos Heitor Cony, Mário Lago, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Rafael de Almeida Magalhães. Este endurecimento do regime militar deu origem a um dos períodos mais negros da história do país, com a primazia absoluta da violência oficial e do arbítrio, produzindo uma política econômica concentradora de riqueza e excludente, um obscurantismo cultural nunca visto no país e instaurando uma política repressora e alienante nas escolas, que impediu a formação de novas lideranças, fato que se refletiria nas décadas seguintes.

REGIME MILITAR: PRIMAZIA ABSOLUTA DA VIOLÊNCIA E DO ARBÍTRIO

O movimento de maio de 68 na França teve tanta repercussão em todo

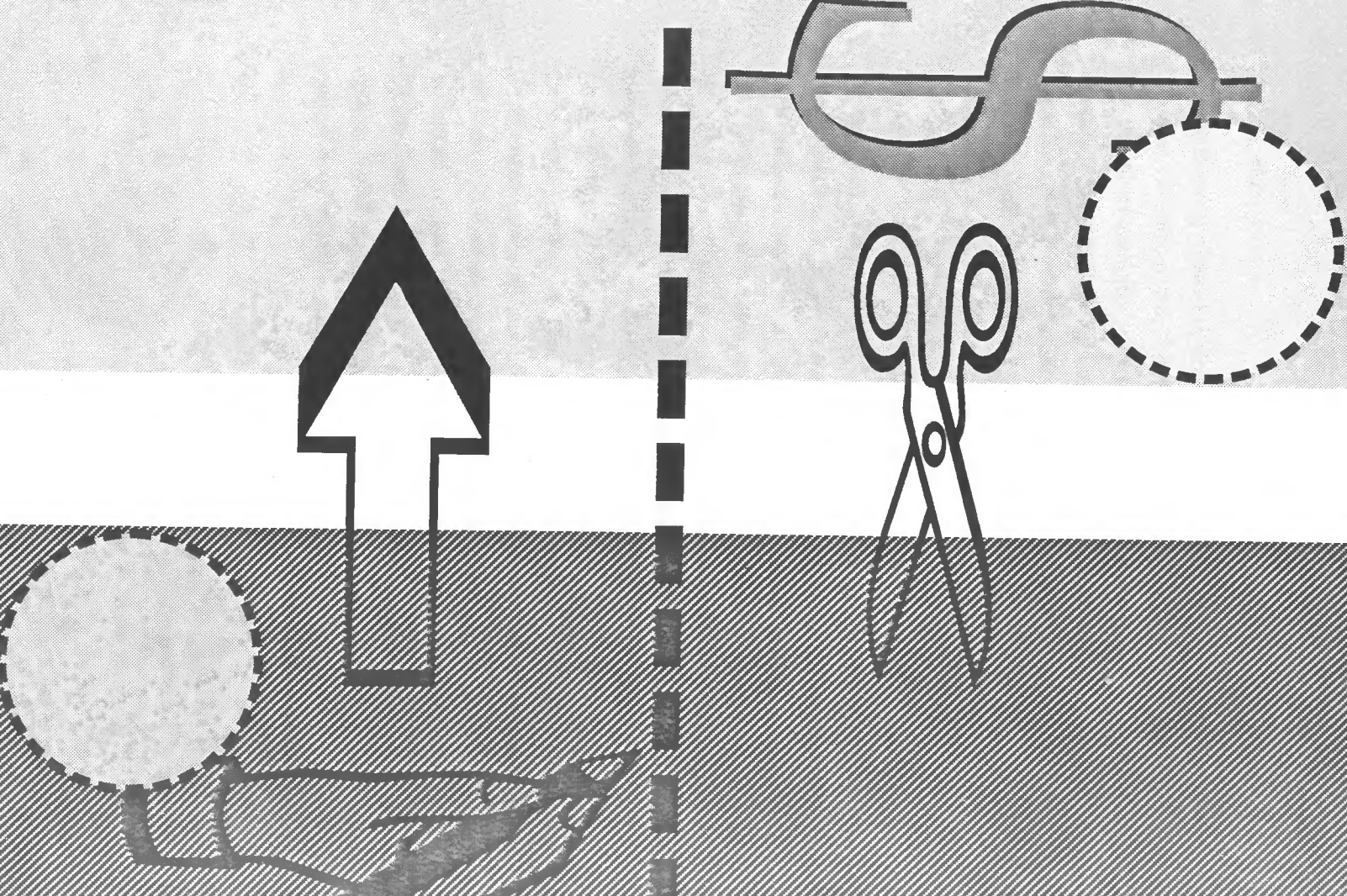
o mundo que o Presidente Costa e Silva, no Brasil, declarou em junho de 68: "Enquanto eu estiver aqui, não permitirei que o Rio se transforme em uma nova Paris". Durante a greve de Osasco, o Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho advertiu: "O Tietê não é o Sena". O estudante da USP, Luiz Raul Machado, retrucou: "Os generais podem estar tranqüilos, que não se repetirá aqui o que houve na França. Vai ser muito pior". O movimento estudantil brasileiro, entretanto, não lutava contra abstrações como "unidimensionalidade da sociedade burguesa", mas contra uma ditadura concreta e violenta.

Refletir agora sobre este período tem o sentido de ensinar-nos a enfrentar novas crises que se apresentam, a compreender a potencialidade dos homens para enfrentá-las e a reafirmar a luta permanente da humanidade pela liberdade e pela democracia. Isto torna-se particularmente atual, no momento em que o movimento estudantil encontra-se apático e perplexo e em que as opções políticas e econômicas do mundo tornaram-se limitadas, após o esfacelamento do socialismo europeu e com a constatação de que o sistema capitalista não responde às necessidades sociais da humanidade.

NOTAS

1 – COHN-BENDIT, D. *Nós que amávamos tanto a revolução*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
2 – DANEY, S. "Do Odéon a Bombaim". FOLHA DE S. PAULO, 6/5/88.
3 – ESSLIN, M. Artaud. *São Paulo*. Editora Cultrix/Editora da USP, 1978.
4 – HAMON, H. "Paris se aborrece". FOLHA DE S. PAULO, 6/5/88.
5 – LA BOETIE, in MATOS, O.C. F.
6 – LEFORT, in MATOS, O. C. F.
7 – MATOS, O. C. F. *Paris 1968 – as barricadas do desejo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.





política & sociedade

RELAÇÕES DE TRABALHO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Fernando Coutinho Garcia
Professor do Departamento de Administração da UFMG

Texto elaborado a partir da participação do autor, da delegação da Apubh, no 1º Simpósio sobre Relações de Trabalho e Negociação Coletiva nas IFES. Brasília, dezembro de 1994.

Introdução

"A longo prazo todos estaremos mortos"
John Maynard Keynes

Nos rumos do capitalismo do início dos anos 80, após os impactos da Opep I e II na década de 70, emergiu o que chamamos neoliberalismo. Dá-se então o esgotamento do estado keynesiano e o fim do ciclo virtuoso do capitalismo (1945-70), com a economia vodu do *reaganomics* e do *thatcherismo*, gerando a ilusão dessa década, com seu elevado endividamento e sua elevada especulação, não mais se fundamentando em acumulação real substantiva, mas sim num capital fictício (Kurz, 1993) ou na "morte do dinheiro" (Kurtzman, 1995).

Em lugar de planos de desenvolvimento nacional, surge a abertura para o mercado mundial; em lugar de instituições e estrutura de economia de Estado, colocam-se como metas a serem seguidas pelo "Consenso de Washington" as privatizações e a total desregulamentação do Estado, o que provoca crises nas políticas fiscal e tributária com claros reflexos na política salarial do setor público.

Essa mudança de rumo, apresentada auspiciosamente como estratégia, na realidade documenta a capitalização das economias perdedoras e falidas.

A palavra de ordem dos chamados países emergentes (o México é um bom exemplo) passa a ser "Venham enfim nos explorar, nós estamos abertos – acontece que mais abertura é impossível."[1]

Como afirma Kurz (1993):

"Os critérios de estatística de desemprego britânico, e também espanhola, foram sendo mudados até que seus resultados pudessem ser apresentados como razoáveis. O mesmo vale para a taxa de inflação no Japão, calculada segundo uma cesta de mercadorias em que até pouco tempo ainda constavam televisores em branco e preto".

O maior problema do capitalismo contemporâneo e o que mais impacta as relações de trabalho no setor público é o de uma restrição orçamentária geral. A crise precisa ser "paga" e, naturalmente, pergunta-se por quem. Os pensadores da economia de mercado enredam-se em paradoxos, pois os "responsáveis" não imaginam outra coisa a não ser a sabedoria monetarista, tornada oficial há vários anos e infelizmente já gasta, de uma política de ofertas: as empresas devem ser poupadas do fisco, os salários congelados e as realizações sociais restringidas.

A simultaneidade associal de pressão sobre o poder de compra das massas, liquidação das funções sociais, etc., por um lado, e dispensa das obrigações fiscais e contribuições ou desregulação (seguro-desemprego, reforma da Previdência, etc.), por outro, obrigam o Estado a financiar seu keynesianismo "suplementar" mediante excessos de endividamento nos mercados financeiros.

Com isto, criou-se por intermédio

do mecanismo dos juros (elevação dos juros pela demanda de crédito do Estado) mais uma pressão de agravamento da crise sobre uma conjuntura já sobrecarregada pelo recuo do poder de compra via arrocho salarial e endurecimento nas relações de trabalho e nos processos de negociação coletiva.

Relações de Trabalho e Processos de Negociação Coletiva

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial tem se verificado um aumento considerável de sindicatos que reúnem servidores públicos, inclusive da administração direta. Não estaria exagerando quem dissesse que ocorreram nesse setor mudanças revolucionárias.

O servidor público faz parte da máquina do governo, a quem compete a tarefa de executar as políticas ditadas por ministros de Estado. Antigamente, o servidor público civil tinha um *status* especial que tendia a distingui-lo dos demais trabalhadores. Esse *status* não o eximia de críticas, como as tradicionalmente dirigidas aos fiscais tributários e outros, mas lhe dava a expectativa de estabilidade, direitos à pensão (às vezes sem contribuição) e outros benefícios e, no curso de seu trabalho, recebiam informações que não estavam ao alcance do público em geral. Em troca, dele se esperava total fidelidade ao governo, o obediente desempenho de seus deveres, discrição no trato das coisas públicas e, em alguns países, não se filiar a um sindicato, embora às vezes pudessem constituir associações separadas das organizações de trabalhadores em geral. Eles se enquadravam no conceito formulado pelos órgãos supervisores da OIT, quando da apreciação da Convenção nº 98, de servidores públicos agindo na condição de agentes da autoridade pública.

Pelo menos dois importantes desenvolvimentos ocorreram desde que se adotou essa Convenção. O primeiro é o crescimento do serviço público como um todo. A máquina do Estado tem revelado a tendência, em todo o mundo, de aumentar de tamanho e de área de atuação; saúde pública, transporte, energia e muitos outros serviços têm crescido, e empresas estatais nos

setores comercial, industrial e agrícola se multiplicam e crescem num ritmo constante. Todas essas tendências se combinaram para fazer do Estado, na maioria dos países, o maior empregador. A segunda mudança não é fácil de identificar ou de descrever: o desenvolvimento gradativo de uma nova concepção do servidor público como um trabalhador igual aos outros e uma mudança de concepção, não só por parte do público em geral, mas também por parte dos próprios servidores.

Um dos resultados do desenvolvimento acima descrito é o contínuo crescimento, mais ou menos entre 1960 e 1980, das organizações de trabalhadores no serviço público. De fato, embora a taxa de crescimento tenha diminuído de ritmo desde 1980, os sindicatos de serviço público tornaram-se o maior setor isolado no movimento sindical de muitos países. Exceto onde era proibido a sindicalização, esses sindicatos têm aderido às confederações sindicais nacionais, além de formarem várias confederações do serviço público no âmbito internacional.

Como esperado, o crescente número de sindicatos no setor público, incluindo os dos servidores públicos da administração direta, impunham seu reconhecimento pelos seus empregadores e direito à negociação coletiva. Em alguns países, isso não causou maiores problemas, posto que o direito de participar na definição de salários e condições de trabalho já tinha sido reconhecido há muitos anos. Em outros, gerou conflitos de gravidade variável, quando o governo se recusou a conceder tal direito, sustentando que o servidor público gozava de condição especial que o impedia de exercer o direito de negociar coletivamente e ou de constituir sindicatos. Os termos da Convenção nº 98 eram freqüentemente citados por governos, mas em alguns casos sem o menor fundamento, pois conduziam a conclusões tais como a de que trabalhadores como carteiros, professores, maquinistas e até varredores de rua estariam engajados na administracão do Estado, o que os sindicatos de serviço público consideravam um absurdo.

A posição dos servidores públicos foi discutida no curso de uma reunião

do Comitê Consultivo da OIT, realizada em 1957, sobre Empregados Assalariados e Trabalhadores Profissionais. Tendo discutido a questão geral de trabalhadores não-manuais e a negociação coletiva, o Comitê adotou uma resolução na qual convidava o Conselho de Administração da OIT a examinar o assunto e a tomar medidas que "permitam uma exaustiva discussão dos problemas concernentes ao servidor público e, em particular, dos princípios sobre os quais deve basear-se a determinação das condições de trabalho do servidor público" (Trev, 1993).

EM 20 ANOS DE LUTA, A CONVENÇÃO 151 É O MAIOR PRÊMIO DOS SERVIDORES

Essa iniciativa foi mais tarde acolhida pela Conferência Internacional do Trabalho, em 1959, quando trabalhadores não-manuais foram objeto de discussão numa reunião de peritos convidados pelo Conselho de Administração, em 1963. A reunião de peritos foi seguida pela criação de um novo órgão, o Comitê Conjunto sobre Serviço Público, e a adoção, pela Conferência, em 1978, da Convenção nº 151, "concernente à proteção do direito sindical e de procedimentos para determinar condições de emprego no serviço público". Durante esse período, a OIT dispensou atenção a áreas específicas do setor público, o que contribuiu para a consideração dos princípios gerais envolvidos. Por exemplo, numa conferência especial convocada pela Unesco, em Paris, em 1966, foi adotada uma "Recomendação sobre a condição de professores", na qual foi reconhecido o direito dos professores negociarem, por meio de suas organizações, com seus empregadores, públicos ou privados. A OIT ajudou na preparação da conferência e mandou uma delegação tripartite para participar dos trabalhos e atuar na supervisão da aplicação da recomendação. No parágrafo 84, estabeleceu que deveria ser criado um organismo conjunto apropriado para se ocupar da solução de disputas entre empregadores e profes-

sores decorrentes de termos e condições de emprego. Se se esgotarem os meios e procedimentos estabelecidos para esse fim ou se ocorrer uma suspensão nas negociações, as organizações de professores devem ter o direito de tomar outras providências, como acontece com outras organizações na defesa de seus legítimos interesses.

Os sindicatos do serviço público consideraram a adoção da Convenção nº 151, de 1978, como a maior realização e merecido prêmio pelos 20 anos de esforço internacional. O texto dos parágrafos substantivos não é longo e merece estudo cuidadoso por todos os interessados em negociação coletiva para servidores públicos. Reconhece seu direito, com reduzidíssimas exceções, de participar, juntamente com autoridades públicas, na definição de seus termos e condições de trabalho. Não emenda nem substitui a Convenção nº 87 nem a nº 98, mas as complementa ao incluir servidores públicos numa série paralela de medidas protetoras. No começo de 1985, a Convenção tinha sido ratificada pelos seguintes países: Cuba, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Guiné, Guiana, Noruega, Peru, Polônia, Portugal, Espanha, Suriname, Suécia, Suíça, Reino Unido e Zâmbia (Trev, 1993).

Os funcionários públicos, tendo conquistado, em muitos países, dois direitos que consideram de maior importância – de sindicalização e de negociação coletiva – envolveram-se durante os anos 60 na luta pelo direito de greve. No seu sentido estrito, a greve representa uma suspensão nas negociações e dificilmente pode ser incluída na descrição de um processo de negociação coletiva. É importante, porém, levar em conta o notável aumento da militância dos sindicatos do setor público naquele período e as razões por que ocorreu. Uma das razões já foi mencionada anteriormente: a redução da distância entre as condições de emprego do trabalhador burocrático e do manual, juntamente com o gradual desaparecimento do conceito de respeitabilidade, dignidade e *status* especial. A outra razão foi a adoção, por muitos governos, de uma política de vendas como meio de controlar a taxa de inflação. Muitas tentativas têm sido fei-

tas, especialmente a partir de 1960, para introduzir políticas, em grandes proporções abandonadas por várias razões. Era freqüente governos declararem o "congelamento" dos salários pelo período de um ano ou mais. Uma coisa, porém, é dizer, outra é fazer.

Todavia, há sempre um setor onde o governo espera poder aplicar o congelamento de salários, que obviamente é o setor em que ele paga salários, direta ou indiretamente. Os servidores públicos não tardaram em reagir ao que lhes pareceu ser uma política de discriminação ou até mesmo uma defraudação. Seus sindicatos organizaram resistência a políticas de congelamento no setor público, enquanto salários, rendimentos e outras fontes de renda continuavam crescendo paralelamente ao custo de vida. Alguns governos têm encontrado dificuldade em impor políticas salariais contra a vontade dos sindicatos e vários governantes têm sido acusados perante a OIT de violação das convenções relativas à negociação coletiva.

O direito de greve para o setor público é uma questão que envolve as mais diferentes opiniões. Em alguns países, esse direito é reconhecido por lei, em outros, não. Em muitos, são impostas várias restrições, algumas muito severas. No decurso do estudo geral sobre Liberdade Sindical e Negociação Coletiva, de 1983, a Comissão de Peritos na Aplicação de Convenções e Recomendações da OIT examinou atentamente este direito e chegou à seguinte conclusão: o princípio segundo o qual o direito de greve pode ser limitado ou proibido, no serviço público ou em serviços essenciais, públicos, semipúblicos ou privados, ficaria sem sentido se a legislação definisse serviços públicos e serviços essenciais de modo excessivamente amplo. Como já observado pela Comissão em estudos anteriores, a proibição deveria ser restrita a servidores públicos que atuem na qualidade de agentes da autoridade pública ou em serviço cuja interrupção pusesse em risco a vida, a segurança pessoal e a saúde da população. Ademais, se as greves são limitadas ou proibidas no serviço público ou em serviços essenciais, garantias adequadas devem

ser dadas para proteger os trabalhadores aos quais é negado um dos meios essenciais de defender seus interesses profissionais. As restrições devem ser compensadas por adequados e ágeis procedimentos de conciliação e arbitragem, em que as partes interessadas possam tomar parte de todas as fases e em que os laudos de todos os casos obriguem igualmente as partes. Esses laudos, por sua vez proferidos, devem ser pronta e plenamente cumpridos (Campero, 1993).

Embora a expressão "serviço público" tenha sido usada nessa Comissão em sentido amplo, é imperativo reconhecer que vários serviços, como educação e saúde, são públicos em alguns países e privados em outros, e podem até conter tanto elementos públicos como privados. A matéria aí desenvolvida deve ser, por conseguinte, adaptada às circunstâncias nacionais.

Salvo circunstâncias especiais, como o caso de políticas que envolvam o congelamento de salários, não é fácil definir níveis salariais no serviço público. Quanto ao trabalho executado, é facilmente medido em comparação com o executado num emprego no setor privado (por exemplo, dirigir um caminhão do correio); a tarefa não apresenta maiores problemas, na suposição de que elementos tais como seguridade social, segurança no emprego e salários indiretos são comparáveis. Casos mais difíceis são encontrados no setor não-manual. Que salário seria razoável para um fiscal da Receita Federal ou para um professor universitário? De maneira geral, o problema tem merecido três abordagens: comparando-se o trabalho do empregado público com outro não-governamental, em que a educação e o treinamento exigidos, o grau de responsabilidade e outros fatores que entram na equação sejam mais ou menos iguais; a negociação entre autoridade pública e os sindicatos do servidor público que conduza ao que de fato é um acordo coletivo, embora não necessariamente regido por lei, e a sistemática correlação das tabelas para acompanhar as mudanças no custo de vida. Alguns países se apegam ao antigo conceito do servidor público como uma pessoa cujo *status* especial o

obriga a aceitar, sem questionamento, o que o Estado decide. Em outros, o serviço público é visto como uma ocupação igual a qualquer outra e os sindicatos dos servidores públicos exercem quase as mesmas funções que os sindicatos de carpinteiros ou de mineradores de carvão.

Uma revisão abrangente da lei e da prática de vários países pode ser encontrada numa publicação da OIT, de 1976, intitulada Liberdade Sindical e Procedimentos para Determinar as Condições de Emprego no Serviço Público.

Em 1983, o Secretariado da OIT preparou para o Comitê Conjunto sobre Serviço Público um relatório que sintetizou os desenvolvimentos ocorridos nos últimos anos. Constatou-se, em especial, que salários e vencimentos do serviço público estavam, em geral, ficando defasados com o aumento do índice de preços ao consumidor, em outras palavras, do custo de vida. Alguns governos, alegando dificuldades financeiras, tinham abandonado o princípio da isonomia entre os setores público e privado.

Os procedimentos para definir salários no serviço público podem ser extremamente complexos e são quase tantos sistemas adotados quantos são os países-membros da OIT, de modo que seria impossível até mesmo um resumo desses sistemas. Importa é que, quando a Convenção nº 151 foi adotada em 1978, 87 governos votaram a favor, nenhum votou contra e 24 se abstiveram. Esses números revelam a dimensão da mudança ocorrida desde que os direitos de negociação coletiva do serviço público começaram a ser discutidos na OIT, em 1957.

APESAR DA EXPLOSÃO DA ÚLTIMA DÉCADA, NOSSO SINDICALISMO AINDA É DÉBIL

Os Desafios para o Sindicalismo Brasileiro no Limiar do Século XXI

Após apresentarmos tais enfoques, poderíamos colocar, a título de hipótese, que a ameaça que paira sobre o movimento sindical no Brasil é menos

de natureza política do que de natureza estrutural. Os desafios impostos para o sindicalismo brasileiro na década de 90 transcendem as dimensões político-ideológicas propriamente ditas, embora não possamos desprezar tais mediações, tendo em vista que o tipo de resposta sindical que possa ser dado a tais desafios depende, num primeiro momento, da orientação político-ideológica adotada.

Entretanto, os novos desafios postos pela ofensiva do capital no final do século XX põem em questão a própria eficácia do sindicalismo enquanto prática social. Se tal investida do capital pôs o movimento sindical nos países capitalistas centrais numa situação de crise estrutural, algo não muito diferente ocorrerá conosco, porque principalmente entre nós o sindicalismo não teve o mesmo potencial organizativo (e defensivo) destes países industriais.

Apesar da "explosão" sindical da última década, o nosso sindicalismo possui ainda debilidades crônicas, não apenas de dimensões políticas (tal como a "estrutura sindical populista" ou o "modelo corporativo", ressaltados pelos vários analistas), mas de dimensões estruturais (que reforçam, em última instância, tais debilidades apontadas pelos vários estudiosos).

Apesar dos avanços da última década, a pouca organização por local de trabalho e a baixa sindicalização, por exemplo, ainda constituem debilidades crônicas do nosso sindicalismo. Além disso, o próprio conceito macroeconômico de instabilidade econômica e inflação galopante criou o que poderíamos chamar de uma cultura sindical reativa que leva à exaustão o defensivismo corporativo (de caráter economicista), abrindo pouco espaço para demandas estratégicas (por exemplo, a organização no local de trabalho, muito embora tenha surgido nesta década, nos sindicatos mais organizados, a luta pela organização do trabalho).

"O aumento da mobilização sindical não se traduziu na superação da prática reativa/reivindicativa – que certamente constitui um traço definidor da ação sindical em qualquer país –, mas que no nosso caso passou a ser o único ponto de referência da ação sindical, indicando a ausência de definições de plano estratégico (...) Apesar também da maior capacidade de pressão dos trabalhadores, as ações de curto prazo nem sempre resultaram em conquistas: basta observar os resultados da década" (Mattoso & Oliveira, 1990).

Deste modo, a intervenção sindical no local de trabalho ainda é muito restrita ou quase inexistente e a influência dos sindicatos nas decisões de política econômica é quase nula. Diante do aprofundamento da recessão, da abertura econômica, do incremento da concorrência intercapitalista, a exclusão dos trabalhadores das decisões estratégicas tomadas pelas empresas (e pelo governo) ainda é total (por outro lado, as câmaras setoriais, por exemplo, constituem uma experiência defensiva de novo tipo, cujas concessões entretanto não garantem em definitivo a manutenção do padrão de vida e salário para os operários em geral. Possui um viés neocorporativo muito forte que tende a amarrar, por completo, o sindicalismo à lógica do capital).

Portanto, se a década de 80 criou a aparência de que o sindicalismo em nosso país corria na direção contrária, no contra-fluxo, dos países desenvolvidos do centro capitalista, a próxima década, sob a égide da globalização econômica (e da reestruturação produtiva) colocará para o sindicalismo brasileiro, de forma muito clara, os mesmos desafios que estão sendo colocados para o sindicalismo em outros países industriais.

O incremento do potencial ofensivo do capital, inclusive, vem ganhando novas proporções desde meados da década de 80. Na última década, o capitalismo fez intervenções muito mais estratégicas do que os sindicatos, presos à sua lógica reativa/reivindicativa.

Em primeiro lugar, os empresários e o Estado souberam reagir à investida do movimento sindical no início da década de 80. Para isso, a indústria mais dinâmica, onde precisamente o movimento sindical é mais poderoso, adotou a modernização tecnológica, seja através da inovação organizacional, seja através da inovação tecnológica (com efeitos decisivos sobre emprego, qualificação e organização sindical). Como salienta Falabella (1988), o próprio desenvolvimento do movimento sindical e popular é um fator que deverá incentivar a modernização tecnológica, já que esta será útil como resposta patronal frente ao avanço sindical. Ele observa que durante a década de 80, sob as novas condições políticas de Estados de Direito democrático, o capital soube reagir de modo estratégico e não apenas imediato. Ou seja, os empresários passaram a compreender que sua resposta não pode ser puramente despótica. Isso dinamiza as buscas de

inovações organizacionais e tecnológicas, que permitem dar uma resposta mais estratégica aos desafios colocados pela necessidade de manter o controle da organização do trabalho.

A forte ofensiva exportadora desenvolvida pelas grandes empresas na segunda metade da década de 80, contribuiu para a modernização da estrutura industrial do país. Surgiram inovações dinamizadas não apenas pela emergência de um poderoso movimento sindical com forte poder de pressão política e social, mas pelos requerimentos de competitividade no mercado internacional.

Portanto, podemos dizer que a década de 80 não foi apenas a "década dos trabalhadores", mas também a "década do capital" (principalmente em sua segunda metade). As mudanças no terreno tecnológico e especialmente organizacional, que se incrementaram nos últimos anos com a abertura econômica e o crescimento da competitividade internacional, puseram o sindicalismo numa situação de impasses estruturais. Não apenas a modernização tecnológica, mas a própria reestruturação produtiva *lato sensu*, dada pela terceirização, juntamente com o incremento do desemprego estrutural, põem o sindicalismo na defensiva (independente da sua forma política).

Finalmente, os impasses do sindicalismo são os impasses da própria esquerda clássica do movimento operário, que diante da ofensiva do capital global (com a utilização de novas tecnologias e flexibilidade da produção), parece ser ainda incapaz de oferecer uma alternativa viável contra a usurpação universal do "princípio de rentabilidade".

Na verdade, reconhecemos que a alternativa correta para o movimento operário não é a social democracia, que não significa muita coisa hoje em dia. O próprio "classismo" encontra dificuldades concretas (e objetivas) para viabilizar-se enquanto alternativa política. Até porque a crise da social democracia é outra vertente da crise do socialismo enquanto forma política elaborada pelo movimento do capital transnacional, que tende a tornar ineficaz – embora não absolutamente – a gestão política e econômica do Estado-nação, território onde ocorrem, de modo concreto, as lutas (e demandas) sociais.

Enfim, é a própria política nacional que está em crise, e os impasses da esquerda ligada ao movimento ope-

rário traduzem tais desafios, que nos fazem pensar em novas formas de atuação neste limiar do século XXI.

O que certamente exigirá estratégias políticas de novo tipo, com o incremento de organizações locais, nacionais e transnacionais e mais do que isso, da superação dos próprios limites do sindicalismo enquanto forma clássica de movimento operário vinculado a demandas salariais *lato sensu*. A reposição de intervenções políticas globais da classe trabalhadora significa, no limite, ir além do corporativismo típico da forma sindical vigente do sindicalismo do pós-guerra.

O "CLASSISMO" NÃO É MAIS UMA ALTERNATIVA POLÍTICA

Conclusões

As relações de trabalho parecem estar enfrentando um típico processo de transição, em que estão se recompondo os papéis de todos os atores sociais e institucionais que formam parte delas.

O que marca essa tendência no âmago de um amplo processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado é sua multidimensionalidade, na medida em que implica redefinições em diversos níveis:

1. Nos espaços centrais em que as relações de trabalho operam, onde se observa uma transformação do nível macro ao nível micro, com tendência a uma crescente importância do segundo.

2. Nas lógicas de ação dos atores, onde se observa uma certa direção ao nível coletivo como tipo de ação central, ao lugar de uma ação ao nível da categoria profissional – institucional de servidor público.

3. Nos instrumentos jurídico-institucionais (legislação trabalhista, papel da administração pública no trabalho, etc.), se observa uma tendência a combinar proteção (keynesianismo) com flexibilização do contrato e do mercado de trabalho (neoliberalismo, Controle de Qualidade Total, Reengenharia, etc.).

4. Nos métodos de gestão de recursos humanos e da organização, com a prevalência de novas tecnologias (terceirização, automação, etc.).

Em todos esses campos se manifestam diferentes ritmos de mudança, segundo os países e os setores, como também segundo os tipos de relação entre Estado, atores corporativos e políticos. Precisamente pelo caráter multidimensional dessas transformações, as realidades observáveis são bastante diversas.

Finalmente, a carência de uma conceitualização consistente que relacione esses elementos, gera em ambos os atores (servidor público e Estado) uma percepção de incertezas.

Esta evidência deveria obrigar a um esforço de concepção do processo em curso, considerando por certo suas especificidades locais e regionais.

Do mesmo modo, parece necessário avançar na formulação de uma estratégia de negociação social que contribua para limitar este campo de incertezas.

Em nossa opinião, sobre esse ponto de vista, uma noção mais contratualista do processo de mudanças, que colabore para evitar a possível tendência do autoritarismo tecnocrático no processo, parece ser uma opção que nós deveríamos explorar.

NOTAS

1 – A recente crise cambial no Brasil é um bom exemplo.

KURZ, R. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993a.

KURZ, R. *O Retorno do Potenquim: Capitalismo de Fachada e Conflito Distributivo na Alemanha*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993b.

KURTZMAN, J. *A Morte do Dinheiro*. São Paulo, Atlas, 1995.

MATTOSO, J.L. & OLIVEIRA, M.A. *Desenvolvimento Excludente, Crise Econômica e Sindicalismo*. In: Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 4, nº 314, jul./dez. 1990.

FALLABELA, G. "Uma Discussão Teórico-Comparativa". In: NEDER, R.T. et al. *Automação e Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1988.

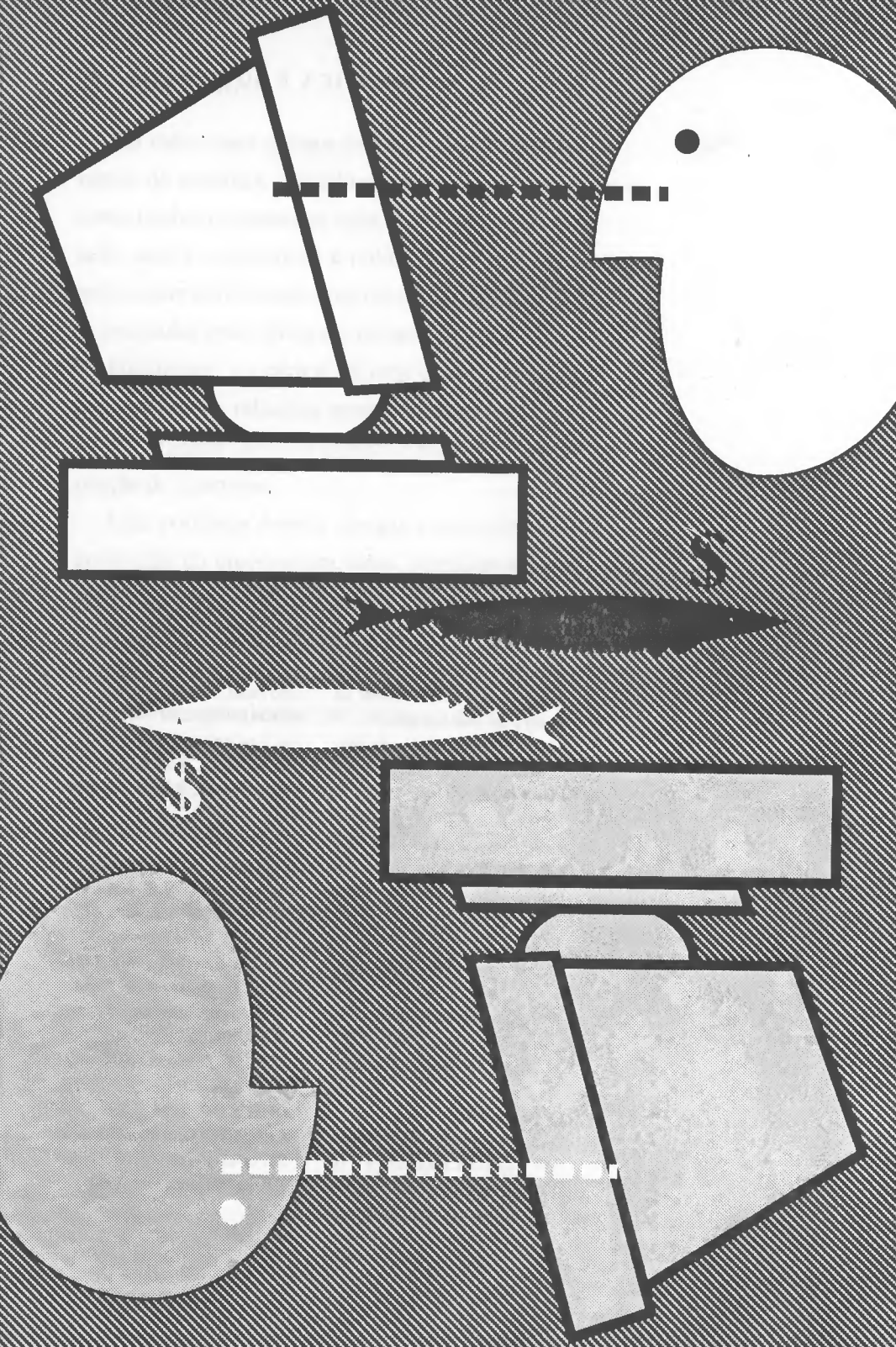
RODRIGUES, L.M. "O Declínio do Sindicalismo Corporativo." In: GOMES, A.C. *Trabalho e Previdência*. Rio de Janeiro, FGV, 1990.

ANTUNES, R. "A CUT entre o Classismo e a Social-Democracia". In: NETO, S. & GIANNOTI, V. *Para onde vai a CUT?* São Paulo, Scrita Editorial, 1993.

OIT. *Reestruturación y Regulación Institucional de Trabajo en America Latina*. Buenos Aires, IIEL/OIT, 1991.

TREV, T. *Relaciones de Trabajo en la Administracion Publica*. Ginebra, OIT, 1993.

CAMPERO, G. et al. *Los Actores Sociales en el nuevo Orden Laboral*. Ginebra, OIT, 1993.



ECONOMIA & sociedade

TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E PERDA DA AUTONOMIA

Edmundo Fernandes Dias

Professor do Departamento de Sociologia da Unicamp e Secretário Geral da Andes-SN

A revolução técnico-científica aparece diante do imaginário como alterando a realidade do social e tornando o trabalho uma questão sem significação, um conceito não mais central da atividade humana. As relações sindicais, classistas, etc., tornam-se um contrasenso, uma pura afirmação ideológica, uma irracionalidade. Anuncia-se, apocalipticamente, o fim da sociedade do trabalho e o conseqüente fim da classe trabalhadora. Vale dizer: tenta-se quebrar a um só tempo, o trabalhador coletivo e os coletivos do trabalho. E coloca-se, contraditoriamente, a possibilidade de um trabalho altamente diferenciado, limpo, feito a domicílio, face a face ao computador, altamente criador, que não requer a concentração fabril. Um trabalho artesanal, de qualidade, universalizante, emancipatório: uma espécie de putting out altamente

tecnologizado. O operário fabril seria um dinossauro em extinção. A neutralidade da técnica é afirmada pelos que falam em fim da sociedade do trabalho e negada por quem afirma a possibilidade da constituição de uma nova sociedade.

O economicismo e as classes subalternas

O economicismo procede por uma série de reduções. O conceito de modo de produção é reduzido à esfera do econômico. Logo, reduz-se o conjunto das forças produtivas às relações de produção e estas à tecnologia. Concluído esse círculo vicioso, o marxismo está devidamente reduzido a um conjunto de dogmas, cuja afirmação central é a redução de toda a história à famosa contradição trabalho-capital tornada, universalmente, a chave-mestra da racionalidade histórica, com o que caímos na mais brutal metafísica. E este é um dos erros fundamentais do esquematismo economicista.

Se, contrariamente, pensarmos o modo de produção como o rico embricamento de práticas sociais estruturadas e estruturantes; se pensarmos as classes sociais como criadoras e criaturas dessas práticas/estruturas; por fim, se pensarmos o capitalismo como historicamente atualizável no enfrentamento de suas classes e com outros modos de produção, com outros projetos societários, perceberemos com facilidade que as relações classistas impõem práticas diferenciadas a partir das quais é possível entender as contradições como atualização de racionalidades classistas.[1]

Força produtiva e tecnologia não são equivalentes *in genere*. A principal força produtiva é o trabalhador que se realiza nas/com as demais. A tecnologia, no seu sentido estrito, incorpora, no solo da materialidade, a condensação das contradições classistas buscando dar sentido e direção à sua "solução". Implementa, pois, o projeto hegemônico ou dominante na sociedade. O relacionamento trabalhador-tecnologia é uma mediação dos poderes de uma dada sociedade.

Os que falam em fim da sociedade do trabalho vêem na ciência e na tecnologia uma possibilidade superior de

resolução dos conflitos classistas. E a vêem como uma correlação ascencional, progressiva, da racionalidade, independentemente do confronto entre classes. Afirmar o *leitmotif* das atuais transformações da sociedade capitalista decorrente de uma revolução científico-tecnológica é, no fundamental, aceitar a neutralidade da técnica. Trabalharemos aqui a tese de que o motor dessas transformações se deve à ação das classes sociais, construtoras de projetos societários. Para que elas ocorram com o propalado impacto, é necessário alterar a institucionalidade que dá sentido e direção às condições de acumulação capitalista. O que está em jogo na sociedade não é uma revolução técnico-científica mas o conjunto das transformações políticas que as torna possível.

No momento atual, mais do que nunca, as classes subalternas devem aprender as lições da história – laboratório da teoria – e recusar a leitura segundo a qual as transformações ora vividas pelas sociedades decorram basicamente das grandes transformações tecnológicas. Elas precisam, cada vez mais, elaborar a sua identidade. Descartar o mito da técnica independente, exterior, e colocar limites à falsidade do mito da ciência como construtora, necessariamente, da libertação/emancipação da totalidade do social, é tarefa chave.

O capitalismo: institucionalidade e revolução industrial

Obviamente isto não é novidade. Ao surgir como modo de produção dominante na Europa, o capitalismo teve de construir sua racionalidade. Era absolutamente cristalino que ele seria impossível se respeitasse e deixasse de pé os fundamentos da sociedade feudal. Ele construiu as premissas ideológico-políticas e os aparelhos materiais de produção. Fez terra arrasada da maneira pela qual as sociedades anteriores e cada um dos seus indivíduos compreendiam a vida, a história, o mundo. Destruiu toda a institucionalidade anterior.

O capitalismo necessita do ocultamento da dominação. A identificação de todos perante a lei permite "negar"

a constituição das classes sociais e das desigualdades estruturais, com lógicas diferenciadas segundo a "esfera" de intervenção social. No "econômico", ou seja, no locus da produção e da reprodução da materialidade, essa identificação permite a constituição da liberdade mínima e da opressão máxima, ao transformar homens livres em "agentes iguais e autônomos". Vale dizer, igualam-se diferenças ao tempo mesmo em que as constituem. A liberdade do cidadão é reduzida à igualdade genérica do eleitor.

A idéia de cidadania burguesa parecia ser mais e mais expansiva. Pretendeu-se, principalmente a partir da extensão do direito de voto, que todos os membros da sociedade tivessem, formalmente, os mesmos direitos. A cidadania era então um conjunto de direitos políticos. Com isso, tudo e todos, apesar das desigualdades constituidoras dessa cidadania, eram submetidos ao Estado. Assim, para que as novas tecnologias pudessem aparecer como a primeira Revolução Industrial foi vital criar todo um universo, conceitual e político. Sem essa construção institucional, seria impossível existir o capitalismo. Exemplo típico foi o da "autonomização" do indivíduo – como corpo e personalidade –, sua "libertação" para o mercado.

As aparências são necessárias, em especial nas sociedades classistas. O termo aparência indica e denota a historicidade própria à cada época. A liberdade do mercado é uma aparência necessária. Capitalista e trabalhador, ao se realizar o contrato de trabalho, parecem constituir duas vontades dotadas de liberdade. O próprio Direito declara que contratos se realizam, apenas, entre iguais. *O operário conduzido ao mercado, pelo capitatalista, aparece como possuidor, como o capitalista, de uma mercadoria intercambiável.* Nessa cena jurídico-política, a mercadoria capacidade de produzir é transformada em salário, como se este fosse a sua justa remuneração. O salário é, na realidade, uma antecipação de capital ao capital e não a remuneração da capacidade de trabalhar. O trabalho torna-se, as-

sim, potência externa e antagônica ao próprio trabalhador. Submetido à violência cotidiana do trabalho e às tecnologias, o trabalhador vê seu dia se multiplicar e seu trabalho se materializar ampliadamente mas, quanto à remuneração, o "crescimento" desse dia não se dá.

A liberdade do mercado acabou por ocultar e naturalizar a totalidade das desigualdades sociais. Conseguiu-se, com maior ou menor intensidade, eliminar a possibilidade de examinar a violência da expropriação cotidiana do trabalho (e a correlata opressão), transformadas aqui e agora em *regras do jogo, tornadas imutáveis pelo próprio peso da institucionalidade.* Toda a possibilidade de realização do capitalismo está subjacente à fetichização própria a todas as formas mercantis. A política liberal (ou neoliberal) é, a um só tempo, reino do fetiche e condição de viabilização do capitalismo. E de sua negação.

NAS SOCIEDADES CLASSISTAS AS APARÊNCIAS SÃO NECESSÁRIAS

O Trabalho na Ordem do Capital

O Capital subordinou o Trabalho, real e formalmente: *superou* o trabalhador artesanal pelo moderno operário fabril. Concentrou trabalho e capital. A história do Trabalho é vista como *a história do Capital,* da produção, das técnicas. A força produtiva do Trabalho aparece como força produtiva do Capital. E, a negação da história do trabalhador, como naturalidade do Capital, eterno, imutável e, cada vez mais, progressista. *A ordem do Capital aparece,* hic et nunc, *como a liberdade de todas as classes.*

O trabalhador de ofício, longamente formado, possuidor de segredos e qualificações, passa de artífice a operário; de conhecedor do ofício à vigilante da máquina. Vai sendo progressivamente desqualificado como trabalhador e pessoa. Sua personalidade é recortada pelas relações sociais que se traduzem nas máquinas e

no despotismo fabril; pelo fato de tornar-se cada vez mais parcelar e menos proprietário do significado do gesto profissional. Empobrecido, psicológica e materialmente, corre o risco, permanentemente, de perder o controle sobre seus projetos políticos e sociais.

Nesse processo, ele se transformou em um ser coletivo. À perda (relativa) da sua autonomia, acrescenta (ou pode acrescentar) uma qualidade nova: é a força produtiva por excelência. Atomizado na sua forma anterior, ele se encontra, agora, articulado como indivíduo, no processo do capital. Essa condição é básica para ocultar sua nova atomização. O trabalhador, assim como o capitalista, aparece como indivíduo. É exatamente isso que permite identificá-los: todos são iguais perante a lei.

O movimento dos trabalhadores se expressou na/pela institucionalidade capitalista. Sua presença se consolidou por uma longa e dolorosa história de lutas e da conquista, ainda que limitada, da extensão dos chamados direitos democráticos. A ampliação do quadro institucional se realizou, não obstante esse combate, na perspectiva do Capital, como construção de diques e barragens à maré social, traduzindo-se sempre na chamada liberdade do mercado. A ampliação da intervenção do trabalhador, nesse processo, buscou ampliar e, muitas vezes, esgarçar esse tecido institucional extremamente limitado e limitador. Ela se deu, sempre, à custa de um crescente risco de integração aos quadros do discurso e das práticas capitalistas.

Os direitos sociais e políticos permaneceram na forma individualizada, em detrimento da socialização política objetiva dos trabalhadores. A idéia de indivíduo, ser atomizado e em permanente contraste com os demais, foi, desde sempre, o modelo (aparência necessária) dessa institucionalidade. Tentou-se restringir tudo e todos à esfera do individual, entendida como esfera do privado. O Estado, apesar da sua aparência (necessária) de social, foi, sempre, privatizado. Tentou, ao máximo, restringir as formas associativas das classes subalternas, seja no plano sindical, seja em outros elemen-

tos de sua organicidade, pela integração e subalternidade à lei do Capital, incorporando tudo e todos à lógica estatal. Contudo, essa lógica não é inquebrantável. Se toda estruturação produz necessariamente seu(s) antagonismo(s), o conjunto das classes subalternas construiu, ao longo do século passado e de boa parte deste, uma estratégia de resistência de combate ao capitalismo.

O processo do trabalho se funda na exploração/opressão tornada legítima e "natural" pela idéia de contrato. O trabalho de resistência que as classes subalternas realizaram, e realizam, sobre as manifestações orgânicas do Capital, mal pode dar conta dos encantos, fascínios e fetiches das classes dominantes. O americanismo (fordismo + taylorismo) veio não apenas para quebrar essa resistência, mas para ser o laboratório de novas experiências de subordinação do trabalho ao capital. Juntando o velho puritanismo protestante às novas técnicas de gestão, criou-se uma forma superior de *trabalhador para o capital.* Taylor, ex-operário, pensou a eliminação radical dos tempos mortos na produção, as famosas porosidades do sistema produtivo. E o fez, na perspectiva de eliminar a capacidade operária de resistir, de lutar pela autonomia classista. *Reafirmamos que estamos trabalhando o taylor-fordismo não apenas como forma de gestão empresarial, mas, como diria Gramsci, como modo de vida, como concepção hegemônica de toda uma formação social.*

Ford introduziu um maior controle ideológico sobre o Trabalho. Da sexualidade à composição da família, passando pelo patriotismo e a religião, o novo trabalhador passa a ser um mero servidor da produção capitalista. A família deixa de ser o elemento socializador básico, função que passa à fábrica. A subordinação é, agora, quase total. Introduz-se, neste processo, tanto a coerção brutal quanto o prêmio (o *five dollars day). O taylor-fordismo é muito mais do que um conjunto de técnicas de gestão e de produção: é, também, um modo de vida* – o american way of life. *Mais do que propaganda ele é condição do domínio do capital.*

Tenta-se levar o trabalhador ao máximo da desqualificação, fazendo dele o gorila domesticado que Taylor desejava. Esse processo traz, no entanto, uma dupla possibilidade: a limitação maior da possibilidade de uma cidadania dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, sua total integração à ordem. Trabalho, Pátria e Família são modos dessa integração. Mas, por outro lado, a sua existência como trabalhador coletivo pode propiciar sua recusa e a construção de um outro padrão societário.

1917: a possibilidade de uma nova ordem

A experiência revolucionária de 1917 foi, para os trabalhadores, em escala planetária, a possibilidade máxima de articulação da resistência e capacidade de transformação. Para esta análise, não nos importa uma definição extremamente precisa do seu caráter de classe. Importa o caráter de antagonismo/diferença que representou, no conjunto das práticas operárias e de seu imaginário, durante quase todo este século. O terror pânico que ela trouxe para o conjunto das burguesias determinou sua eficácia, a partir do qual ficava claro que o capitalismo não era uma fatalidade que se devia sofrer passivamente.

O contraste dessa referência antagônica, apesar das óbvias limitações democráticas vividas, principalmente no período estalinista, atuou como elemento de comparação/organização permitindo, aos trabalhadores, em escala mundial, dar passos gigantescos na luta. Dado que não se conseguiu construir uma cidadania efetiva, a socialização real das forças produtivas[2], a militarização do trabalho, a coletivização forçada dos camponeses, a criação rápida e forçada de uma nova classe trabalhadora determinaram o fracasso dessa experiência. Classe trabalhadora, em grande parte construída de forma similar ao taylor-fordismo.

A crise do capitalismo e as transformações na ordem

Paralelamente à experiência socialista, o Capitalismo viveu sua mais importante crise: a dos anos 30. Crise orgânica do Capital, ela tornou neces-

sário/viabilizou um conjunto de medidas de contratendência que tratou de conduzir/reconduzir as classes trabalhadoras ao leito econômico-corporativo. Para fazer-lhe frente, o capitalismo (seus intelectuais orgânicos, seus práticos) construiu uma experiência combinada de keynesianismo e *Welfare State*.

Formas combinadas de liberalismo e de social-democracia foram gestadas. Reconstruir o capitalismo como o único horizonte possível era a tarefa; e se conseguiu, com bastante êxito, fazer as classes trabalhadoras aceitarem esse patamar, esse horizonte histórico.

O FASCISMO FEZ O PARTO DO CAPITALISMO FORDISTA NA EUROPA

Ao mesmo tempo, em outros cenários, se utilizou sem nenhum pudor ou constrangimento o nazifascismo como uma das formas de imposição do seu projeto, de sua racionalidade. *O fórceps fascista fez o parto do capitalismo fordista nas velhas economias européias.* Embora isso possa chocar as belas almas, tanto o fascismo quanto a social-democratização foram vitais para a reconstrução do capitalismo.

Passada a época nazifascista, a maior parte da Europa viveu uma era de social-democratização, tornada possível pela mais poderosa intervenção do Capital: o Plano Marshall. Sindicatos e partidos de esquerda (nem todos, é bom que se diga) se associaram ao capitalismo na busca de uma estabilidade que garantisse a *parceria antagônica*. Emergiu o chamado compromisso fordista: o pacto social em escala internacional. Compromisso que podemos sintetizar, em linhas muito genéricas, da seguinte forma: os capitalistas não se preocupavam com altos salários, desde que, obviamente, as centrais sindicais não tentassem limitar a acumulação e os lucros dos capitalistas. Esse *gentlemen agreement*, em larga medida exitoso, *atuou no sentido da incorporação dos operários, novamente e de forma superior, à racionalidade capitalista.*

Economicismo: a miséria crítica

O economicismo, típico do liberalismo, já tinha sido apropriado negativamente pelo pensamento dito socialista[3]. O pensamento da II e da III Internacionais o demonstram com absoluta clareza. *Reduziu-se toda a poderosa navalha da crítica marxista da economia e da política a um mero conjunto de banalidades sobre a luta de classes*. A dissolvente análise de Marx foi substituída pela vulgata estalinista. O marxismo de teoria da emancipação virou prática de planificação estatal e assim fez-se refluir o conjunto dos movimentos sindical e popular para o campo econômico-corporativo, abandonando, inteiramente, a perspectiva da hegemonia. As lutas das classes subalternas perderam, em nível internacional, sua força e seu horizonte. *O internacional apagou o nacional.* As conjunturas nacionais foram lidas a partir da ótica russa. Essa uniformização acabou por pasteurizar as possibilidades revolucionárias em escala mundial.

O socialismo real ficou, lenta, gradual e irrestritamente, refém do economicismo e vítima do voluntarismo politicista. Ele não foi capaz de vencer a crise internacional dos anos 70 e 80. Tornou-se impotente para sair da armadilha da servidão, em que voluntariamente se colocou. Preso à uma teoria da planificação, negadora da subjetividade e da práxis das classes subalternas, sequer pôde permanecer "socialista". Novamente, o economicismo triunfou: os teóricos russos passaram a afirmar a existência da ciência como força produtiva essencial, vale dizer, substituta, teórica e praticamente, das classes e das suas lutas. Incapazes de fazer a democracia emancipadora, não têm outra saída senão a de... uma "revolução" técnico-científico despolitizada e despolitizante. Têm, então, que usar os mesmos remédios do capitalismo.

O resultado não foi a solução da crise. Pelo contrário, foi a sua ampliação: os problemas políticos se agravaram, os econômicos não foram resolvidos. Às antigas deficiências político-econômicas se acrescentaram novas exigências cada vez mais particu-

laristas e mercantilizadas. Explodiu-se a estrutura do sistema russo. As formas mercantis acabaram por liquidar as possibilidades de estruturação democrática. Os velhos mandarins, a nomenclatura, se transformaram nos novos capitalistas. Os problemas sociais se multiplicaram. A fome, a miséria, as drogas, a criminalidade, a máfia e, por último, mas não menos importante, a brutalidade fascistóide se impuseram. O fascínio das novas tecnologias progressivamente deu lugar ao pânico pela destruição de todo um conjunto das classes subalternas. A nova situação criada com a desagregação desses regimes nega à humanidade uma alternativa.

Vitória do Capitalismo?

O capitalismo aparece hoje como o grande vitorioso, hegemônico e coveiro do socialismo. *Essa vitória é uma aparência necessária: ela se constitui em poderoso elemento político ao permitir eludir o caráter de classe das opções econômico-políticas. Hoje os capitalistas tentam passar a imagem pela qual a unidade modernidade-avanço científico-avanço político, dito democrático, são um único processo, uma realidade contra a qual não se pode lutar: o capitalismo é a história natural da humanidade.*

A crise geral das décadas 70 e 80 rompeu, nos países capitalistas, o compromisso do *welfare state*. Na busca de soluções para a crise, caracterizada de forma multifacetada pelos diversos movimentos em luta, o capitalismo reciclou-se muito mais rapidamente. Liberados de todo e qualquer compromisso com a satisfação das necessidades reais da população e da ampliação da cidadania, ainda que a proclame *ad nauseam*, os capitalistas recriaram a sua institucionalidade. Para tal, levaram a extremos a idéia de liberdade do mercado. Sindicatos, partidos e movimentos sociais são agora considerados irracionais e obstáculos ao puro desenvolvimento das novas formas econômicas.

A base da atual euforia capitalista é a repressão, seja salarial, seja política, sobre o mundo do trabalho. O neoliberalismo, aparentemente, resolveu a situação em vários lugares.

O programa de ajuste financeiro do FMI, e sua política monetarista, reduziu a quase nada os países subalternos. *A super-exploração do trabalho e a super-opressão política são irmãs siamesas, necessárias para a realização da acumulação capitalista.* Tudo isso sobredeterminado pela implementação da racionalidade do mercado.

O aparentemente diferencial da propalada vitória do capitalismo é atribuído tanto à sua natureza, considerada como meta-histórica, quanto ao peso da chamada revolução técnico-científica. A naturalidade do capitalismo é resumida no mito constitutivo da modernidade, que está incorporado no conjunto das relações sociais das quais é o suporte e o garantidor. E, também, nas tecnologias *(as máquinas são elas mesmas e as relações sociais que as tornam possíveis)*. O domínio ideológico exercido, universal e irrestritamente, pela mídia e pelos programas governamentais, tornam invisível, para o conjunto da população, a situação de exclusão radical a que ela está submetida.

Falamos em aparência necessária. E assim o é. Aparência, por ser o plano da primeira percepção do real, não se confundindo com a própria estrutura deste. Necessária, porque é graças ao conjunto desses discursos e práticas (no campo do trabalho, da escola, da família, etc.) que se pode aceitar o inaceitável: a violência como sendo democracia, o sofrimento individual como sendo destino.

O discurso do Banco Mundial transforma os opositores ao seu projeto, tudo e todos, em irracionais, em adversários do progresso e da modernidade. A intelectualidade, em grande medida, assume o discurso do fragmento, do detalhe, como única forma científica correta. A categoria marxista de análise da totalidade é transformada em algo totalitário. Todo e qualquer processo macro parece ser destituído de significado. O micro, identificado com o atual, com a verdade, se torna elemento de denúncia da politização e da ideologização, ambas, necessária e solidariamente, ditas irracionais. Esta é a aparência que se passa para as classes subalternas. Muitos

dos intelectuais dessas classes acabaram por aceitá-la e isso é decisivo. O mesmo, contudo, não se dá na prática e na teorização dos dominantes. Mais do que nunca, lição velha de século e meio[4], o capitalismo é globalizante.

Para os neoliberais, o papel da gestão empresarial, com seu tradicional cortejo de arbitrariedades, estaria superado. Volta, assim, à baila a "organização científica do trabalho". As modificações propostas não aliviam o trabalho; mais do que nunca teremos a ampliação da opressão e da exploração. Nesse processo de recriação da institucionalidade, é preciso eliminar a idéia da totalidade. É preciso afirmar o fragmento, o cotidiano, o mínimo. Sob a acusação de totalitarismo, o discurso da totalidade é estigmatizado. O pós-modernismo, a nova história, passam a "ser" os discursos científicos, por excelência, desideologizados. O neoliberalismo encontra seu discurso, sua forma teórica.[5]

TUDO SE PASSA COMO SE NÃO HOUVESSE ANTAGONISMO AO CAPITALISMO

As saídas capitalistas da crise

Todo esse quadro levou e tem levado a que os movimentos partidário, sindical e popular de esquerda – nem todos, é claro – acabem por afirmar, despolitizadamente, que fora do capitalismo não há solução, perdendo assim, e isso é decisivo, suas referências classistas; condenando-se a vagar nas procelas do mar aberto, sem norte, sob o horizonte neoliberal. Mais do que a perda das referências, criou-se o vazio das experiências. Gramsci, já nos anos trinta, alertava para o problema da criação e do domínio larvar da burocracia, quando não se constrói a democracia dos trabalhadores e a identidade das classes trabalhadores. No mesmo sentido, se pronunciaram, entre outros, Trotsky e Karl Korsch.

Esses movimentos sofreram profundos abalos. Na medida em que muitas das suas direções foram, mui-

tas vezes, esquemáticas no período anterior, tornam-se, agora, mais facilmente presas da ideologia da modernidade. A autocrítica dos sectários é sempre pegar com toda a ênfase possível aquilo, que, até ontem, defenderam... enfaticamente! A crítica aos processos não se fundamenta a não ser na aceitação do "novo" discurso do capitalismo, da atualização histórica do velho liberalismo. Mas em uma circunstância totalmente diferenciada: tudo se passa como se o capitalismo não tivesse mais que enfrentar antagonismo algum. Busca-se, como buscaram os novos capitalistas russos, uma solução que negue radicalmente o passado. Flexibilizam-se posturas, ideologias, projetos. *As ilusões são a grande mercadoria.*

É bom lembrar sempre que os benefícios *sob a ordem do capital, do privado, não podem ser socializados.* É verdade que, no Brasil, as classes subalternas percebem que os preços parecem ter uma certa estabilidade, mas constatam, dolorosa e lentamente, que não há trabalho, educação, saúde, seguridade e aposentadoria para todos. O mercado parece reinar sozinho, ancorado no maior monopólio de comunicação social jamais visto. Controlando as informações, detendo o comando sobre os instrumentos estatais, é fácil passar a idéia de que tudo vai bem no melhor dos mundos; não se sabe até quando. Em complemento a isto, a justiça reescreve a Constituição ao "interpretá-la". Estão dadas as condições de liberdade do mercado. *Trata-se, sem dúvida alguma, de um processo acelerado, contínuo e crescente de integração passiva à ordem. Aliás, essa integração é uma forte possibilidade, sempre presente.* Pensando sobre essas questões e vendo a capacidade de o projeto capitalista apresentar-se como horizonte político e social da humanidade, percebemos com clareza que a vitória do capitalismo só é possível às custas da exclusão das maiorias no interior de cada sociedade e do conjunto das sociedades como um todo. *Colocar-se a tarefa de construir o socialismo, como modo de produção e de vida, implica*

em romper com a imagem romântica e ingênua do trabalhador como um revolucionário perpétuo.

No que se refere às saídas capitalistas para a crise, elas foram inteiramente capitaneadas pela prática e pelo discurso neoliberal, hoje o único discurso disponível ao capitalismo. Entendendo a crise – leia-se as restrições impostas pelos trabalhadores e anteriormente aceitas, ainda que com restrições, durante o compromisso fordista – como produto de um "engessamento" das possibilidades de realização do capital, o neoliberalismo propôs uma solução *a la* Alexandre Magno: ou seja, cortou o nó górdio com o gládio da violência classista. Produziu uma reterritorialização do trabalho. Após tentar desconstruir os espaços fabris clássicos, produtores da socialização operária ampliada, o neoliberalismo busca "reinventar" as formas tipo trabalho doméstico, qualidade artesanal, etc.

Trata-se, em suma, de produzir um novo operário: parcelar, descontínuo e, acima de tudo, inteiramente subordinado ao Capital. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital mas, até mesmo, a demissão dos seus companheiros. O caso das ilhas de produção faz com que um trabalhador vigie o outro, dispensando assim a vigilância do patrão. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital mas, até mesmo, a demissão dos seus companheiros. O caso das ilhas de produção faz com que um trabalhador vigie o outro, dispensando assim a vigilância do patrão. O trabalho não é mais apenas estranho e antagônico ao próprio trabalhador. Este é forçado a não se ver mais como forçà produtiva. É agora, simplesmente, um entre outros instrumentos de produção, peça de engrenagem, *clean, soft*, "autônomo", que as novas formas de gestão e de produção estão buscando impor.

Para que tudo isso se realize é necessário dar um passo além e refundar a própria cidadania capitalista. Realiza-se uma revolução passiva, no sentido gramsciano. Se no início do

capitalismo, a cidadania se pretendia expansiva, agora ela é restritiva, e necessita sê-lo. Cortam-se, destróem-se direitos sociais, asfixiam-se possibilidades de organização sindical, produzem-se mutações no processo partidário com o intuito, acima de tudo, de desideologizar, de despolitizar a luta. Tudo se passa como se ideologias, culturas, etnias, nacionalidades, nada mais fossem do que peças de museu.

A cidadania é, aqui e agora, em todo o planeta, o fetiche decisivo. Desprovido de ideologias e de antagonismos, esse é o projeto neoliberal, o cidadão é apenas um depositador de voto nas urnas. Esse fetiche é fundamental para o ocultamento da dominação. Tendemos a ser, na realidade, pouco mais que figurantes na luta de classes, e damos legitimidade a parlamentos que, pouco a pouco, deixam de ser personagens reais, porque a maioria dos executivos tende a governar por decreto, por medidas provisórias, obstaculizando ao máximo a intervenção da cidadania, ainda que através de um Parlamento fragilizado. Lutamos para buscar construir alternativas de poder e de projeto para o conjunto da sociedade. Mas o fetiche é brutal e passa pelo controle monopólico dos meios de comunicação de massa. Sem ele, a violência estaria escancarada.

Os movimentos sociais acabam, muitas vezes, por impotência e incapacidade de reescreverem seus projetos e identidades, por se tornar partidários de uma democracia que, se antes os incluía ou, pelo menos, tornava possível uma inclusão relativa, hoje os coloca diante de uma quase nula possibilidade de ter acesso, real, efetivo, ao mundo da política e do bem-estar social. É preciso deixar constante, com toda serenidade e energia, o papel dos intelectuais (assessores ou não!) desses movimentos. Cabe a eles uma tarefa importante de formação político-ideológica, com e não sobre as classes trabalhadoras, para evitar a... aceitação do "inevitável".

No plano do social, ao se dar ênfase à revolução tecnológica, tudo se passa como se as classes não existissem mais. O trabalhador, a partir

desta nova visão, não seria mais antagônico ao Capital, mas seu parceiro. A ideologia da criatividade permitirá acelerar essa integração do trabalhador ao capitalismo. Uma parcela de antigos operários, da confiança do empresariado, tem-se transformado em novos patrões. O sindicato passa de necessário a inútil e irracional. Como complemento dessa trajetória, tenta-se redefinir as condições gerais do trabalho. O objetivo é a desregulamentação, a redução ao mínimo da legislação de proteção ao trabalho, abrindo caminho ao pleno domínio do mercado. É esse discurso que se generaliza. É essa prática que se aprofunda. É este o sentido da Revisão Constitucional.

A LEGITIMAÇÃO DA OPRESSÃO É VISTA COMO DECORRÊNCIA DO MERCADO

A miséria, a destruição dos serviços públicos, a perda da cidadania, enfim a legimitação da opressão é vista como uma decorrência do mercado. A violência não escandaliza mais: está inteiramente banalizada. É pena... mas é assim mesmo. O neoliberalismo revela-se, então, no pior dos sentidos, um darwinismo social. O mercado é aquele onde os melhor adaptados – leia-se, os racionais – triunfam. Os outros? Ora, os outros...

Entregue a si mesmo, o neoliberalismo aprofundará a miséria e criará um verdadeiro *appartheid* social não declarado. Cabe ao movimento social organizado trabalhar em uma perspectiva de reafirmação dos direitos sociais. Mais do que nunca, a construção do Projeto Democrático-Popular permitirá articular nossa agenda social. A Educação, a Saúde, a Seguridade Social, a Ciência e a Tecnologia, entre tantas outras coisas, não podem ser submetidas ao "livre" jogo do mercado. Mesmo no chamado primeiro mundo, não é isto que ocorre. O neoliberalismo quer transformar nossa sociedade em sucata, em produto descartável. Cabe aos movimentos sociais impedi-lo. E construir um

projeto realmente democrático, que tenha a marca do conjunto das classes subalternas, que traga a possibilidade do fim do Estado e das classes.

NOTAS

1 – Obviamente não estamos separando racionalidade e subjetividade, o que aliás seria impossível, dado que toda personalidade humana supõe sempre essa rica convivência. Essa complementariedade contraditória define, também, o todo social. A subjetividade é, a um só tempo, materializada como prática coletiva e como prática individualizada transformadora desse coletivo. Não cabe, porém, nos limites deste artigo trabalhar a questão. Lembremos, contudo, a afirmação gramsciana de que todo homem é um "bloco histórico", síntese de múltiplas determinações.

2 – Aqui a identificação entre socialização e estatização atuou no sentido de reforço do Estado e de perda de autonomia dos trabalhadores. Constituiu-se em elemento decisivo da reconstrução burocrática, da sua glorificação, ao mesmo tempo em que deslocava os trabalhadores do centro de decisões. O enquadramento estatal dos sovietes foi decisivo neste processo.

3 – Sobre essa presença do economicismo e seus efeitos políticos ver os *Quaderni del Carcere* de Gramsci.

4 – Esse processo já está anunciado na *Ideologia Alemã* (1845), de Marx.

5 – Não estamos afirmando, é óbvio, que todo pensamento pós-moderno seja, pura e simplesmente, produto do neoliberalismo. Essa relação merece um aprofundamento que lógica e infelizmente escapam aos limites deste artigo.




UNIVERSIDAD

pesQuisa

O PROFESSOR DA UFMG E O MOVIMENTO DOCENTE

Délcio Vieira Salomon
Carlos Eduardo Ataíde Castro
Professores do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG

"A crise é que gera o movimento, mas a falta de movimento também gera a crise"

"É preciso encontrar os caminhos e as formas apropriadas para impedir a tempo que a apatia leve tudo de roldão para o fracasso"

"Para assegurar a mobilização para a luta há de se fortalecer as próprias fileiras em todos os aspectos, desenvolver sua iniciativa e levar a cabo uma política e uma tática adequada e flexível que não esqueça a situação concreta e a distribuição de forças a contar"

(Lições extraídas do célebre Informe de Dimitrov feito em 2/8/35 no VII Congresso Mundial da Internacional Comunista)

Em outubro de 1993, com a aprovação e incentivo da diretoria da Apubh, foi realizada uma pesquisa – do tipo *survey* – entre os professores da UFMG,

com o objetivo de diagnosticar o Movimento Docente, (MD), focalizando-se: o perfil do professor da UFMG, a crise do MD, a visão dos docentes sobre o MD hoje, o grau de satisfação dos professores com a condução do MD, a participação e, sobretudo, a disposição dos docentes em participar e de lutar e qual o rumo que se aponta para a reformulação do MD e da própria Apubh.

Os resultados deste *survey* estão praticamente prontos: já foi feita a descrição e a interpretação dos dados coletados e está em andamento a parte analítica da pesquisa. O objetivo de cruzar determinadas variáveis, através de análise de variância, exige estatísticas sofisticadas, algumas de caráter não-paramétrico e o fato de os autores estarem, até hoje, trabalhando sem ônus para a Apubh, com aproveitamento de sobras de seu tempo acadêmico, tem sido o motivo do adiamento da publicação definitiva desta pesquisa.

Este comunicado a quatro mãos não pretende ser de forma alguma um relatório de pesquisa. Trata-se simplesmente da transmissão de algumas das principais conclusões a que chegaram os autores. Sua divulgação poderá contribuir para uma necessária tomada de posição diante do impasse imposto pelo governo Fernando Henrique Cardoso aos movimentos organizados.

Mais uma vez na história política e administrativa do Brasil, a sociedade está sendo agitada por bandeiras de reformas. Há necessidade do MD sair de sua atual apatia, mesmo correndo o duplo risco: seja o do espontaneísmo e do voluntarismo, capazes de levá-lo a uma desorientação maior, seja o do aguçamento de suas contradições, capazes de fragmentá-lo a ponto de sacrificar a unidade que o mantém institucionalizado até hoje.

A pesquisa, ainda que inacabada, conseguiu esclarecer os componentes estruturais do problema formulado.

Como suporte das afirmações a serem aqui apresentadas ou como conclusão que precede às demais, está a constatação geral: o *survey* atingiu seus objetivos, pois trouxe muitas das respostas procuradas.

Obviamente não são definitivas, por não serem a resposta. Como toda

conclusão de pesquisa em ciências sociais, têm a característica de provocar novos problemas e nova procura.

Os autores acreditam que a diretoria atual da Apubh será sensível aos resultados deste trabalho e estará interessada em assumi-los como objeto de reflexão e de tomadas de decisão (umas urgentes, outras a médio e algumas a longo prazo); e a institucionalizar este tipo de prática que fornece, sem dúvida alguma, o *feed-back* de seu trabalho como dirigentes do MD e um constante conhecimento da realidade em que atua.

Procedimentos técnicos utilizados no survey

a - A amostra foi aleatória, proporcional e por cotas, dada a heterogeneidade do corpo docente na UFMG por categoria, pelo número de ativos *versus* inativos, pelo regime de trabalho, pela existência de 87 departamentos, um Centro Pedagógico e um Colégio Técnico.

O tamanho da amostra foi calculado com margem de confiança de 2 sigmas ou 95,5% de área sob a curva normal e margem de erro de 5%, o que proporcionou a decisão de que o número de entrevistados não poderia ser menor que 359: foram 400 os componentes da amostra.

b - Foi elaborado um questionário semi-estruturado, com perguntas de informação e algumas escalas ordinais para medir conhecimento do MD, grau de concordância/discordância e de satisfação/insatisfação com sua condução, suas propostas e sua implementação, tanto em nível nacional como local.

c - Foi feito um pré-teste com 40 professores sorteados (o que levou os pesquisadores a modificarem substancialmente o questionário).

d - Tomou-se a decisão estatística de trabalhar com um intervalo de confiança de 2 sigmas, por isso o erro amostral para uma amostra de 400 é 5: assim, se o leitor em todo índice percentual encontrado nesta comunicação acrescentar e diminuir 5, terá os limites dentro dos quais se situa a verdadeira porcentagem apontada, em seu universo.[1]

O perfil do professor da UFMG

Ao traçar-se o perfil do professor da UFMG , há necessidade de escla-

recer três pontos:

1º - Certas informações aqui quantificadas provavelmente não correspondem exatamente às que seriam fornecidas pela CPPD, ainda que estejam contempladas na faixa do erro amostral. A dissonância será objeto da parte analítica da pesquisa, inclusive com a possibilidade de se corrigir as falhas voluntárias ou involuntárias da informação, que não seja opinião (por exemplo: o número de trabalhos comunicados em Congresso, de teses defendidas, etc.).

2º - Por motivo de economia e para evitar cansar o leitor, freqüentemente serão fornecidas só as porcentagens significativas, ocultando-se o quadro completo.

3º - De acordo com a natureza da pergunta houve respostas múltiplas em alguns casos, pelo que o total das porcentagens necessariamente supera os 100% (é o caso, para ilustrar, das atividades possíveis de um professor: o total das porcentagens de pesquisa, de atividades de representação, de administração, de prestação de serviço, de cursos de extensão etc., atinge valor acima de 100%, pelo fato de vários professores exercerem mais de uma atividade simultaneamente). Na parte analítica projeta-se a comparação dos índices do exercício simultâneo e não-simultâneo do ensino-pesquisa-extensão e sua relação com dedicação exclusiva, as atividades exercidas fora da UFMG, o "tempo de casa", a titulação e a categoria de professor. Nesta apresentação descritiva, porém, tal tipo de associação infelizmente é ainda prematura.

Características do corpo docente

São estas as principais características do corpo docente da UFMG:

a - A maioria de seus integrantes é de professores adjuntos: 39,3%; seguindo-se os assistentes: 24,8%; os titulares: 9,1%; os auxiliares: 5,5% e os professores de 1º e 2º grau: 3%. Os 18,3% restantes referem-se aos que se declararam inativos.[2]

b - Os aposentados em 1993 representavam 18,3% do corpo docente; hoje já devem ter atingido entre 25 e 28% (não se pode ignorar um fato não existente à época desta pesquisa: grande

contingente de professores está se aposentando, particularmente via "aposentadoria proporcional", diante das ameaças da reforma da Previdência, proposta pelo governo FHC).

c - Formalmente o regime de trabalho predominante é o de DE (dedicação exclusiva): 74,5%, seguindo-se o de 20h: 13,5% e, por fim , o de 40h: 11,8%.

d - Quanto à titulação: 42,8% são doutores ou livre-docentes; 25,8% são mestres; 23,5% com especialização e apenas 7,5% têm só a graduação.

e - A renovação do corpo docente à época da realização deste *survey* situava-se entre lenta e regular: 37,3 % estavam há mais de 20 anos na UFMG; 26,8% entre 15 e 20 anos, sendo que 15% estão há menos de 5 anos. Como há cerca de cinco anos a realização de concursos públicos para preenchimento de vagas de magistério na UFMG não acompanha o ritmo das perdas, este percentual deveria corresponder aproximadamente ao dos professores substitutos. Dados recentes da CPPD (março de 1995) confirmam nossa estimativa: o contingente de professores efetivos da UFMG é, atualmente, de 2.490 (2.404 no 3º grau e 86 no 1º e 2º); em regime de 20 horas encontram-se 372 professores; de 40 horas, 227 e em dedicação exclusiva, 1.891. O número de professores substitutos não foi precisado e, segundo esta fonte, está próximo de 600. Entre janeiro de 1990 e janeiro de 1995, 995 docentes se aposentaram. Este ano, até março, haviam sido deferidos 118 processos de aposentadoria (49 professores e 69 técnicos). Após a proposta de reforma da Previdência do governo FHC, a UFMG recebe em média 20 pedidos de aposentadoria por semana. É importante salientar que 80% dos professores que se aposentam são portadores dos títulos de mestre ou doutor. Obviamente o número de professores substitutos se amplia na direta proporção das aposentadorias.

A UFMG RECEBE HOJE CERCA DE 20 PEDIDOS DE APOSENTADORIA POR SEMANA

f - A predominância é do sexo mas-

culino: 66,5% de homens e 33,5% de mulheres (quase duas vezes mais homens que mulheres).

g - Os casados constituem expressiva maioria: 75%; seguidos dos solteiros: 14% e os demais (separados judicialmente, divorciados, viúvos e "outros"): 11%.

Atividades desenvolvidas pelos professores

Somente 19% dos selecionados exercem apenas a docência na UFMG. Os demais se distribuem entre as diferentes atividades acadêmicas, conforme o quadro 1:

QUADRO 1

ATIVIDADES NA UFMG	%
Pesquisa	63,3
Prestação de serviço	35,3
Curso de extensão	35,0
Programa assistencial	11,8
Projeto especial	15,3
Repres. em órgãos colegiados	47,8
Administração	43,5

Considerando que ensino-pesquisa-extensão constituem as atividades essenciais de uma Universidade, o elevado percentual de seu exercício conjunto constitui uma característica relevante na avaliação da UFMG.

As atividades fora da UFMG estão distribuídas de acordo com o quadro2:

QUADRO 2

ATIVIDADES EXERCIDAS FORA DA UFMG			
TIPO DE ATIVIDADE	F	% s/ 400	% s/ 262
Pesquisa	24	6,0	9,2
Prestação de serviço	67	16,8	25,7
Cursos de extensão	44	11,0	16,8
Programas assistenciais	14	3,5	5,4
Projetos especiais	16	4,0	6,1
Representação	13	3,3	5,0
Atividades executivas	18	4,5	6,9
Professor Universitário	22	5,5	8,4
Profissão Liberal	27	6,8	10,3
Empresário	05	1,3	1,9
Agropecuária	01	0,3	0,4
Funcionário público	11	2,8	4,2
Não citou / não respondeu	139	34,8	-----
TOTAL	**(262)**	**100**	**100**

Observação: 262 correspondem à soma das atividades assinaladas pelos entrevistados, embora 222 (ou 55,5%) tenham respondido que exercem atividades fora da UFMG, 177 (ou 44,3%) não exercem e 1 (0,3%) não tenha respondido.

Remuneração por atividades exercidas fora da UFMG

O exercício de atividade remunerada complementar foi declarado por 165 professores ou 41,3% da amostra (o que equivale a dizer que pelo menos 15,8% dos entrevistados em regime de DE exercem outras atividades remuneradas fora da UFMG). Esta remuneração representa um adicional ao salário recebido na UFMG superior a 100% para 44 professores (ou 11% dos entrevistados) e de 20% para 46 outros (11,5% do total); 88 dos professores (22% do total) percebem por atividades exercidas fora da UFMG mais de 50% do salário pago por esta instituição.

A leitura comparada das informações sobre o exercício de atividades fora e dentro da Universidade, sobre regime de trabalho e sobre tipos de atividades exercidas leva à conclusão provável de que a manutenção do poder de compra e do padrão de consumo dos professores, não só da UFMG como das instituições federais de ensino superior (IFES), está parcialmente condicionada ao exercício de atividades remuneradas externas às IFES. No caso da UFMG, por ter sido objeto desta pesquisa, corrobora-se a hipótese que merece maior investigação: *se não houvesse significativa remuneração por atividades exercidas fora por seus professores, a UFMG não teria o mesmo índice de qualidade que possui atualmente.* Como se vê, uma hipótese que contraria inteiramente as expectativas e os argumentos dos que defendem (incluindo os autores deste informe) a dedicação exclusiva como condição necessária para se conseguir elevada qualidade acadêmica de uma Universidade.[3]

É possível, entretanto, tratar-se de uma situação contingencial, em que sucessivos governos federais, por manterem, nos últimos tempos, uma política de prejuízo para a Universidade

têm obrigado os professores e pesquisadores a complementarem seu baixo salário com remunerações fora da Universidade, sem perder a motivação e a responsabilidade pela própria produção acadêmica.

O *survey* corrobora outra hipótese, ainda que também não a comprove por enquanto (o que poderá ocorrer na análise estatística dos dados): *a queda da participação dos professores no MD, sobretudo quando se identifica operacionalmente esta participação com presença em assembléias para se discutir reajuste salarial da categoria, está fortemente relacionada com o alto índice percentual do exercício remunerado de atividades fora da UFMG por professores contemplados com o regime de DE.* As ilações facilmente surgem: professor em situação como a apontada acima não tem motivo suficiente para levá-lo a participar de assembléia sindical de reivindicação salarial; aliás, tem todos os motivos necessários para não comparecer, pois já resolveu seu problema independentemente do sindicato ou porque sua presença é, no mínimo, constrangedora para si mesmo.

Entre os cônjuges dos entrevistados 67,9% exercem algum tipo de atividade remunerada (16,7% na UFMG e 51,2% fora); 16,7% trabalham na UFMG (sendo que 14% são professores e 2,7%, funcionários). Dentre os cônjuges que exercem atividades fora da UFMG: 16,% são funcionários públicos, 14,7% são profissionais liberais e 3,3% são professores universitários.

Apresentaram uma renda superior a 100% daquela auferida pelos entrevistados: 16,3% de cônjuges; 12,3% recebem até 20% do salário dos entrevistados; 15,4%, recebem de 20 a 50% do salário dos entrevistados; 21,7% têm rendimentos equivalentes a 50 até 75% dos de seus esposos e 29,7% não exercem atividade remunerada (os restantes 4,6 % não responderam).

Produção acadêmica

O professor da UFMG tem significativa produção acadêmica, conforme se pode verificar pelo quadro 3:

QUADRO 3

PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS PROFESSORES DA UFMG ENTRE 1988 E 1993

TIPO DE PRODUÇÃO	F	% SOBRE 400	% SOBRE 1024
Teses	142	35,5	13,8
Livros	72	18,0	7,0
Capítulos de livros	103	25,8	10,0
Artigos em Revista Estrangeira	124	31,0	12,1
Artigos em Revista Nacional	207	51,8	20,2
Artigos em Jornais	79	19,8	7,7
Anais de Congresso	223	55,8	21,8
Memoriais	18	4,5	1,8
Obras artísticas e outros	56	14,0	5,5
Total	**1024**	**100**	**100**

Tem-se uma média de 205 trabalhos por ano ou cerca de dois por professor. A maior produção se dá através de trabalhos e comunicações registradas em Anais de Congressos: 55,8% dos entrevistados ou 21,8% da produção total; em 2º lugar estão os artigos publicados em revistas nacionais, com 51, 8% e 20,2% respectivamente; em 3º lugar: as teses, com 35,5% e 13,8% respectivamente; em 4ºlugar: artigos publicados em revistas estrangeiras, com 31% e 12,1% respectivamente; em 5º: capítulos de livros com 25,8% e 10,1% respectivamente; em 6º: artigos em jornais com 19,8% e 7,71% respectivamente; em 7º: livros publicados, com 18% e 7% respectivamente. Apenas 4,5% (ou 1,8% da produção total) de defesa de memorial e 14% (ou 5,5% do total dos trabalhos) de outros tipos de produção acadêmica (sobretudo produção artística).

Quando se coloca a questão da produção acadêmica em termos de sua publicidade, tem-se que o professor da UFMG prefere a apresentação de trabalhos (quase sempre pesquisas feitas ou em andamento) em Congresso. A comunicação do trabalho do professor para a sociedade geral é diminuta e não significativa, se comparada com a comunicação feita ao mundo restrito da comunidade científica. Finalmente,

uma característica típica da UFMG, que certamente a distingue de muitas das outras chamadas grandes Universidade brasileiras: apesar de o memorial ter sido introduzido na última reforma dos ordenamentos básicos da UFMG (final da década de 70), como alternativa à tese para obtenção do grau de professor titular, sua utilização tem sido diminuta.

Para 47,7% dos professores da UFMG sua produção acadêmica é reconhecida pela instituição e para 25,7% não o é.

Como o professor da UFMG vê a condução do MD nacional

Indagados sobre conhecimento das principais propostas da ANDES-SN, sua concordância e satisfação para com elas, os entrevistados forneceram-nos os seguintes resultados:

a - Pouco mais da metade, ou seja 58,8% dos professores da UFMG, conhece a proposta de Política Salarial defendida pela ANDES-SN; 33,5% desconhecem e 7,7% não responderam. Ao tomarem conhecimento através do questionário, da existência dessa e das demais bandeiras de luta da ANDES-SN, o grau de concordância com esta política foi de 71,5% e o grau de satisfação com sua implementação: 35,1% contra 29,6% de insatisfação.

b - Como o índice de desconhecimento é muito alto para as demais propostas da ANDES-SN, fica mais clara a exposição de maneira ordenada:

1º lugar de desconhecimento – Avaliação de Desempenho Acadêmico: 82,8% com 47,3% de concordância – 25,1% de satisfação com sua implementação e 27% de insatisfação.

2º lugar – Ciência e Tecnologia: 81,0% – concordância: 45,3% – satisfação com sua implementação: 19,3% – insatisfação: 24, 8%.

3º lugar – Capacitação Docente: 80,3% – concordância: 54,8% – satisfação com a implementação: 32% – insatisfação: 19,8%.

4º lugar – Saúde: 79,8% – concordância: 46,1% – satisfação com implementação: 21,7% – insatisfação: 27,3%.

5º lugar – Restituição do Passivo Trabalhista: 79,5% – concordância:

55,8% – satisfação com implementação: 24,3% – insatisfação: 22,5%.

6º lugar – Financiamento da Universidade Pública: 78,2% – concordância: 38,5% – satisfação com implementação: 38,5% – satisfação com implementação: 14,1% – insatisfação: 23%.

7º lugar – Regime de Trabalho: 77,8% – concordância: 49% – satisfação com implementação: 32% – insatisfação 27,8%.

8º lugar – Política Educacional: 70% – concordância: 49,3% – satisfação com implementação: 20,3% – insatisfação: 27,8%.

9º lugar – Projeto de Carreira Docente: 69,8% – concordância: 54,8% – satisfação com implementação: 31,8% – insatisfação: 23,6%.

10º lugar: Política de Pessoal Docente: 68,5% – concordância: 54,8% – satisfação com implementação: 31,5% – insatisfação: 23,5%.

Apesar de ser muito grande o desconhecimento das propostas da ANDES-SN por parte dos professores da UFMG, o grau de concordância com o sentido geral de cada uma está ligeiramente acima de média: 51,3%. As propostas típicas do movimento sindical recebem maior concordância do que as propostas próprias do MD como tal: média de 66,9% contra média de 47,8%, respectivamente. Quanto à satisfação com a implementação das propostas, o grau médio é de 26,1% e o de insatisfação é de 24,5%. Em síntese: *se a satisfação é baixa e a insatisfação também o é, tais dados sinalizam que é alto o grau de indiferença ou de apatia em relação à condução do MD pela ANDES-SN.*[4] O que ficou confirmado pelos entrevistados, ao se situarem na escala de satisfação com a atuação global da ANDES-SN: 16,5% de satisfação e 19,5% de insatisfação.

Foram apresentados 10 motivos diferentes de satisfação e insatisfação com 36 registros, sendo 94,5% referentes à insatisfação e apenas 5,5% à satisfação ("incentiva a participação" com 2 registros). Os de insatisfação vão desde "comunicação deficiente" (33,3%),passando por "falta de resultados positivos" (22,2%), "luta restrita a greves" (16,6%), "partidarização no

MD" (5,5%) até "política só sindical", "nenhum apoio à ciência e à tecnologia", "luta exclusiva por salário" e "reivindicações ultrapassadas", "autoritarismo e centralização da ANDES" (2,7% cada).

O quadro 4 registra o grau de satisfação/insatisfação dos entrevistados com a atuação da ANDES-SN ao longo do tempo:

QUADRO 4

SATISFAÇÃO E INSATISFAÇÃO COM A ATUAÇÃO DA ANDES-SN AO LONGO DO TEMPO

	Satisfeitos (%)	Insatisfeitos (%)
Desde a fundação	39,1	39,7
Últimos 6 anos	14,2	24,4
Últimos 4 anos	17,2	17,9
Últimos 2 anos	9,4	9,0
Atual direção /ANDES	7,8	1,3
Não sabe/ não respondeu	12,3	7,7
Total	**100,0**	**100,0**

Na comparação, o índice de insatisfeitos é superior ao de satisfeitos. Dentre os satisfeitos, 39,1% o são desde a fundação da ANDES. A taxa de satisfação varia de 14,2% nos últimos seis anos, chega a 17,2% nos últimos quatro anos e reduz-se a 9,4% nos últimos dois anos, passando para 7,8% com a atual diretoria da ANDES, o que poderia dizer que a maior parte dos entrevistados satisfeitos o são desde a origem da ANDES e certamente pela idéia por ela representada. Deixaram de assinalar resposta 11,6%.

No campo dos insatisfeitos, 39,7% o são desde a origem da entidade. A taxa de insatisfação varia regular e gradualmente: de 24,4% nos últimos 6 anos até 1,3% com a atual diretoria (1993), o que significa que os insatisfeitos com a ANDES o são desde sua origem e o são, como os satisfeitos, pela idéia por ela representada. Deixaram de declarar insatisfação: 7,7%.

A relação ANDES - CUT é vista da seguinte maneira pelos professores da UFMG: 58,1% discordam da entrada das ADs regionais para a CUT, defendida pelas diretorias da ANDES-SN. Embora não tenha sido indagado, pelo teor dessa resposta suspeita-se que não deve ser muito diferente o índice dos que contestam ou, ao menos, colocam em dúvida a integração da ANDES na CUT.

A avaliação específica do papel e da atuação da direção da ANDES-SN praticamente foi evitada: 11% consideram positiva sua atuação e também 11%, negativa, mas 78% não responderam. O que denota provavelmente falta de interesse pela avaliação ou falta de conhecimento do papel e atuação da ANDES-SN ou, então, evitaram avaliar por motivos "éticos".

A opinião do professor da UFMG sobre o MD hoje

Captar a avaliação pelo professor do MD como entidade abstrata é praticamente impossível e não teria sentido, quando o propósito de uma pesquisa é fazer o diagnóstico do MD dentro da Universidade. Em outras circunstâncias talvez procedesse uma reflexão coletiva sobre o significado do MD (por exemplo: o que é realmente o MD – se o fato de ser professor já lhe garante a vinculação ao MD ou se o associar-se a uma entidade representativa de sua classe é condição necessária e suficiente para se formar o MD e nele se integrar).

Aqui o propósito foi outro: captar a opinião e a atitude do professor da UFMG sobre o MD dentro da Universidade (como o conhece e como se relaciona com ele).

A estratégia utilizada neste *survey* foi verificar como o professor se comporta em relação ao MD e como avalia o comportamento de seus colegas na mesma estrutura. A tática operacional foi oferecer um estímulo que provocasse a reação de concordância/discordância do professor. O estímulo consistiu num primeiro momento em um elenco de frases ouvidas em assembléias, nos corredores da Universidade, em reuniões preparatórias para a greve e em outras circunstâncias típicas do MD e, num segundo momento, outro elenco de frases ouvidas durante a última greve: a de 93. Esta greve é sintomática para caracterizar a crise do MD: primeiro, porque seguiu-se à maior greve de toda a história do MD – a de 124 dias – ocorrida em 91 (o cansaço, o desgaste, o desencanto foram resultados que somaram o custo contra quase nenhum benefício daquele movimento); segundo porque os poucos professores que participaram das assembléias

tiveram oportunidade de ouvir colocações que seriam repudiadas nas assembléias de outras greves e, no entanto, naquela ocasião o mínimo que elas provocaram foi o sentimento de perplexidade – sinal claro de que o MD não ia bem; terceiro porque se tratava de uma greve com indicativo vindo de cima, assinalando para a adesão ao movimento dos SPFs (servidores públicos federais); o que provocou de um lado intensa reflexão sobre a relação do MD com os SPFs e, de outro, a discussão sobre a força das reivindicações sindicais dentro do MD sobrepondo-se sobre as reivindicações tipicamente docentes e universitárias; quarto porque foi a primeira greve natimorta desde que se fundou a Apubh e muitos professores estavam querendo compreender o que estava ocorrendo e outros certamente tinham opinião a externar.

O estudo dos dados coletados proporcionou as seguintes conclusões:

A – Quanto à opinião e atitude do professor da UFMG face ao MD de um modo geral:

– Foram propostas à apreciação do entrevistado afirmações que correspondem a posições polêmicas e freqüentes, senão representativas, formuladas por professores da UFMG. O quadro 5 registra os resultados. Mas antes, por motivo de economia, as frases serão representadas no quadro por seus símbolos convencionados, a saber:

SÍMBOLOS = FRASES

A = O movimento docente deve restringir-se exclusivamente à ação sindical de defesa da categoria "professores universitários".

B = O movimento docente deve restringir-se exclusivamente à ação sindical de defesa da categoria "professores universitários do ensino particular".

C = O movimento docente não deve restringir-se exclusivamente à ação sindical; deve ser antes um movimento de defesa da Universidade Pública.

D = O movimento docente deve ser institucionalizado de modo a atender a uma gama de objetivos pertinentes à categoria.

E = O movimento docente deve defender a Universidade Pública, gratuita, autônoma, democrática de qualidade.

F = O movimento docente deve defender a categoria "professor universitário" em forma de sindicato e associação docente, com fins também assistenciais.

G = ----------, com fins também profissionais.

H = ----------, com fins também culturais.

I = ----------, com fins também sociais.

J = O movimento docente deveria institucionalizar-se não em sindicato nacional como a atual ANDES-SN, mas como a Ordem dos Advogados, o Conselho Nacional de Engenharia e Arquitetura, o Conselho Nacional de Medicina, etc.

L = O movimento docente deveria ser mais ativo e reivindicar presença no Conselho Universitário e no CEPE.

M = O movimento docente já deveria ter conseguido a revogação da Lei 5.540 (reforma universitária de 1968).

N = O movimento docente já deveria ter conseguido a implantação de seu projeto de Universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e de qualidade.

O = O movimento docente deveria participar do cotidiano da Universidade conquistando para os professores espaço e horário reservados ao lado de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

QUADRO 5 - CONCORDÂNCIA COM AFIRMAÇÕES DIVERSAS

	FRASES													
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O
1 - concorda totalmente	22,5	1,8	28,0	60,0	67,3	64,3	73,0	73,3	68,3	28,8	49,0	24,0	39,8	64,0
2 - concorda em parte	24,5	5,5	23,8	20,5	20,0	16,8	11,5	13,5	15,0	19,0	10,3	11,0	21,5	15,3
3 - não concorda/não discorda	0,3	1,3	2,3	1,3	0,3	0,5	0,8	0,8	1,0	0,8	2,0	2,8	2,0	1,0
4 - discorda em parte	16,5	13,3	9,8	4,3	6,3	5,0	3,3	3,8	4,3	9,8	6,3	9,0	10,0	5,0
5 - discorda totalmente	31,0	69,0	17,0	4,5	2,8	6,5	4,5	2,5	4,3	17,5	18,5	5,3	8,0	8,3
6 - sem opinião formada	2,5	6,3	6,5	3,3	1,5	1,8	1,5	1,5	2,0	17,8	9,0	25,5	8,5	2,5
7 - não respondeu	2,8	3,0	12,8	6,3	2,0	5,3	5,5	4,8	5,3	6,5	5,0	22,5	10,3	4,0

A maioria concorda com a afirmação de que o MD deve ser sindicato e ao mesmo tempo associação de professores para fins culturais (86,8%) – para fins profissionais (84,5%) – para fins sociais (83,3%) e para fins assistenciais (81,1%). Esta concordância contraria o pensamento dominante nas sucessivas diretorias da ANDES-SN (desde a conversão da ANDES em Sindicato Nacional), que defendem a identificação do movimento docente pura e simplesmente com o movimento sindical.

Não menos expressivo é o número de professores da UFMG que defendem um espaço e um horário dentro da Universidade, ao lado do dedicado à pesquisa, ensino e extensão, para a discussão do papel da Universidade e do professor na sociedade: 79,3%. E todos sabem que tal espaço e tal horário nunca existiram e nunca se cogitou em implantá-los. Uma autêntica proposta digna de ser reivindicada pela Apubh-UFMG, não pela Apubh-Seção Sindical da ANDES-SN.

Para 61,3% dos professores da UFMG, se o MD fosse realmente ativo já teria implantado no Brasil a Universidade pública, gratuita, democrática, autônoma e de qualidade. Se esta bandeira de luta existe e não foi totalmente implementada é porque o MD dela descuidou ou a tornou secundária em relação à luta sindical.

B - A reação dos professores da UFMG às colocações brotadas na greve de 93 ou a ela referentes é a seguinte (observando o mesmo modelo anterior para simbolizar as frases):

SÍMBOLOS = FRASES

A = É preciso repensar a greve.
B = A greve é um instrumento esgotado.
C = A assembléia só é legítima quando quantitativamente representativa.
D = Para se decidir sobre a greve, a assembléia deve ser substituída pelo plebiscito.
E = No caso de uma greve dos SPFs (servidores públicos federais) o MD deve participar.
F = ---------- não deve participar.
G = ---------- deve avaliar a oportunidade de sua participação.

H = ---------- deve aguardar a decisão da ANDES-SN.

I = Os professores universitários, por serem uma categoria profissional típica, devem criar sua Central Sindical própria.

QUADRO 6 - CONCORDÂNCIA COM PRONUNCIAMENTOS NA GREVE/93

	FRASES								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1 - concorda totalmente	79,0	17,5	52,0	31,3	20,8	13,5	79,5	29,3	27,5
2 - concorda em parte	9,5	22,8	17,3	17,3	25,0	12,8	7,0	2,8	13,3
3 - não concorda/não discorda	1,8	0,3	1,3	2,3	4,0	4,5	0,8	2,5	2,3
4 - discorda em parte	2,3	18,0	10,5	11,8	14,0	20,5	1,0	12,0	7,5
5 - discorda totalmente	2,8	37,5	15,0	28,3	23,3	32,0	6,5	21,3	24,5
6 - sem opinião formada	2,5	2,3	2,0	6,3	6,0	6,8	1,8	5,3	14,3
7 - não respondeu	2,3	1,5	2,0	3,0	7,0	10,0	3,5	6,0	10,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Verifica-se pelo quadro acima que o índice de concordância total tem a seguinte ordenação:

RANK DAS FRASES

1º - G ("em caso de greve dos SPFs o MD deve avaliar a oportunidade de sua participação"): 79,5%.

2º - A ("é preciso repensar a greve"): 79%.

3º - C ("a assembléia só é legítima, quando quantitativamente representativa"): 52%.

4º - D ("substituição da assembléia pelo plebiscito para decidir greve"): 31,3%.

5º - H ("em caso de greve dos SPFs o MD deve aguardar decisão da ANDES-SN para aderir ou participar"): 29,3%.

O cômputo geral de concordância (total mais parcial) fornece a seguinte classificação:

1º lugar: frase A, com 88,5%;

2º lugar: frase G, com 86,5%;

3º lugar: frase C, com 69,3%;

4º lugar: frase D, com 48,6%; e

5ºlugar: frase E, com 45,8%.

Quanrto à discordância total observa-se:

RANK DAS FRASES

1º - B ("a greve é um instrumento esgotado"): 37,5%.

2º - F ("em caso de greve dos SPFs o MD não deve participar"): 32%.

3º - D ("substituição da assembléia pelo plebiscito para decidir greve "): 28,3%.

4º - I ("criação da Central Sindical própria dos professores"): 24,5 %.

5º - E ("em caso de greve dos SPFs o MD deve participar): 23,3%.

O cômputo geral da discordância (total mais parcial) fornece o seguinte quadro:

1º lugar: frase B, com 55,5%;

2º lugar: frase F, com 52,5%;

3º lugar: frase D, com 40,1%;

4º lugar: frase E, com 37,3%;

5º lugar: frase H, com 33,3%.

Os resultados acima apontam para a seguinte leitura (entre as várias possíveis): tanto a concordância como a discordância (com os pronunciamentos típicos daquele momento) mostram:

a - significativa maioria dos professores (88,5%) está de acordo quanto à necessidade de repensar a greve, mas cerca de 56% discordam quanto à afirmação de que a greve seja um instrumento esgotado;

b - a adesão do MD à greve dos SPFs continua sendo problema: a maioria é de opinião que não se deve aderir automaticamente, mas a decisão deve passar pelo crivo da avaliação de sua oportunidade (86,5%);

c - sintomática é a opinião de que a assembléia só é legítima quando tiver representação quantitativa (69,3% de concordância) e este fato merece, a seguir, uma segunda leitura;

d- a substituição da assembléia pelo plebiscito continua sendo um divisor de opinião no movimento docente: 48,6% a favor e 40,1% contra.

A posição de considerar a assembléia legítima somente quando se torna quantitativamente representativa é sintomática. De fato, revela uma situação de certa forma paradoxal: clamam por número significativo de participantes numa assembléia de decisão sobre greve, tanto professores que participam

normalmente como os que não participam e, no entanto, seus defensores até hoje não estabelecem o critério quantitativo de se estabelecer esta representatividade (5% dos sócios?, dos professores?,10%?, 20%?, 50%?... nenhum defensor da proposta sabe!).

A respeito dos pronunciamentos sobre a greve ("entrar ou não em greve", "ser a greve um instrumento esgotado", "substituir greve pelo plebiscito", "ser a assembléia quantitativamente representativa para se tornar legítima"- "aderir à greve dos SPFs" etc.) é preciso esclarecer que se trata de pronunciamentos feitos por professores filiados como por não-filiados à Apubh: as assembléias de greve são abertas a todos os professores. Entre os não-fliliados encontram-se os ferrenhos opositores ao MD, notadamente ao Sindicato dos Docentes. Esta constatação, por sua vez, traz um dado novo na velha discussão "assembléia *versus* plebiscito": não se trata de acabar com a assembléia e no seu lugar introduzir o plebiscito, mas de discutir a greve em assembléias e tomar a decisão de entrar, continuar ou sair da greve através do plebiscito. Mesmo assim, uma outra leitura vê na defesa do plebiscito, ainda que como mera instância decisória, mas sobreposta à assembléia, uma atitude escapista, reveladora de apatia em relação ao MD e suas manifestações conhecidas.

e - Há uma preocupação geral com a greve como expressão do movimento docente, pois além das colocações anteriores, o tema volta entre as colocações livres feitas pelos entrevistados. Entre os 19 tipos de afirmações coletadas, 50,5% dos professores da UFMG indicaram a necessidade de avaliar as greves feitas até hoje.

A avaliação da Apubh feita pelos professores da UFMG

Antes de apresentar as conclusões sobre a avaliação que os professores fizeram sobre a Apubh, importa mostrar o que representa quantitativamente a Apubh na UFMG. Em outubro de 1993, 68% dos professores da UFMG responderam que estavam filiados à Apubh e 29,5% que não estavam (na realidade o percentual de associados se situa entre 65% e 75% e de não-associ-

ados entre 25% e 35%). Hoje há cerca de 2.300 sócios e cerca de 3.100 professores da UFMG (incluindo os substitutos), o que corresponde a 74% de associados: se houve aumento ou diminuição deste número, a diferença não é significante.

A avaliação da Apubh feita por associados e não-associados começa pela declaração dos não-filiados diante da possibilidade de filiar-se: 61% deles não desejam filiar-se e 25,4% desejam, sendo que 13,6 % não responderam. Os motivos de filiação são de 6 tipos, com 25 registros, sendo 8,1% "para legalizar apoio" e "ser a Apubh uma instância legalizada", cada uma; e 7% para "poder participar das decisões"; as demais globalmente perfazem 5,8%. Os motivos de não filiação são de 13 tipos, com 61 registros, salientando-se: "falta de interesse", com 33,7%; "não atender aos interesses do corpo docente" com 8,1%; "associado a outra entidade" com 6,9%; passando por "sectarismo," "discordância com as decisões da Apubh" com 4,7% cada, até "o fato de a Apubh lutar exclusivamente por salários", com 1,6%, sendo que as outras razões de menor expressão numérica constituem os 17% restantes.

Apenas um tipo de motivo dentre as justificativas de não-filiação não constitui crítica à Apubh na condução do movimento docente: "o fato de estar filiado a outra entidade" com 6,9% do total dos motivos ou 9,8% dos motivos de não-filiação. Já as críticas à Apubh pesam fortemente para 70,9% do total: como se viu acima, a " falta de interesse despertado pela Apubh", com 33,7% do total ou 47,5% dos motivos de não-fliação soma-se com as outras críticas que perfazem a soma de 37,2% do total ou 52,5% das razões para não filiar-se.

Os que já foram filiados e abandonaram a Apubh representam pequena parcela, 3,8%, tendo como principais razões: os fracos resultados apresentados (27,3%), política partidária dentro da Apubh (18,1%) e seis outros motivos como: ineficiência da direção, desinteresse, falta de tempo, sectarismo e autoritarismo, filiação da Apubh à CUT, luta exclusiva por salários (9% cada).

Quanto ao grau de satisfação com a condução da Apubh, apesar de baixo, é maior do que o de insatisfação: 34,8%

contra 22,6%, sendo que 18% não estão nem satisfeitos, nem insatisfeitos e 24,8% não têm opinião formada ou não responderam. Pelos motivos apresentados, o índice percentual das razões de insatisfação é bem superior ao de satisfação: 97,3% contra 2,7%, tendo como mais significativas: falta de maior interação com o corpo docente – 27%, luta exclusiva via greves – 16,2%, falta de incentivo para participar – 8,1% e má atuação da Apubh: 8,1%. Os demais formam os 40,6% restantes de um total de 14 tipos de razões com 37 registros (apenas um pode ser considerado motivo positivo: "organização").

Ao longo do tempo assim está o quadro de satisfeitos e de insatisfeitos:

QUADRO 7

SATISFAÇÃO E INSATISFAÇÃO COM A ATUAÇÃO DA APUBH AO LONGO DO TEMPO

	Satisfeitos (%)	Insatisfeitos (%)
Desde a fundação	36,7	32,2
Últimos 6 anos	17,3	22,2
Últimos 4 anos	13,7	17,8
Últimos 2 anos	14,4	14,4
Atual direção/Apubh	8,6	4,4
Não sabe/não respondeu	9,4	8,9
Total	**100,0**	**100,0**

Dentre os satisfeitos 36,7% o são desde sua fundação; a declaração de satisfação a partir dos últimos seis anos varia regular e gradualmente de 17,3% nos últimos seis anos até 8,6% com a atual diretoria (a de 1991/93), o que significa dizer que a maior parte dos entrevistados que se encontram satisfeitos com a Apubh o são desde sua origem e como ocorreu em relação a ANDES, o são pela idéia por ela representada. As respostas prejudicadas são pouco significativas: 7,2%.

Entre os insatisfeitos com a atuação da Apubh, 32,2% o são desde sua origem. A taxa de insatisfação também varia regular e gradualmente de 22,2% nos últimos seis anos até 4,4% com a atual diretoria (91/93), o que significa que os insatisfeitos o são desde sua origem e o são também pela idéia por ela representada. As respostas prejudicadas também são insignificativas: 6,7%.

Sobre a ampliação de objetivos da Apubh ou, o que é o mesmo, sobre a implementação dos objetivos que fizeram a Apubh transformar-se em Apubh-UFMG ao lado da Apubh - Seção Sindical: 81,3% dos professores

concordam com esta ampliação.

Este dado confirma as conclusões vistas anteriormente, quando foi mostrada a posição dos professores da UFMG diante do MD hoje, ou seja, a Apubh deve voltar-se para atividades sociais, profissionais, científicas, culturais, assistenciais e de lazer, mas sem perder os objetivos sindicais.

Quanto à questão de pertencer à Apubh e à Assufemg simultaneamente, a opinião dos professores está dividida: 30,3% não tem opinião formada; 32,8% pensam que se deve pertencer só à Apubh e 26,3% acham que se deve pertencer a ambas e 10,6% não responderam.

A direção do MD pela Apubh é vista pelos professores da UFMG assim: 2,5% consideram-na ótima, 50% entre boa e regular, 9,5% ruim e 2,5%: péssima, e 35,5% não têm opinião formada ou não responderam. As razões dessa avaliação são de 31 tipos, sendo 10 positivos, com 56 registros e 21 negativos, com 144 registros. Entre os positivos, em 1º lugar, com 16% dos registros, está "cumpre objetivos"; em 2º "resultados obtidos": 7,5%; em 3º, "comunicação eficiente": 5,5%; em 4º "atuação eficaz": 4,5%; em 5º "próxima do corpo docente": 4,5%. Entre os negativos, em 1º lugar "não apresenta resultados": 9,5%; em 2º "não incentiva a participação": 8,5%; em 3º "falta de representatividade": 6,5%; em 4º, empatados, "afastada da base" e "comunicação eficiente": 4% cada.

Como o professor vê o MD dentro da UFMG

Esta visão surge quando o professor avalia a mobilização do MD e sua própria participação no movimento. Aqui a avaliação se transforma em auto-avaliação, pois concretamente o professor está julgando atos, ações, decisões e suas implementações tomadas pelo MD dentro da Universidade como um todo e assumidas ou não por ele mesmo. Em síntese: avaliar a mobilização e a participação no MD é sempre auto-avaliar-se.

Quanto à mobilização, a avaliação pelos professores é mais negativa que positiva: 47,3% contra 9%, o que mostra que para os professores da UFMG em geral o MD não tem mobilização. Mais do que negativa esta

avaliação revela o grau de pessimismo que tomou conta do professor em relação ao MD, constituindo-se em fator da própria crise do MD. Basta atentar para os motivos da avaliação: 29 motivos diferentes para justificar o resultado da avaliação, dos quais 6 dão suporte para auto-avaliação positiva e 23 para a auto-avaliação negativa. Entre estes últimos está "o próprio desinteresse do corpo docente por sua associação e pelo MD em si", com 31,3% do número de respostas negativas, que somado com os da mesma família como apatia, anomia, desencanto, frustração, desgaste atinge 50%. Em seguida vem "dispersão do MD", com 16,5%, "falta de campanha para mobilização" com 15,1%, "nenhum incentivo à participação", com 8,8% e outros motivos, cuja soma atinge 9,6%.

PARA 47,3% DOS PROFESSORES DA UFMG, NÃO HÁ MOBILIZAÇÃO DO MD

Quanto à participação, tem-se que distinguir participação formal na administração do movimento, ou seja, a do professor que exerce cargos na direção do MD (Diretoria e Conselho de Representantes da Apubh) e a expressa pela presença na vida do movimento, medida pela freqüência a assembléias, reuniões de unidades, congressos, Conads, atos públicos, grupos de trabalho, publicação de artigos na revista da associação etc.

A participação como membro da diretoria da Apubh, numericamente, está dentro da faixa prevista: 4,3% dos entrevistados declaram já ter sido membro da diretoria da Apubh. Equivalem a 107 professores do corpo docente da UFMG. Na realidade houve 92 professores que exerceram mandato de direção, sendo que 13 foram reconduzidos. A recondução se acentua a partir de 1989, pois 73% dos diretores do mandato 87/89 se repetem em 89/91. Na gestão 91/93 há 27,3% de repetição de nomes e na atual (93/95) há 45,5%.

A dificuldade na formação de chapa para concorrer à eleição nestas

últimas gestões, sobretudo a partir de 91 e a repetição de nomes na direção da Apubh revelam, por sua vez, uma das faces da crise do MD, por ser operacionalmente indicador de falta de participação. Embora não tenha sido pesquisado neste *survey,* supõe-se que parcela significativa dos não-participantes acaba racionalizando sua omissão, alegando que "confia numa liderança ativa, apesar de minoritária".

Em conselhos de representantes da Apubh já participaram ou estão participando 11%, contra 86,5% que nunca participaram (2,5% não responderam).

Os motivos da não-participação nestas duas instâncias são praticamente os mesmos.

Predominam a falta de interesse, com 37%, no caso da diretoria, e 32%, no caso do CR, seguindo-se o excesso de atividades, com 13,3% no caso da diretoria e 11,3% no caso do CR.

A auto-avaliação de participação no MD revela: 32,3% declaram não participar, 23,8% participam só em época de greve; 25,8% consideram fraca sua participação e apenas 3% julgam-na intensa; 12% julgam-na "mais ou menos' e 3,3% não responderam.

Os motivos mais relevantes da não-participação são 25 – quase todos de ordem pessoal – com 97,3% de todos os motivos, prevalecendo: falta de tempo e oportunidade, com 22,6%, falta de interesse, com 19,3%, excesso de trabalho, com 14,7%, falta de incentivo à participação, com 5,4%.

Estes dados apontam para uma conclusão mais abrangente: a predominância dos motivos pessoais (de ordem subjetiva portanto) não pode ser vista isoladamente, ou seja, sem relacionar-se tais motivos com os objetivos inerentes à condução do MD, pois neles predomina a característica "interesse" (a própria falta de interesse), a falta de tempo (para se dedicar a algo que despertasse interesse), o excesso de trabalho (em atividades que são mais interessantes). Ora, quando se fala em interesse está-se falando em objeto que tenha valores capazes de despertar a atenção, de motivar, enfim, o possível interessado. Em outras palavras: se a Apubh, o próprio MD fossem capazes de despertar interesse pela mostra de seu valor e de suas ca-

racterísticas motivadoras, certamente o grau de participação seria outro.

Outra conclusão do mesmo nível da anterior: existe um círculo vicioso que precisa ser quebrado em algum lugar, quando se pensa em resolver a crise do MD. O possível militante não participa por causa da falta de incentivo, de oportunidade, de liderança, de restrição à participação (motivos detectados como de ordem objetiva); os dirigentes do MD, por sua vez, apontam como a principal causa da crise a falta de participação dos professores (ver Mesa Redonda – *Caminhos* 8-9).

Uma terceira conclusão se impõe: a maior crise não é a do MD como entidade política e social; é a da identificação do professor com o MD. A maioria das razões de não-participação sinaliza para esta constatação que aos pesquisadores estava latente, mas que aflorou na leitura dos resultados do *survey* e que pode ser sintetizada pela dupla interrogação: por que participar? O que é hoje o MD para que eu possa dele participar? Pareceu aos pesquisadores que a maioria dos professores realmente não sabe o que é o MD hoje e para que serve.

Finalmente, considerando no contexto histórico que a participação já foi significativa no passado (sobretudo na época da ditadura militar e nas greves que eclodiram como conseqüência dessa ditadura), hoje o apelo à participação só encontrará resposta, se for para colocar os problemas da Universidade e da categoria docente acima das reivindicações salariais e se for para repensar o MD e especificamente a razão de ser de uma associação docente. Esta afirmação encontra respaldo se forem comparados os motivos de insatisfação com a condução do MD pela Andes e pela Apubh.

Disposição do professor face à auto-avaliação de não participação.

Mesmo diante do baixíssimo índice de participação e do alto índice de não-participação, 36,8% dos professores da UFMG preferem continuar como estão, 19% pretendem aumentar a participação, 5,5% pensam em começar a participar, 1,5% em diminuir

sua participação e 25% condicionam sua participação a uma série de fatores. Não responderam 11,8%.

Ao todo são apontados 22 tipos de fatores, prevalecendo a comunicação deficiente. Em seguida vem a necessidade de propostas mais modernas – o incentivo à participação – a diminuição da carga horária e a reestruturação do MD.

Após classificar esses motivos em dois grupos, os de natureza pessoal e os que estabelecem condições referentes ao MD ou à Apubh, tem-se que 89% condicionam sua participação no MD à mudança de ação do MD, principalmente da Apubh, ou melhor, dos dirigentes da Apubh (1,3% são de opinião favorável e 6% não responderam).

A reformulação do MD na ótica do professor da UFMG

Diante dos resultados obtidos conclui-se que significativa maioria – 62% – julga que o MD deve ser reformulado; apenas 6,8% pensam o contrário, 24% não têm opinião formada e 7,2% não responderam.

Esta conclusão evidencia, no anverso de sua medalha, que os professores da UFMG de um modo geral têm consciência: a) da crise do MD; b) da necessidade de superar a crise reformulando o MD; c) da importância do MD para o corpo docente (afinal ninguém vai querer reformular uma instituição sem importância para ele).

Os motivos apresentados para a reformulação do MD são de 20 tipos, sendo que 72,3% das indicações apontam para razões objetivas: predominam os que brotaram em outros quadros referentes à condução do MD. Assim, os cinco principais são: necessidade de incentivar a participação (com 19,8%), necessidade de novas estratégias com (13,7%), para poder exercer o papel de conscientizar o corpo docente com (12,1%), para que a Apubh seja mais eficiente (com 10,1%), necessidade de modernizar as propostas com (6,5%), para aproximar-se das bases com (5,3%) e para que não seja influenciada por partido político com (4,8%). A soma dos outros 13 motivos atinge 27,7% (média de 2,1% para cada um).

É pertinente sublinhar uma queixa que freqüentemente aflorou em diversos contextos: a Apubh, sobretudo seus dirigentes, precisam urgentemente voltar-se para as bases e para a implementação dos objetivos que levaram à fundação da Apubh como associação docente e que a tornaram a Apubh-UFMG e deixar de dedicar-se com tanto fervor à Andes-SN, em detrimento de suas necessidades locais.

Aos pesquisadores isso ficará empiricamente evidenciado, quando na parte analítica forem comparados os quadros de motivos de satisfação/insatisfação com os dados dos arquivos da Apubh referentes a número de assembléias realizadas até hoje e à natureza da pauta de convocação (origem, temática e objetivos a alcançar) de cada uma.

Completando esta visão é preciso colocar, em termos de conclusão, que os professores da UFMG instados a apresentar livremente críticas e sugestões para a condução e/ou recuperação do MD repetiram praticamente as mesmas razões de sua insatisfação com a condução do MD: necessidade de comunicação objetiva (com 13%), de promover conferências e cursos (com 10,6%), reuniões nas unidades (com 9,9%), de conscientizar o corpo docente (com 8,7%) e de aproximar-se das bases (com 6,8%).

Em nenhum momento, porém, se revelou disposição de participar da reformulação do movimento docente. Nenhuma proposta também atingiu o nível da própria conscientização da crise do MD e da necessidade de sua reformulação. Em outras palavras: entre a tomada de consciência e a disposição de trabalhar pela reformulação há um abismo.

Esta constatação provoca um novo problema: se os professores, em sua quase totalidade demonstram mínima preocupação em participar da reestruturação do MD, será que as lideranças conseguirão descobrir como fazer a reformulação do MD ou, ao menos, provocar a discussão e dirigir o processo?

Como intérpretes dos dados coletados, aos autores cumpre fazer este alerta e dizer que poucas vezes como esta, observadas as devidas propor-

ções, lhes pareceram atuais as lições extraídas do célebre Informe de Dimitrov, feito em 2 de agosto de 1935 no VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, três das quais serviram de epígrafe a esta apresentação.

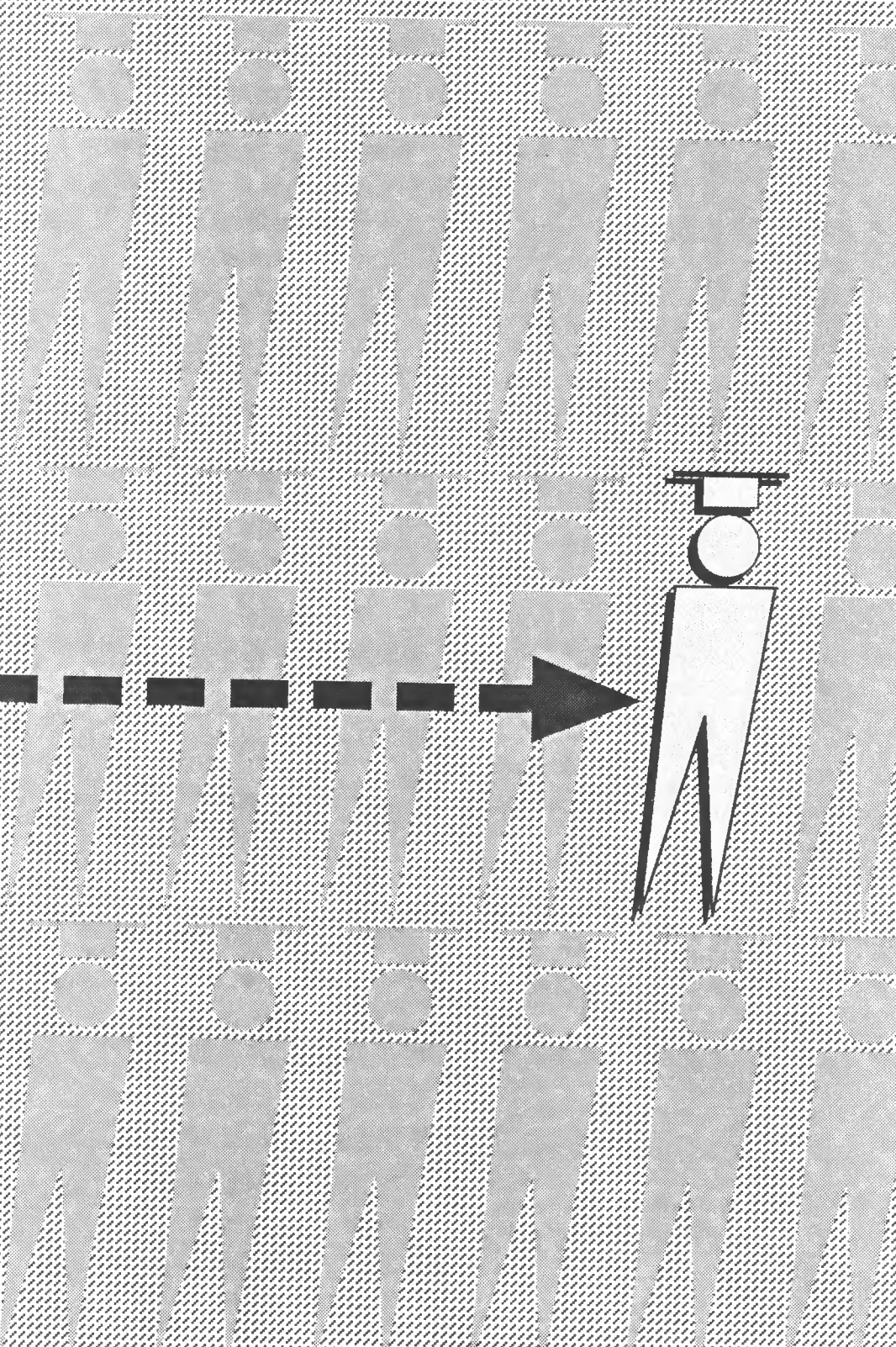
NOTAS

1 – A afirmação equivale a dizer que dentro destes limites e com este nível de confiança se faz a inferência da amostra para seu universo (as porcentagens referentes à amostra são as mesmas da população, da qual ela foi extraída).

2 – Foram entrevistados 22 auxiliares de ensino, 99 assistentes, 157 adjuntos, 36 titulares, 73 inativos, 12 professores do 1) e 2) grau e apenas um não respondeu ao quesito.

3 – Esses dados retratam as atividades remuneradas exercidas fora da UFMG, não as atividades remuneradas exercidas dentro da UFMG. Esta foi a natureza da pergunta 11 do questionário (sobre o que "a remuneração destas atividades representa para o Sr(a) em relação à sua atividade principal..."), que fazia referência à pergunta anterior. A soma dos dois tipos de atividades seria mais um fator corroborativo da hipótese formulada.

4 – Sob outra ótica (a da tradição cristã) esta é uma situação típica de torpor, de mediocridade, sobretudo de tibieza, estado de ânimo que recebeu a conhecida reprovação do senhor no Apocalipse: "conheço-te por tuas obras; não és frio nem quente: oxalá foras frio ou quente! Assim, porque és morno e não és frio nem quente, vomitar-te-ei de minha boca" (Apoc. 3:15-16). A lição desta sabedoria pode ser assim adaptada: melhor seria para a Andes que os professores fossem a favor ou contra ela; o pior é ser indiferente ou tíbio diante do que ela representa.



em tempo

MOVIMENTAÇÃO DOCENTE NA UFMG: APOSENTADORIAS E REPOSIÇÃO DE PESSOAL

Terezinha Abreu Gontijo
Professora do Departamento de Biologia Geral da UFMG e Presidente da CPPD

Uma questão que tem preocupado grande parte dos docentes desta Universidade é o ritmo de aposentadorias que vem ocorrendo nos últimos anos e seus reflexos sobre a atividade acadêmica. Como contribuição para a análise destas questões, a pedido da diretoria da Apubh, apresentamos a seguir alguns dados sobre perdas docentes, reposição de pessoal e o problema de professores substitutos na Instituição.

Parte do material aqui analisado foi elaborado pela CPPD para embasar as discussões do Grupo de Trabalho sobre "Seleção e Recrutamento de Pessoal Docente" que se reuniu durante o "Seminário de Recursos Humanos da UFMG", realizado no último ano e cujos resultados estão sendo editados. Os dados mais recentes foram compilados para subsidiar debate promovido entre a administração da UFMG e a Apubh, a convite desta última, realizado em maio de 1995.

PERDAS DOCENTES NA UFMG

Em 1990, a UFMG tinha 2.849 professores em unidades de ensino de 3º grau. De 1990 a abril de 1995, a Universidade perdeu 1.113 professores. Estas perdas não ocorreram na mesma proporção nas diferentes unidades, como pode ser visto no quadro abaixo:

UNIDADE	Nº DE DOCENTES EM 1990	PERDAS DOCENTES %
Belas Artes	51	33
Música	52	56
Educação Física	95	47
Enfermagem	96	37
Engenharia	298	32
Farmácia	79	30
Medicina	488	21
Veterinária	91	48
Letras	135	52
FACE	138	33
Fafich	250	45
FAE	107	60
Biblioteconomia	31	55
Arquitetura	72	42
ICEX	313	34
ICB	269	41
IGC	75	29
Odontologia	126	31
Direito	83	41

Além do elevado número de perdas, há que se considerar o nível das mesmas. Entre os professores que saíram da UFMG de 91 a 94, 12% eram titulares e 68% adjuntos. Mesmo considerando que boa parte destes adjuntos não tinha doutorado, o percentual de aposentadoria de pessoal qualificado é alarmante. Seguramente, estamos perdendo pessoal que exercia liderança acadêmica, tinha produtividade elevada, orientava grande parte de nossos estudantes, tinha atuação destacada na pós-graduação, liderava linhas de pesquisa, tinha maior capacidade de captação de recursos, etc.

A intensidade da perda de docentes variou anualmente, em grande parte devido à expectativa de modificações na legislação relativa às aposentadorias:

SAÍDAS DE DOCENTES NA UFMG NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

1991 365
1992 203
1993 170
1994 170
1995 .....123*

* Até 8 de maio.

Como visto acima, de janeiro de 1994 até o início de maio de 1995, perdemos 293 docentes. Para se ter uma idéia da dimensão relativa desta perda, basta mencionar que em maio tínhamos 2.408 professores efetivos na UFMG.

Dos 123 professores que saíram este ano, a maioria tinha titulação acadêmica formal:

NÍVEL DE TITULAÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS NA UFMG DE 1º DE JANEIRO A 8/5/95.

TITULAÇÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
DOUTORADO	33,0
MESTRADO	24,5
ESPECIALIZAÇÃO	24,5
GRADUAÇÃO	17,0

Se for mantido o atual ritmo de aposentadorias, teremos em 1995 uma repetição do êxodo sofrido pela Universidade em 1991. Em todas as unidades há professores com tempo suficiente para aposentadoria, e que podem a qualquer momento solicitá-la, por temor de que as anunciadas mudanças da legislação efetivamente ocorram.

Um aspecto que evidencia ainda mais o efeito perverso da expectativa de modificação na legislação sobre a taxa de aposentadoria é a constatação, a nosso ver alarmante, de que destas 123 perdas ocorridas, 24 são aposentadorias proporcionais e 6 são exonerações. Uma aposentadoria integral é um evento previsível, embora muitas vezes seja postergado pelo docente, que freqüentemente permanece na Instituição anos após ter completado tempo para solicitar o benefício. A Instituição, de alguma maneira, tenta se organizar para estas perdas. Quando da aprovação do RJU, por exemplo, a administração levantou as possibilidades de aposentadorias para os cinco anos seguintes e remeteu-as aos departamentos para que tentassem se programar para reduzir o ônus destes eventos. A aposentadoria proporcional, por sua vez, é em evento para o qual a Instituição não tem nenhuma previsão, nem qualquer chance de redução de impacto.

RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO DOCENTE

Caso conseguíssemos recrutar novos docentes no mesmo ritmo que os

temos perdido, a UFMG teria renovado, nos últimos cinco anos, mais de um terço de sua capacidade docente instalada. Entretanto, a reposição de professores é um processo complicado, com diversas etapas e sujeito a variáveis que, muitas vezes, escapam à possibilidade de intervenção das instituições públicas.

Este processo inicia-se pelo encaminhamento de uma solicitação de vagas, apresentada pelos departamentos à CPPD até 28 de fevereiro (para análise no primeiro semestre) ou até 30 de agosto (para análise no segundo semestre). Segue-se o estudo da alocação das vagas geradas no período, pela CPPD, que encaminha o resultado desta análise ao CEPE para apreciação final. A política adotada pelo CEPE vem sendo a de alocar vagas no nível mais elevado, tentando captar preferencialmente doutores, desde que os mesmos estejam disponíveis no mercado.

Os departamentos que recebem vagas desencadeiam o processo de provimento, o que pode ser feito de imediato ou, como muitas vezes ocorre, de forma escalonada. Muitos departamentos optam por colocar poucas vagas em concurso a cada vez, promovendo uma reposição mais lenta, na tentativa de captar profissionais de melhor nível.

Ainda que a opção seja colocar de imediato as vagas em concurso, há procedimentos e prazos a serem respeitados, há necessidade de garantir a melhor divulgação possível, e o processo tem uma tramitação que consome um certo tempo. Isso confere um intervalo obrigatório de pelo menos alguns meses entre a reposição e a perda.

Se no período 1990 a 1994, o ritmo de alocação de vagas de docentes pelo CEPE acompanhava o ritmo de perdas bem de perto, o mesmo não ocorria com o ritmo de ocupação destas vagas. Para uma perda de professores que representava 26% do quadro que tínhamos em 1990, alocamos no período vagas correspondentes a 23% do quadro. No entanto, só conseguimos, até o momento, contratar professores efetivos para metade das vagas alocadas neste intervalo.

Parte deste atraso entre a concessão da vaga e seu provimento deve-se,

como dito anteriormente, à opção feita por alguns departamentos, de escalonar seus concursos. Entretanto, muitas vezes, resulta diretamente da dificuldade de encontrar pessoal qualificado, nem sempre disponível. Uma evidência desta dificuldade é o fato de que, apesar da opção por captar preferencialmente doutores, entre os professores contratados de 91 a 94, apenas 24% têm doutorado. Cinqüenta e seis por cento têm mestrado e 20% não têm titulação formal além da graduação. Teremos que desenvolver um programa para qualificar nos próximos anos três quartos dos novos professores contratados. Um complicador adicional no processo de recrutamento é a remuneração de pessoal nas universidades, às vezes bem pouco atraente quando comparado aos salários de mercado em algumas áreas.

Apesar da demora no provimento, a adoção de uma política de contratação no nível mais elevado disponível no mercado, aliada a uma política de qualificação de pessoal, tem conseguido fazer com que a Universidade melhore seu perfil de titulação, a despeito das perdas de docentes.

APESAR DAS PERDAS, MELHORA O PERFIL DE TITULAÇÃO DOCENTE NA UFMG

SUSPENSÃO DE CONTRATAÇÕES E QUADRO DOCENTE NA UFMG.

Às dificuldades normais de recrutamento que vínhamos enfrentando, agravadas pelo ritmo acelerado de perdas, somou-se, em janeiro de 1995, a proibição pelo Governo Federal da realização de novos concursos e de nomeação de servidores (Decreto 1.368/95). Naquela ocasião, tínhamos 56 professores concursados aguardando nomeação e 101 vagas cujos concursos estavam em tramitação, com editais já publicados.

O aumento do hiato entre a perda de um docente e sua reposição é uma conseqüência imediata deste decreto. A proibição de concursos e de contratações novas, que vigorava até abril,

foi prorrogada até 9/10/95.

No quadro docente da UFMG havia, no início de maio, 647 vagas não providas, das quais 339 já haviam sido alocadas pelo CEPE e 308 estavam por alocar.

Estas 647 vagas, potencialmente ameaçadas de maior atraso no provimento, correspondem a mais de 25% dos professores que hoje temos no quadro.

Entre as vagas alocadas e ainda não providas, 90 professores estão com processo de contratação iniciado e aguardando autorização para nomeação. A administração central vem, exaustivamente, desenvolvendo esforços junto ao MEC no sentido de obter liberação para nomeação de docentes, em caráter excepcional, tendo em vista nossa situação de vagas.

Se considerarmos o fato de que o ritmo acentuado de perdas que estamos vivendo também está ocorrendo nas outras IFES, é de se prever que, ainda que consigamos autorização excepcional para contratar, teremos maiores dificuldades para recrutar pessoal.

PROFESSORES SUBSTITUTOS

Uma conseqüência direta da defasagem entre o ritmo de perdas docentes e o de provimento de vagas é a demanda de professores substitutos, que vem se mantendo elevada nos últimos anos. Em 1994 a UFMG contou com cerca de 400 professores substitutos. Hoje temos 278 substitutos contratados e alguns processos em andamento. Como a perda de docentes não atinge da mesma maneira as diferentes unidades, a participação percentual de substitutos no corpo docente também mostra grande variação.

Na Escola de Arquitetura, por exemplo, substitutos representam 30% do corpo docente. Esta porcentagem também é muito alta na FAE (24%), Escola de Educação Física (21%) e ICB (20%). Em outras unidades, onde a perda foi menos acentuada, ou a reposição mais eficiente, substitutos representam cerca de 5%, como ocorre na Escola de Veterinária e nas faculdades de Medicina e Odontologia.

Há diversos aspectos a considerar quando se fala a respeito de professo-

res substitutos, e o aspecto quantitativo é apenas uma das vertentes deste problema. Numericamente, temos hoje menos substitutos do que contávamos em 1994. Entretanto, o número atual de contratados é menor que a demanda real de substitutos pelos departamentos. Além de haver continuamente processos em tramitação, que seguramente elevarão este contingente, há departamentos que têm contratações de substitutos já autorizadas pela CPPD (em função de perdas docentes ou de vagas de professores efetivos alocadas e ainda não providas), mas não conseguem captar substitutos para estes contratos. A baixíssima remuneração certamente é um dos fatores que torna tão pouco atrativa a função dos substitutos e, em alguns departamentos, ocasiona um índice enorme de desistências de substitutos recém-contratados.

Este último aspecto acentua a rotatividade dos professores substitutos, a qual, por força da legislação, já é naturalmente elevada. A Lei 8.745 de dezembro de 1993, ao estipular como prazo máximo de duração de contratos de substitutos, o período de 12 meses, e ao vedar a prorrogação dos mesmos, força os departamentos a buscar continuamente um novo contingente de substitutos "contratáveis". Evidentemente este componente torna ainda mais grave uma situação que já é preocupante.

O atraso na reposição afeta a atividade universitária como um todo; entretanto, seu efeito é mais imediato sobre o ensino de graduação onde se concentra a quase totalidade do trabalho dos substitutos. Se considerarmos que, em cada unidade, há professores em alguns cargos com atividade didática reduzida; há docentes envolvidos apenas com a pós-graduação e há docentes afastados para qualificação e para licenças de diversas naturezas, a participação real dos substitutos no ensino de graduação é seguramente muito mais elevada que as percentagens mencionadas anteriormente fariam prever.

Este é um problema da maior seriedade e para o qual temos que buscar alternativas, uma vez que teremos que conviver com ele por um bom tempo.

À primeira vista, poderia parecer recomendável alocar vagas em nível de titulação mais baixo para aumentar a rapidez de provimento e reduzir a necessidade de substitutos. No entanto, esta é uma pseudo-solução, uma vez que contratar pessoal menos qualificado significa reduzir os indicadores médios de produção, dispender maiores recursos na formação de pessoal com retorno mais lento e, a curto e médio prazo, ter que liberar docentes para qualificação. Este é um problema com o qual já estamos nos defrontando. Como visto anteriormente, entre os professores efetivos contratados pela UFMG nos últimos cinco anos, 20% têm apenas graduação e 56% têm mestrado. Há necessidade de elaborar um programa de qualificação destes professores que, necessariamente, significará liberações parciais ou totais de encargos didáticos de alguns docentes e maior rotatividade nas disciplinas que vêm ministrando.

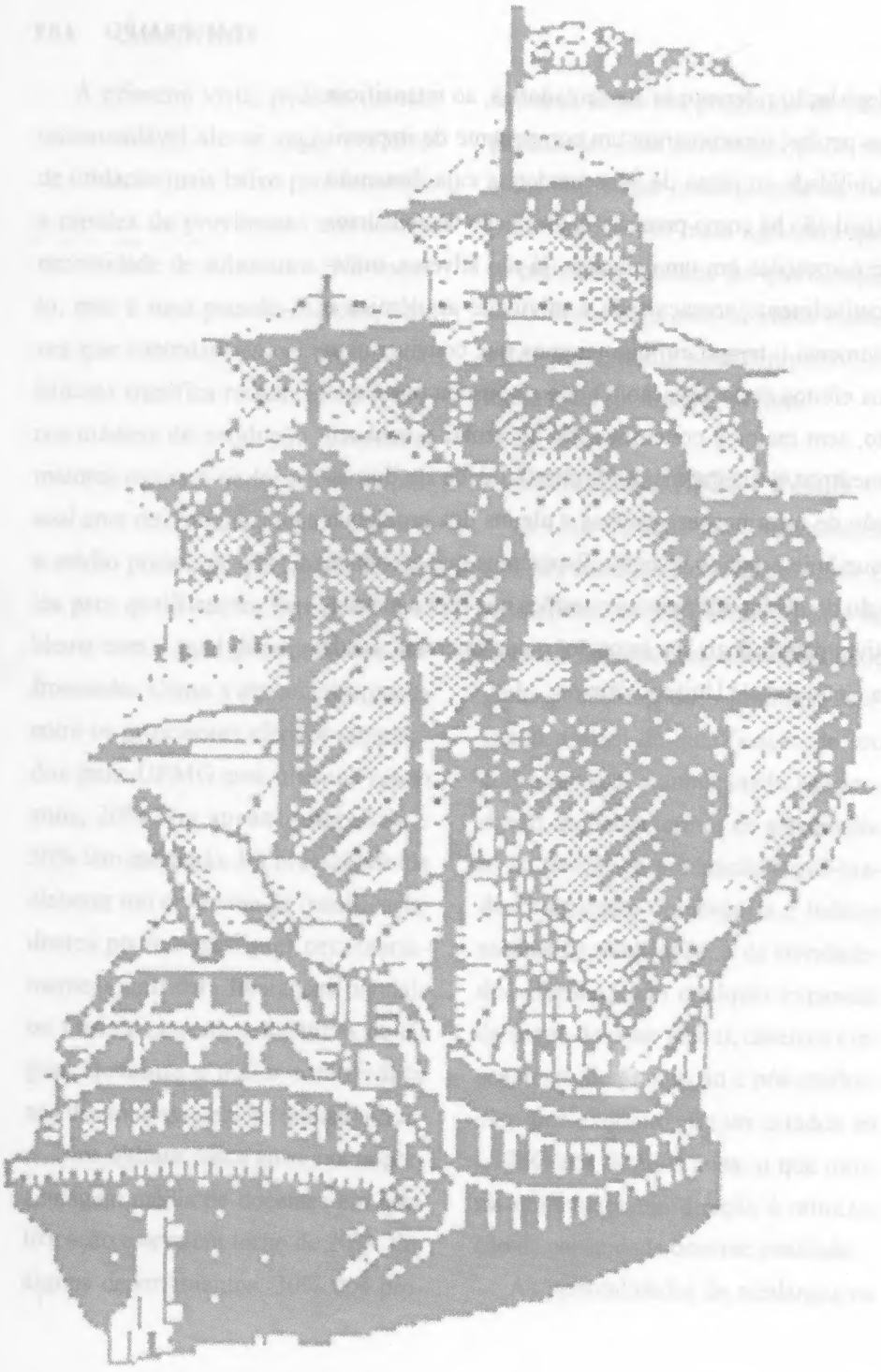
Nos últimos cinco anos, nossa porcentagem média de docentes em qualificação esteve em torno de 20%. Em alguns departamentos, 30% dos professores estão em programa de pós-graduação. Este percentual pode até aumentar, como conseqüência do exposto acima. Por mais agressiva que se pretenda a política de qualificação da Universidade, não há como elevar estes percentuais sem comprometer ainda mais seriamente o ensino.

COMENTÁRIOS FINAIS

A Universidade tem uma política séria de alocação e de recrutamento e cujo ritmo era previsível. Apesar da lentidão do processo, a Universidade vinha equacionando o problema, elevando o nível de qualificação de seu corpo docente e aumentando sua produção, tanto em termos de atendimento ao ensino de graduação e pós-graduação, quanto de pesquisa e índices médios de publicação, e de atividades de extensão. Sem qualquer expansão do corpo docente global, diversos cursos novos de graduação e pós-graduação, por exemplo, foram criados na UFMG nos últimos anos, o que mostra um avanço em direção à otimização da capacidade docente instalada.

As possibilidades de mudanças na

legislação referente às aposentadorias, ao intensificar as perdas, incorporaram um componente de imprevisibilidade ao ritmo de aposentadorias cuja dimensão final não há como precisar. A proibição de concursos e nomeações em uma situação já tão adversa, indiscutivelmente ameaça toda a atividade acadêmica e aumenta o tempo em que teremos que conviver com os efeitos desta situação. O que se buscou neste texto, sem maiores pretensões, foi aumentar o conhecimento e, principalmente, a possibilidade de discussão de informações relativas a alguns dos problemas que hoje estamos vivendo. Esperamos que a ampliação do debate sobre estas questões nos leve a alternativas para reduzir seu impacto, o que interessa a toda a Comunidade Universitária.





navegar É PRECISO

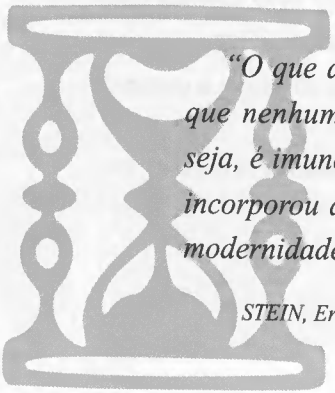
Caminhos *apresenta, a partir deste número, a seção "Navegar é preciso". Nela será apresentada uma coletânea de excertos sobre temas variados, reunindo num só espaço autores de distintas áreas do pensamento, em quaisquer épocas, divulgados nos mais diversos veículos de comunicação. Tanta diversidade revela, no entanto, uma unidade: as passagens refletem profunda preocupação com a compreensão de questões polêmicas e atuais, bem ao gosto do pluralismo editorial característico de* Caminhos.

"Este radicalismo da esquerda é justamente aquele a que como tal não mais corresponde ação política alguma. Ele não se situa à esquerda desta ou daquela orientação, mas simplesmente, de modo absoluto, à esquerda do possível enquanto tal."

Walter Benjamim, Melancoliá da esquerda, 1932

"Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história. O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão. Faltou sempre, e falta ainda, clamorosamente, uma clara compreensão da história vivida, como necessária nas circunstâncias em que ocorreu, e um claro projeto alternativo de ordenação social, lucidamente formulado, que seja apoiado e adotado como seu pelas grandes maiorias. Não é impensável que a reordenação social se faça sem convulsão social, por via de um reformismo democrático. Mas ela é muitíssimo improvável neste país em que uns poucos milhares de grandes proprietários podem açambarcar a maior parte de seu território, compelindo milhões de trabalhadores a se urbanizarem para viver a vida famélica das favelas, por força da manutenção de umas velhas leis. Cada vez que um político nacionalista ou populista se encaminha para a revisão da institucionalidade, as classes dominantes apelam para a repressão e a força."

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*, 1995.

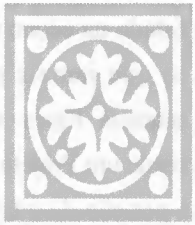


"O que aprendemos com a derrota do socialismo é que nenhum tipo de sistema, por mais blindado que seja, é imune à fraqueza ou à crise. E isto o socialismo incorporou de uma maneira inapagável no coração da modernidade"

STEIN, Ernildo. Orfãos de Utopia. A Melancolia da Esquerda, *1993*

"Até que ponto temos ainda hoje condições de acreditarmos no que chamaria a mão invisível de Adam Smith que está por trás de todas as nossas contradições? Essa mão invisível nos levaria à realidade, à racionalidade? Nesta busca de uma utopia marcada pela racionalidade mais próxima da realidade, encontramos um sucedâneo da "mão invisível". Somos obrigados a dar continuidade criativa e solidária a projetos que nasçam do próprio trabalho de reflexão, do próprio confronto das ciências humanas com as realidades existentes."

Idem, ibidem,.



"A contradição entre capital e trabalho, relegando este à posição de lado "pobre" da sociedade, explica porque o operário é capaz de fazer greve, sendo obrigado a fazê-la com freqüência tanto maior quanto mais se esclarece sua consciência de si, e adquire a certeza de representar o autêntico conteúdo do processo social objetivo. Enquanto o trabalho for pobre e enquanto o "pobre" for trabalhador, só ele pode fazer greve. O rico está excluído, por definição, dessa honrosa posição de luta, em vista da posição de classe que representa, que o caracteriza e o elimina do plano do trabalho. A greve é um fenômeno ligado ao processo histórico do trabalho na sociedade dividida em classes, sobretudo naquela que se acha sob a pressão imperialista. Já dissemos que não consiste em parar de trabalhar, mas em dar a forma do trabalho, que de alienado se torna autêntico."

PINTO, A.V. Por que os ricos não fazem greve?,*1962.*

"O Programa Nacional de Desestatizacão (PND), do modo como está sendo executado, representa um crime contra o País e a dilapidação de imenso patrimônio acumulado em meio século de sacrifícios do povo brasileiro. A privatização de empresas de economia mista, básicas e estratégicas, não poderia prescindir de uma profunda discussão sobre o papel do Estado na economia. Afinal, trata-se de um patrimônio público que jamais poderia ser submetido a processo dessa natureza. Esses empreendimentos surgiram como peças cruciais de um Projeto Nacional de desenvolvimento que nos levou à posição de oitava economia mundial. Com as privatizações realizadas e as que ainda se pretende realizar, o que subsiste desse Projeto? Foi o Estado que, à falta da iniciativa privada, construiu os alicerces desse Projeto. Afinal, o que o substituirá? As "privatizações" resultarão evidentemente na dilapidação impune de patrimônios públicos essenciais e na formação de inaceitáveis monopólios e oligopólios privados."

VIDAL, J.W. B, *O esfacelamento da nação*,1995.

"A mentalidade dominante é a dos que só vêem na greve o seu aspecto de agitação e não a eficácia de uma reivindicação legítima. (...) A greve não é, pois, mais do que a voz do proletariado, quando desaparecidos todos os outros meios de entendimento e de conciliação. Tirar-lhe o direito de greve é como obrigá-lo a calar-se, é reduzir-lhe os meios de defesa. É como mandá-lo, desarmado, para uma guerra em que se vai decidir o seu direito à vida."

BARBOSA LIMA SOBRINHO In: Encontros da Civilização Brasileira, *julho de 1978.*

"Estou convencido (...) de que só se aprende com segurança, fazendo alguma coisa, não simplesmente ouvindo dizer como se faz; e de que só fazendo alguma coisa é que se sente a cada instante a necessidade imperiosa de possuir uma boa base teórica.

Estou convencido da inutilidade de toda e qualquer reforma do ensino que não reforme, antes de mais nada, a maneira de ensinar e a de aprender.

Criem-se ou suprimam-se cadeiras, modifique-se o processo de concursos ou o dos exames, dê-se maior ou menor autonomia às escolas, invente-se um labirinto burocrático mais ou menos extravagante, acabe-se com a classe dos professores-substitutos (que o público, a julgar pela disposição terminante da autorização legislativa, deve considerar como calamitosa para o ensino). Tudo isso com ou sem argumento de despesa.

Será tudo em pura perda se não caminharmos para um regime verdadeiramente educativo, que dê ao estudante hábitos de trabalho, de ordem e de método, e a satisfação de ver a cada passo alguma coisa criada pelo seu esforço. Um regime em que mestres e discípulos estejam em permanente contato uns com os outros, nessa confiança recíproca que aquece os corações e excita as inteligências. Um regime, enfim, que nos liberte algum dia desse velho e nefasto absurdo que se chama o exame."

AMOROSO COSTA (1885-1928), em artigo sobre o ensino na Universidade, publicado em 1924. Matemático, divulgador da teoria da relatividade no Brasil, ele foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Ciências.

"Passamos por uma crise muito maior do que esta, quando descemos das árvores, há uns cinco milhões de anos atrás. Houve, naquela ocasião, um problema ecológico sério na Terra. O pessoal que ficou nas árvores está lá, até hoje. Uns poucos desceram delas para enfrentar as vicissitudes do desconhecido das savanas. Desprovidos de garras, tivemos que enfrentar feras especializadas, desajeitados no andar, tivemos que correr mais do que os predadores velocistas. Desenvolvemos, porém, a estratégia de nos reunirmos em grupos, ainda que pequenos. Somos os descendentes destes pequenos grupos, dos que ousaram descer das árvores. São os seus "tataranetos" que estão aqui presentes! Os que continuaram lá, chimpanzés, gorilas, orangotangos... não fazem greve!

Não se iludam, portanto, em serem poucos. Poucos também eram os doze da Galiléia, que dividiram a história, antes e depois deles. Eram somente doze! Em Sierra Maestra, eram apenas onze!... Apesar de tudo, ainda acreditamos nos remanescentes daquele grupo que desceu das árvores. Somos capazes de reverter a história, como já revertemos em outras oportunidades e em outros contextos. A proposta é que tenhamos mais esperança, que tenhamos mais dignidade!"

INFORMATIVO APUBH, maio, 1995.

"A formação do pensamento seguiu dois caminhos: primeiro, academizar, burocratizando, o pensamento e a função intelectual; segundo, formando, ou deformando, o pensamento dos intelectuais acadêmicos, vinculando-os à lógica, às idéias e compromissos intelectuais de realidades culturais, sociais e econômicas diferentes. Muitos bolsistas brasileiros têm se dedicado, por anos seguidos, aos caros doutorados que visam sobretudo cumprir pré-requisitos burocráticos de suas carreiras, e cujo resultado é um saber desvinculado da realidade, dos interesses e das possibilidades do país. Além disso, criou-se uma rede de interesses próprios da vida acadêmica que administra o sistema de formação, sem ampliar os interesses nem avaliar os resultados de acordo com objetivos sintonizados com um projeto social alternativo.

Diante de uma visão universitária subserviente e imitativa, de uma estrutura burocratizada e de um programa de bolsas em grande parte desvinculado dos interesses das grandes massas nacionais, o conteúdo do ensino universitário não poderia ser diferente: descomprometido com a realidade e com princípios de uma modernidade que atendesse a propósitos éticos."

CRISTÓVAM BUARQUE, A revolução nas prioridades, *1994*.

CHARGE


SOU DIPLOMADO NA UNIVERSIDADE, FIZ MESTRADO E DOUTORADO NA UNIVERSIDADE, FUI PROFESSOR NA UNIVERSIDADE ...
MAS NÃO CONSIGO NOMEAR UM DELEGADO DE POLÍCIA SEM A AUTORIZAÇÃO DO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES!
O QUÊ ISSO PROVA?
QUE A UNIVERSIDADE É INEFICIENTE!
95

POESIA

Não mais a poesia da dúvida.
Chegam as minhas
minúsculas
melancólicas
substancialmente inóquas encruzilhadas.

Não mais o tom dos entretons.
Bastam as notas do meu suspeito
e
sen-si-bi-lís-si-mo
coração,
tão pouco
tão parco
tão insuficientemente senhor do mundo.

A poesia da fina letra
do firme tato
do frouxo enlace - que seja - mas insone,
Essa, e não só o nome
o sibilo fictício da língua em vê
a atração do vazio e do vácuo

Sérgio Alves Peixoto
Departamento de Letras Vernáculas da UFMG



ERRAMOS

Por haver chegado ao Conselho Editorial somente após a distribuição do nº 10 de Caminhos a solicitação de reparo às distorções a que foi submetido o artigo Saudações ao Professor Emérito Luiz de Carvalho Bicalho, deixou de ser incluída na Errata inserida naquele número. Nossas desculpas ao autor e aos leitores pelos constrangimentos que, na busca de clareza, objetividade e concisão, involuntariamente, acabamos por lhes impor.

Pág.	Col.	linha	onde se lê	leia-se
15	1	0	-	Foi com muita honra e profunda emoção que aceitei o convite do Prof. Hugo Pereira do Amaral, Diretor desta casa, para proferir a saudação ao Prof. Luiz de Carvalho Bicalho, meu mestre, em sessão solene da Egrégia Congregação de nossa Faculdade, convocada com a finalidade de lhe conferir o titulo de Professor Emérito da Universidade Federal de Minas Gerais.
15	-	5	...provocações...	...provações...
*15	-	5	...experimentar...	...experienciar...
15	-	5	É com grande emocão que dirijo essas palavras ao Professor Emérito , certo de...	Hoje nesta sessão solene desta casa com que tanto me identifico, e com grande emoção que dirijo essas palavras ao Professor Emérito, ante as autoridades e o público aqui presentes, certo de...
16	1	4	moral...	coragem moral...
16	1	6 e 7	Do Prof. Bicalho...	De fato, do Prof. Bicalho...
*16	1	12	...*ethos*...	...*éthos*...
*16	1	16	gene-rosidade...	generosidade...
*16	1	17	cons-tituem...	constituem...
6	1	20	O Prof. Luiz de Carvalho Bicalho graduou-se...	Tendo sido da primeira turma da antiga Faculdade de Filosofia, então sob a direção do saudoso Prof. Velloso, o Professor Luiz de Carvalho Bicalho graduou-se
*16	1	28	Filosofia...	filosofia...
16	1	29	Partido Comunista do Brasil, Seção de Minas...	Partido comunista do Brasil, por mais duas décadas e por vários anos como Secretário da seção de Minas...
16	1	32	...que ele...	...que o Professor...
16	2	9	...o Prof. Bicalho atuou por mais de um ano como Diretor da Secretaria Geral de Cursos da embrionária Universidade de Brasília...	...o Prof. Bicalho, junto com o Prof. Darcy Ribeiro e outros colegas, ajudou a criar a Universidade de Brasília onde atuou por mais de um ano comò Diretor da Secretaria Geral dos cursos,...
17	2	15e16	Prof. Darcy Ribeiro...	Prof. Darcy...
17	1	5	...Versiane..	...Versiani...
*17	1	15e16	...personal-idades...	...personalidades...
17	2	10	Afastado da Faculdade, ainda assim...	Afastado da Faculdade, o Professor, ainda assim...

17	2	20e21	...não tenha publicado nada...	...nada tenha publicado
*17	2	23	...não - concluída...	...não - concluído
17	2	24	Livre-Docencia.	Livre-Docência, já citada.
18	1	8	...atividades.	...atividade...
18	1	23	...palavra...	...palavra amiga...
18	1	28	individual e existencial), aqueles que...	individual e exixtencial) o Prof. Bicalho sempre tinha o que dizer, com propriedade, sobre esses assuntos, e aqueles que ...
*18	2	6,8,15e23	...Filosofia...	...filosofia...
19	1	4	Tudo isso fazia e faz...	Tudo isso o Prof. Bicalho fazia e faz...
*19	1	8e22	...Filosofia...	...filosofia...
19	1	16	...tão só...	...tão-só...
19	2	8	O Prof. Luiz...	Generoso, o Prof...
*19	2	15e16	...int-electual", pelo volu-me...	...intelectual", pelo volume...
19	2	28	...ele...	...o Prof. Bicalho...
*19	2	30	deve-ríamos...	deveríamos...
20	1	11e12	...se opõem...	...se lhe opõem
20	1	14	...boutade...	...*boutade*...
*20	1	21	...em A...	...n'A...
20	2	3	...a eles...	...para com eles...
20	2	20	...sabidamente escreve bem,	...sabidamente, o Prof. Bicalho escreve bem,
*21	-	7	...reco-nhecimento...	...reconhecimento...
21	-	11e12	...às suas atividas, foi homenageado pela Congregação da Fafich...	...às atividades do Professor Luiz de Carvalho Bicalho foi a homenagem que lhe prestou a Egrégia Congregação da FAFICH
21	-	13	...seção	...sessão
21	-	16	quanto a sua atuação relevante	...quanto a atuação relevante do ilustre professor
21	-	29	Congregação da Fafich, que hoje	congregação da FAFICH, presidida pelo Magnífico Reitor da Universidade de Minas Gerais, que hoje...
21	-	30	...Emérito	...Emérito.
21	-	31	-	Aceite, pois Prof. Bicalho, o gesto desta casa, hoje, como uma homenagem e um reconhecimento, veja em minhas palavras, mestre Bicalho, a expressão do carinho dos amigos que esta casa abriga.

IMPRESSO

Caminhos é uma publicação semestral da Associação Profissional dos Docentes da UFMG – Seção Sindical da Andes-SN – Apubh, voltada à reflexão dos temas relacionados à vida universitária, estimulando o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias.